

**Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**  
Centro de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca  
<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**Evaldo Selau Inácio**

**POR QUE JOÃO GOULART NÃO REAGIU?  
O dilema final do governo deposto em 1964**

**Brasília  
2010**

**Evaldo Selau Inácio**

**POR QUE JOÃO GOULART NÃO REAGIU?**

**O dilema final do governo deposto em 1964**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor como parte da avaliação do Curso de Especialização em Política e Representação Parlamentar.

Orientador: João Carlos Ferreira da Silva

Brasília

**2010**

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Inácio, Evaldo Selau.

Por que João Goulart não reagiu? [manuscrito] : o dilema final do governo deposto em 1964 / Evaldo Selau Inácio. -- 2010.

96 f.

Orientador: João Carlos Ferreira da Silva.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) -- Curso de Política e Representação Parlamentar, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2010.

1. Goulart, João, 1918-1976. 2. História política, Brasil. 3. Golpe de Estado, Brasil, 1964. 4. Revolução (1964), Brasil. I. Título.

CDU 32(81)(091)

# **POR QUE JOÃO GOULART NÃO REAGIU?**

## **O dilema final do governo deposto em 1964**

Monografia – Curso de Especialização em Política e Representação Parlamentar

2º Semestre de 2010

Aluno: Evaldo Selau Inácio

Banca Examinadora:

---

João Carlos Ferreira da Silva

---

Casimiro Pedro da Silva Neto

Brasília, 24 de junho de 2010

Dedico esse trabalho à Mariza e Jonathan, com amor e gratidão.

## **Agradecimentos**

Ao deputado Nilson Mourão, que me ofereceu as condições para fazer esse curso; João Carlos Ferreira da Silva, meu paciente e dedicado orientador; à Câmara dos Deputados e sua competente e profissional equipe de pós-graduação do Cefor, por investir recursos e esforços na formação do secretariado parlamentar; ao professor Casimiro Pedro da Silva Neto, que me despertou para a importância da história do parlamento brasileiro; e à Loureci Selau Inácio, a dona Lora, pelos óbvios, mas sempre bem-vindos elogios maternos, que incentivam e fortalecem para a longa caminhada da vida.

“O que mais preocupa não é o grito dos violentos, nem dos corruptos, nem dos desonestos, nem dos sem-caráter, nem dos sem-ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons!”

Martin Luther King



## Resumo

O golpe militar de 1964 envolveu, acima de tudo, uma disputa de modelos de desenvolvimento para o Brasil. De um lado, setores que defendiam o progresso a partir do fortalecimento da indústria nacional, da realização da reforma agrária e de maior independência em relação ao capital internacional. Do outro, estavam o empresariado nacional ligado a multinacionais, que defendia maior vínculo com o capital estrangeiro, e grandes proprietários rurais. O choque das duas visões se deu sob a conjuntura geopolítica da Segunda Guerra Mundial. Para defender seus interesses, parte do empresariado local se associou ao multinacional, que contou com o apoio do governo dos Estados Unidos. A partir da posse de Jango, em 1961, as forças conservadoras iniciaram uma organizada campanha ideológica que envolveu apoio político e financeiro de empresários e do governo norteamericano, e mobilização de setores importantes da classe média, das Forças Armadas e da imprensa, com o objetivo de derrubar o governo. Em março de 1964, a organização das forças conservadoras atingiu seu melhor momento, com manifestações populares que pediam abertamente a intervenção militar. Com o advento do golpe, Jango enfrentou seu maior dilema: reagir contra forças que haviam conquistado significativa parcela da população e contavam com o apoio militar dos Estados Unidos, dispostos a intervir até mesmo dividindo o Brasil territorialmente, sob o risco de provocar uma guerra civil de consequências inimagináveis para o futuro do país; ou abrir mão de qualquer reação, partir para o exílio e aguardar os acontecimentos para retornar mais tarde pelas vias democráticas. Jango fez a opção pelo recolhimento. Não renunciou. Mas, sem apoio capaz de evitar inúmeras mortes na reação aos conspiradores, decidiu não reagir. Este trabalho foi realizado com o propósito de entender os motivos que levaram João Goulart à decisão de não reagir ao golpe de 64.

**Palavras-Chave:** Governo Jango; empresários; proprietários rurais; governo norteamericano; campanha ideológica; golpe militar; guerra civil; exílio.

## LISTA DE ABREVIATURAS

- ACM – Associação Cristã de Moços
- ADEP – Ação Democrática Popular
- ADFG – Ação Democrática Feminina Gaúcha
- ADP – Ação Democrática Parlamentar
- AIB – Ação Integralista Brasileira
- AMFORP – American and Foreign Power Company
- CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia
- CDF – Cruzada Democrática Feminina
- CEC - Campanha para Educação Cívica
- CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
- CIA – Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência) dos Estados Unidos
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPOS – Conselhos Permanentes das Organizações Sindicais
- EMFA - Estado-Maior das Forças Armadas
- ESG – Escola Superior de Guerra
- EUA – Estados Unidos da América
- FACUR – Fraterna Amizade Cristã Urbana e Rural
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FMP - Frente de Mobilização Popular
- FPN - Frente Parlamentar Nacionalista
- IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- IBOPE- Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
- IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
- ITT – International Telephone and Telegraph Corporation
- LIMDE – Liga da Mulher Democrática
- MAF – Movimento de Arregimentação Feminina
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro (grupo anticomunista de 1962)
- MDS – Movimento Sindical Democrático

MJDH – Movimento de Justiça e Direitos Humanos  
MTR – Movimento Trabalhista Renovador (facção de direita dissidente do PTB)  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PDC – Partido Democrata Cristão  
PDT – Partido Trabalhista Brasileiro  
PL – Partido Libertador  
PR – Partido Republicano  
PRP – Partido de Representação Popular (de Plínio Salgado)  
PRT – Partido Republicano Trabalhista  
PSD – Partido Social Democrático  
PSP – Partido Social Progressista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PTN – Partido Trabalhista Nacional  
PUA – Pacto de Unidade e Ação  
PUC – Pontifícia Universidade Católica  
REDETRAL – Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres  
STF – Supremo Tribunal Federal  
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas  
UCF - União Cívica Feminina  
UDN – União Democrática Nacional  
UME – União Metropolitana de Estudantes  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 GOLPE DE ESTADO: UMA ANTIGA TRADIÇÃO NO BRASIL.....	15
1.1 Os Estados Unidos de olhos abertos para a América Latina.....	15
1.2 De golpe em golpe, o Brasil segue sua história.....	18
1.3 A Campanha da Legalidade.....	25
2 O GOVERNO JANGO E AS ARTICULAÇÕES PARA SUA QUEDA.....	30
2.1 O capital se une ao político e ao militar, contra Jango.....	35
2.2 O papel do IPES/IBAD na preparação do golpe.....	38
3 O PAPEL DO CONGRESSO NACIONAL NO GOLPE.....	60
3.1 O reconhecimento do novo governo pelos Estados Unidos.....	68
4 POR QUE JANGO NÃO REAGIU AO GOLPE?.....	72
CONCLUSÃO.....	87
REFERÊNCIAS.....	93

## INTRODUÇÃO

Passado quase meio século, o movimento militar de abril de 1964 ainda suscita curiosidades e desperta paixões. Enquanto durou o regime de arbítrio, a história foi contada, com raras exceções, do ponto de vista dos que se levantaram contra o governo do presidente João Goulart; nos últimos anos, surgiram as versões dos vencidos, além de obras de historiadores interessados em responder, com a possível isenção, as diversas questões em aberto sobre aquele período.

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de analisar os fatos ocorridos no Brasil durante o governo João Goulart, na perspectiva de entender o dilema vivido pelo presidente quando o golpe foi colocado em andamento: reagir ou não ao movimento conspirador. Ao tomar conhecimento do envolvimento direto dos Estados Unidos, dispostos a intervir militarmente para apoiar as forças golpistas, caso a reação do governo ameaçasse o sucesso do levante militar, Jango, munido também de outras informações, decide não reagir. Aqui se procura discutir as razões que o levaram a optar pelo exílio, abdicando de defender seu governo, embora ainda contasse com o aparelho estatal e o apoio dos movimentos sociais que lhe davam sustentação.

Para reunir as informações indispensáveis a essa análise, o trabalho se vale de pesquisas às fontes primárias disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, e de fontes secundárias, por meio de consultas a obras de historiadores que, ao longo dos anos, abordaram diferentes aspectos do golpe. Pesquisadores trouxeram informações valiosas a partir da abertura dos arquivos secretos dos Estados Unidos, que mostram detalhes da participação e do acompanhamento passo a passo da crise política brasileira pelo presidente americano. Outro recurso utilizado foi a realização de entrevistas em Porto Alegre e Brasília, ouvindo pessoas que viveram esse período do governo Goulart e participaram dos fatos históricos aqui relatados, exercendo cargos importantes na estrutura do executivo federal ou ligados de alguma forma aos acontecimentos.

O estudo foi dividido em quatro capítulos, o primeiro deles se ocupa de trazer informações da história política brasileira, que desde o fim da monarquia, em 1889, apresenta uma tradição de promover mudanças no poder por meio de golpes militares. Partindo da própria

Proclamação da República, um golpe militar apoiado por latifundiários descontentes com a abolição da escravatura, passando pelo movimento tenentista, que pregava mudanças profundas na estrutura arcaica do país, até o ano de 1964, vivenciamos uma sucessão de golpes, alternando períodos democráticos com regimes ditatoriais.

O mesmo capítulo apresenta a preocupação dos Estados Unidos com a preservação de sua zona de influência, na qual se incluía o Brasil, consolidada sobretudo pelo sucesso alcançado na vitoriosa campanha militar empreendida durante a última Grande Guerra.

O governo nacionalista de João Goulart, que zelava pelo patrimônio político recebido da Era Vargas, representava uma ameaça aos interesses norteamericanos em toda a América Latina, e poderia ter influenciado o destino do próprio sistema capitalista no continente, caso seu governo não tivesse sido interrompido. Sua posse, em 1961, trouxe intranquilidade aos investidores estrangeiros e incertezas quanto ao futuro dos negócios realizados com o Brasil.

O segundo capítulo apresenta a decisão das forças conservadoras, aliadas aos interesses dos investidores estrangeiros, de derrubar o governo. Relata o embate entre a tentativa de se organizar no Brasil um governo nacionalista, com participação das forças populares, e a organizada e cara campanha colocada em prática contra o governo, envolvendo grande parte da classe média, com a ajuda da imprensa, da Igreja Católica e de inúmeras entidades civis, numa grande mobilização ideológica feita por meio de publicações, panfletos, artigos, filmes, programas no rádio e na tevê, com a finalidade de aterrorizar os diversos setores sociais com a possibilidade de o Brasil vir a se tornar um país comunista, caso Jango se mantivesse no poder.

O capítulo III se debruça sobre o papel do Poder Legislativo na consumação do golpe. Analisa a realização de sessão do Congresso Nacional, presidida pelo senador Auro de Moura Andrade, na madrugada de 2 de abril, quando foi declarada a vacância do poder, apesar do comunicado assinado pelo ministro Chefe da Casa Civil e lido em Plenário, informando que o presidente estava, em companhia de seus ministros, no Rio Grande do Sul, para onde havia transferido seu governo. Na mesma noite, por volta das 4 horas, o presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazzilli, foi empossado no cargo de presidente da República.

Com o reconhecimento quase imediato do novo governo pelos Estados Unidos, qualquer tentativa de retorno de Jango legitimaria, diante da comunidade internacional, uma ação militar norteamericana, invadindo o território brasileiro com o objetivo de resguardar a decisão do

Congresso Nacional.

Por fim, no quarto e último capítulo, aparece a opinião de participantes dos acontecimentos e de historiadores, tentando interpretar os motivos que teriam levado o presidente João Goulart a abandonar qualquer possibilidade de reação ao movimento golpista, decisão esta anunciada depois das reuniões que realizou em Porto Alegre, no dia 2 de abril. Ao enfrentar o maior dilema de sua carreira política, Jango, reconhecido pela habilidade em conciliar, viu-se sem interlocutores para buscar uma solução que levasse ao fim da crise. De posse de informações recebidas no Rio de Janeiro, sabendo da decisão tomada pelo Congresso Nacional naquela madrugada, da posse de Mazzilli, e ao constatar a insuficiência das forças de que dispunha junto ao III Exército, Jango decidiu se recolher para uma de suas fazendas em São Borja e desautorizar qualquer de seus apoiadores a promover a resistência aos conspiradores.

## **1 GOLPE DE ESTADO: UMA ANTIGA TRADIÇÃO NO BRASIL**

Muitos já se debruçaram sobre a tarefa de radiografar o Brasil no período que vai do final do governo Jânio Quadros (agosto de 1961), abreviado por sua decisão de renunciar ao mandato apenas sete meses depois da posse, e o final do governo João Goulart, antecipado pelo golpe militar de 31 de março/1º de abril.

Cada livro escrito traz uma versão para os fatos ocorridos nesse período, e ao leitor cabe o uso de filtros, começando por saber quem o escreveu, qual sua posição em relação ao golpe militar, suas ligações com um ou outro grupo. Assim, temos, por exemplo, a história contada a partir da visão dos militares (Motta, 2004); dos membros do governo Jango (Ryff, 1979); daqueles que ao longo dos 21 anos de ditadura serviram os governos militares ou deles se beneficiaram pessoalmente (Couto, 1999). Além dessas visões, encontramos também publicações de membros do governo norteamericano que, na época, cumpriram papel decisivo no desfecho do governo Jango (Gordon, 2001). Por fim, podemos identificar um grupo de escritores que dedicaram-se a anos de pesquisas e entrevistas com os protagonistas da história (Silva, 1975).

Portanto, a tarefa de analisar esse período da vida nacional requer cuidado no trato das informações que temos hoje, sob o risco de “vendermos” a posição oficial de um dos grupos em prejuízo do próprio fato histórico. Tendo em mente essas advertências, vamos à análise.

### **1.1 Os Estados Unidos de olhos abertos para a América Latina**

Com o final da Segunda Guerra Mundial e a liderança fortalecida dos Estados Unidos sobre parte da Europa, a principal preocupação do governo norteamericano era proteger os países aliados contra a ameaçadora ideologia comunista, vinda da União Soviética e, mais tarde, da China.

Apesar de a revolução liderada por Fidel Castro ter tomado o poder em Cuba em 1959, o governo de Washington no início não demonstrou grande preocupação com uma possível



infiltração comunista no continente. Os norte-americanos consideravam o novo governo cubano sem rumos, perdido entre as expectativas geradas junto ao povo e uma resposta de fato aos problemas acumulados durante a ditadura de Fulgêncio Batista.

O despertar das preocupações americanas veio com a opção declarada do governo revolucionário de Cuba pelo socialismo, em 1961. A partir desse fato,

a questão cubana fez “soar o alarme” em Washington, que passou a considerar a América Latina zona prioritária no combate ao “avanço soviético”. Os norte-americanos concentraram esforços para evitar o risco da expansão do exemplo cubano, combinando medidas de natureza repressiva (vigilância, fortalecimento dos aparatos de segurança dos Estados da região), propagandística (intensificação das campanhas anticomunistas) e social (aumento da ajuda econômica). O governo norte-americano “descobriu” a gravidade dos problemas sociais latino-americanos sob o impacto da revolução cubana, e a partir daí resolveu aumentar a ajuda econômica à região e estimular a realização de reformas sociais. Daí resultou a “Aliança para o Progresso”, criada em 1961 para fomentar o desenvolvimento social e econômico na região. [...] A nova política norte-americana gerou uma considerável pressão sobre os países da América Latina, na tentativa de estabelecer um “cordão sanitário” capaz de impedir a progressão do comunismo (MOTTA, 2002, p. 232).

O exemplo cubano colocou a América Latina no centro das atenções dos Estados Unidos, que até então dispensavam cuidado especial apenas aos países da Europa e Ásia, acreditando que, entre nós, uma experiência comunista era pouco provável. Agora, em plena “Guerra Fria”, o “inimigo” tinha desembarcado a poucos quilômetros da costa americana, na ilha de Fidel.

A posição adotada pelo governo de Washington foi um alento para os anticomunistas brasileiros que, ao contrário das autoridades norte-americanas, há décadas se mobilizavam contra aquela ameaça. Os acontecimentos em Cuba também causavam espanto aos anticomunistas locais. Nesse sentido, conforme Motta, “o empenho anticomunista dos Estados Unidos era considerado uma benção pela maioria de tais grupos, que viam os irmãos do norte como líderes de uma luta de alcance global” (MOTTA, 2002, p. 232). Essa determinação anticomunista norte-americana encorajou a formação de grupos em vários setores (empresariado, igrejas, Forças Armadas), com ações planejadas para afastar, a qualquer custo, o perigo que rondava o País. Mas a fracassada tentativa de invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, revelou ao mundo a fragilidade da estratégia inicial americana para evitar o avanço comunista. O fato, segundo Huggins, “obrigou o presidente John F. Kennedy a considerar estratégias mais eficientes para combater a

insurreição no exterior. Ao ver de Kennedy, Cuba, Vietnã, Laos e Tailândia estavam sob a ameaça de um novo tipo de guerra que os Estados Unidos não estavam preparados para travar” (HUGGINS, 1998, p. 117).

Diante da incapacidade do poderio militar americano para dominar uma pequena região numa ilha a poucos quilômetros de casa, o presidente Kennedy se sentiu obrigado a reagir, conforme explica Huggins, “exigindo que seus principais consultores 'desenvolvessem contra a ameaça revolucionária uma resposta vigorosa em vários níveis', resposta que, em pouco tempo, iria revigorar a ajuda a polícias estrangeiras então existente” (HUGGINS, 1998, p. 118).

Pelo plano, a prevenção contra a desordem social e a infiltração comunista passava pela criação ou imposição da ordem, condição necessária ao desenvolvimento econômico. Nas preocupações dos americanos, um país em desenvolvimento, com indústria em fase de crescimento, era um país sob o risco da infiltração comunista. Ou seja, enquanto o país fosse economicamente atrasado, incapaz de organizar a indústria nacional, estaria protegido do comunismo, mas a industrialização e o processo de desenvolvimento trariam consigo a urbanização, a organização sindical e as lutas do operariado. Nesse cenário, a influência das idéias socialistas se tornaria inevitável.

Segundo relata Huggins, a Escola Superior de Guerra dos Estados Unidos passou a remodelar seus cursos, incluindo material de guerrilha e antiguerrilha, bem como de guerra psicológica. O programa do governo dos Estados Unidos previa ajuda às nações vulneráveis a insurreições, “incluindo cursos de governo civil nos programas de treinamento para oficiais estrangeiros em universidades norte-americanas de apoio, para profissionalizar o corpo de oficiais dos países do Terceiro Mundo e estimular os oficiais militares a participar do processo político em seus países” (HUGGINS, 1998, p. 122).

A partir dessa definição da política externa norteamericana como prevenção contra a ameaça comunista sobre países em desenvolvimento, aumentou a tolerância às ações militares para derrubar regimes democráticos na América Latina. O governo passou a analisar cada caso, tendo como foco principal a manutenção dos interesses dos Estados Unidos. Era o sinal verde esperado pelos militares desses países, entre eles o Brasil, para golpes que preservassem o modelo capitalista.

## 1.2 De golpe em golpe, o Brasil segue sua história

A essa espécie de autorização velada para golpes, juntou-se o ingrediente da defesa da propriedade privada, compreendida aí como terra, empresas, lucros, privilégios, interesses diversos. Nesse sentido, o Brasil já tinha longa experiência em derrubar governos. A história da República começou com um golpe militar que derrubou a monarquia em 1889, mandando Dom Pedro II para o exílio na França, onde morreu em 5 de dezembro de 1891. Em novembro desse mesmo ano,

a renúncia de Marechal Deodoro da Fonseca à Presidência da República cria um impasse quanto à ascensão do Vice-Presidente, Marechal Floriano Vieira Peixoto (AL). Pela Constituição, artigo 42, “se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição”. Entretanto, pelo fato do Marechal Floriano Vieira Peixoto (AL) pertencer ao grupo opositor ao Marechal Manoel Deodoro da Fonseca (AL), cria-se um movimento favorável à sua presidência (SILVA NETO, 2003, p. 307).

O Brasil já demonstrava facilidade em encontrar solução pela via não democrática, buscando conciliar interesses e conservar poderes nas mãos de grupos. O século XX foi terreno ainda mais propício aos movimentos golpistas no País. O uso de medidas de força contra o poder constituído voltava a se manifestar na década de 1920 com o surgimento do tenentismo, iniciado no mesmo ano da Semana da Arte Moderna (1922), mantendo-se até 1927. Nasceu como movimento de conspiração contra a oligarquia cafeeira que comandava o país. Ações localizadas, como a Marcha dos Dezoito do Forte, em 1922; a movimentação das tropas no Mato Grosso (Campo Grande e Três Lagoas); o levante de São Paulo, em 1924; e a Coluna Prestes, a partir de 1925, tinham como objetivo alertar os brasileiros para a necessidade de mudanças no poder e promover o ataque final ao governo Artur Bernardes.<sup>1</sup>

O tenentismo, segundo o que nos reportam Ferreira e Delgado, “denunciava a desmoralização dos costumes políticos pelas oligarquias, que deveriam ser banidas da política, por corromperem as instituições, em específico as Forças Armadas”. Segundo os mesmos

<sup>1</sup> De acordo com Ferreira e Delgado, para o tenentismo, “o principal objetivo era destituir Artur Bernardes da presidência, político que, [...] era a própria incorporação do mal, símbolo da corrupção dos ideais democráticos fundadores da República brasileira, arqui-inimigo dos militares rebeldes” (Ferreira e Delgado, 2003, p. 347 e 348).

autores, existia um sentimento no meio militar de “desonra em relação ao tratamento dado pelas oligarquias às Forças Armadas e ao Brasil. Esse sentimento de desonra teria gerado o conjunto de levantes militares conhecido por tenentismo” (FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 347).

No campo militar, o movimento não logrou êxito na derrubada de Artur Bernardes e da oligarquia cafeeira, mas no plano político-ideológico ganhou forças que foram além de 1927, protagonizando a história política do País, dessa data em diante, com um forte questionamento ao modelo de desenvolvimento do país.

Em 24 de outubro de 1930, ocorre um “movimento revolucionário sob a liderança civil de Getúlio Dornelles Vargas (RS) e a chefia militar do Tenente-Coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro que, iniciado em 3 de outubro, no Rio Grande do Sul, com apoio das Forças Armadas, depõe o Presidente da República Washington Luís Pereira de Sousa (RJ)” (SILVA NETO, 2003, p. 370).

Com a Constituição de 1937 outorgada, Getúlio Vargas dá o golpe, dentro do golpe que o havia conduzido ao poder em 1930. Assim se mantém na chefia do governo até 1945.

De acordo com o que relata Silva Neto, com o final da Segunda Guerra Mundial, em 2 de setembro de 1945, e a vitória dos aliados contra o despotismo nazi-facista, “a ditadura do 'Estado Novo', instaurada no Brasil com a Carta de 1937, já não tem bases em que se apoiar. As oposições vinham se aglutinando desde 1943, ano em que foi divulgado o “Manifesto dos Mineiros”, que pedia a redemocratização do País” (SILVA NETO, 2003, p. 415).

Vargas foi derrubado por um golpe militar em outubro de 1945, pouco depois de lançar o PTB para ocupar espaços junto ao operariado urbano, que vinha crescendo com a industrialização do País e a organização dos sindicatos. Suspeitando que essa aproximação do PTB com o sindicalismo urbano revelava a intenção do presidente de se fortalecer para dar vitalidade ao seu projeto de poder, a oposição e os militares se uniram para encerrar o governo, interrompendo o modelo de desenvolvimento nacionalista implantado por Vargas.

As eleições para Presidente da República e para o Congresso Nacional foram realizadas em 2 de dezembro de 1945, sendo eleito presidente o general-de-exército Eurico Gaspar Dutra, que havia servido o governo Vargas como ministro da Guerra. Nas eleições de 1950, acomodando-se ao regime democrático que o sucedera cinco anos antes, Vargas venceu o pleito e retornou à Presidência da República.

Empossado em 31 de janeiro de 1951, chegou ao final desse ano com a criação da Petrobrás, resgatando uma de suas promessas de campanha. O governo norteamericano, que considerava ter “resolvido” o problema brasileiro em 1945, vê Getúlio Vargas voltar legitimado pelas urnas, pretendendo retomar o processo de industrialização interrompido pelo governo Dutra, e adotando medidas de cunho nacionalista que contrariavam grandes interesses. Grupos transnacionais passaram a buscar em líderes como Carlos Lacerda, partidos políticos conservadores como a UDN e movimentos sociais, como as Cruzadas Democráticas,<sup>2</sup> operadores locais de seus projetos, que encontravam em Vargas um obstáculo a ser superado.

Em 1954, foram enviados ao Congresso Nacional, pelo Executivo, o projeto de criação da Eletrobrás e uma proposta de aumento do salário mínimo em 100%, defendida pelo ministro do Trabalho, João Goulart. A iniciativa do governo,

acaba provocando reações da direita. O País começa a viver dias tensos, com grandes debates e discussões na imprensa e no Congresso Nacional. Prega-se abertamente o golpe militar. O jornalista Carlos Frederico Werneck de Lacerda (DF) é um dos principais responsáveis pelo clima ao mover oposição tenaz ao Governo de Getúlio Vargas, através de seu jornal “Tribuna da Imprensa” (SILVA NETO, 2003, p. 435).

Uma tentativa de atentado contra Carlos Lacerda, em 5 de agosto de 1954, colocou como suspeito o chefe da Guarda Pessoal do Presidente da República, e se transformou no estopim da crise. A “Tribuna da Imprensa”, de propriedade de Lacerda, se encarregou de puxar o pelotão de protestos, logo acompanhado por outros veículos de comunicação, provocando forte repercussão no Congresso Nacional.

Lacerda usou a “Tribuna” para publicar editorial de sua autoria, acusando Vargas de patrocinar o atentado que o deixou ferido, juntamente com o guarda municipal Sávio Romero, e matou o major aviador Rubens Florentino Vaz. No ataque da Rua Tonelero, como ficou conhecida a ação criminosa, estava também Sérgio, um dos filhos de Lacerda.

Com a ferocidade que lhe era peculiar no trato aos inimigos, o jornal denunciou:

O sangue de um inocente, Rubens Florentino Vaz, herói do Correio Aéreo Nacional, pai de quatro crianças, caiu esta noite ao meu lado. Meu próprio filho correu, com êle, o risco a que estão sujeitos os brasileiros entregues a um regime de corrupção e terror. Os que não cedem à corrupção caem sob a ação da

---

2 Corrente militar ligada à União Democrática Nacional (UDN).

violência. Temos dito isto. Há neste país quem não saiba que a corrupção do governo Vargas gera o terror de seu bando? Dia após dia, noite após noite, a ronda da violência fez o cerco aos que não cedem à coação do dinheiro.

[...] Perante Deus, acuso um só homem como responsável por esse crime. É o protetor dos ladrões, cuja impunidade lhes dá audácia para atos como o desta noite. Esse home (sic) chama-se Getúlio Vargas. Ele é o responsável intelectual por esse crime. Foi a sua proteção; foi a covardia dos que acobertaram os crimes dos seus asseclas que armou de audácia os bandidos (SILVA NETO, 2003, p. 436).

O texto, apelativo e com endereço certo, segue acusando o presidente da República. Por ele podemos ver com que armas a oposição atacava o governo, e a liberdade que tinha para usar de todos os meios para incitar a população contra o Executivo. No Congresso, deputados também se juntaram aos que acusavam o presidente de usar da força para se agarrar a um poder que, segundo eles, não lhe era legítimo. Muitas das manifestações dos parlamentares terminavam pedindo a sua renúncia.

Eram os golpes finais da direita, porta-voz dos interesses internacionais, que, desde 1930, travavam um combate sem tréguas contra o nacionalista Getúlio Vargas. Antes de seu governo, os Estados Unidos e a Inglaterra, que controlavam a América Latina como um mercado consumidor de grande potencial, exerciam maior influência sobre o mercado brasileiro. Industrializar o Brasil, como vinha ocorrendo no governo Vargas, significava dar ao País maior independência em relação ao mercado externo. Sofrendo pressões, Vargas vê no suicídio, em 24 de agosto, a única saída.

A campanha ativada pelo jornalista Carlos Lacerda e pelos oficiais da Cruzada Democrática resultou no suicídio de Getúlio Vargas. Forças denunciadas em seu bilhete deixado como testamento de uma vida dedicada ao povo brasileiro. O impacto político de sua morte, ao denunciar as manobras dos grupos estrangeiros, desencadeou uma reação popular de tamanha magnitude que paralisou o golpe de Estado, impediu-lhe a radicalização, sustando a tendência autoritária a que parte das Forças Armadas aderira (BANDEIRA, 2001, p. 41).

O golpe de Estado, que parecia iminente, não chegou a ocorrer, mas em todo o episódio sobram exemplos da capacidade de organização das forças políticas conservadoras contra governos nacionalistas.

Com a morte de Getúlio, assumia o governo o vice-presidente João Café Filho. Em 1955, antes de terminar seu mandato, Café Filho deixou a Presidência, por ter sofrido um ataque cardíaco. Em seu lugar assumiu, em 8 de novembro de 1955, o presidente da Câmara, deputado

Carlos Luz. Ao tentar demitir o ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, no dia 11 de novembro, foi deposto. No cargo de presidente da República foi empossado então o senador catarinense Nereu Ramos, que era vice-presidente do Senado Federal. Em 21 de novembro, Café Filho, recuperado dos problemas de saúde, tentou reassumir o cargo de presidente da República, mas foi impedido pelas Forças Armadas, orientadas pelo ministro da Guerra, general Teixeira Lott.

Em 1955, ocorreram as eleições para Presidente da República. Foram eleitos Juscelino Kubitschek, presidente, e João Goulart, vice, cuja posse aconteceu em meio a gigantesca crise política e institucional.

No dia 31 de janeiro de 1956, a faixa presidencial foi finalmente transmitida pelo senador Nereu Ramos ao presidente eleito, Juscelino Kubitschek, que cumpriu integralmente o mandato, até 1961.

Em todos esses momentos podemos perceber a fragilidade do sistema democrático brasileiro, que avançava ao sabor de interesses de grupos, civis ou militares, com objetivos que nem sempre respeitavam a preferência popular, expressa nas urnas.

Para desenvolver seu programa de rápido crescimento,<sup>3</sup> o governo Kubitschek assumiu compromissos com o capital estrangeiro que comprometeriam a economia em períodos posteriores. As medidas tomadas para atrair investimentos transnacionais corriam na contramão dos projetos de fortalecimento da nossa indústria, iniciados por Getúlio, e acabaram refletindo negativamente na economia brasileira nos anos seguintes. Entre essas medidas, podemos destacar a concessão de

vantagens, isenções e privilégios, [possibilitando] a formação de monopólios e oligopólios, como a Instrução 113, revitalizada pela Lei de Tarifas, [que] permitia que elas importassem máquinas e equipamentos obsoletos, valorizados como se novos fossem, sem cobertura cambial ou restrição de qualquer espécie quanto aos similares de fabricação nacional, ao tempo em que negava o mesmo direito às firmas brasileiras.

A Instrução 113 tanto prejudicou o crescimento da indústria nacional de bens de produção, que possibilitaria ao país substituir as importações em um setor vital para a reprodução capitalista, quanto incentivou a transferência do controle acionário de empresas brasileiras para as corporações internacionais; em outras palavras, animou o fenômeno conhecido como desnacionalização. E a industrialização prosseguiu sob o comando de capitais estrangeiros, cujos países

---

3 O programa de governo de Juscelino, conhecido como Plano de Metas, previa a aceleração do crescimento do Brasil para fazer 50 anos em 5 de governo.

de origem se reservavam a produção de bens de capital, a tecnologia e o nervo financeiro, como condição de sua preeminência na redivisão internacional do trabalho.

Essa transação que acomodou o desenvolvimento do Brasil às conveniências do capital internacional, valeu ao governo de Juscelino a relativa estabilidade de que gozou, no âmbito da democracia política (BANDEIRA, 2001, p. 42-43).

Em 1961, com a renúncia do presidente Jânio Quadros apenas sete meses depois de assumir o cargo, o vice-presidente João Goulart enfrentou o veto à sua posse, por parte dos ministros militares de Jânio. Nesse ponto vamos nos deter um pouco mais.

Havia se tornado claro, durante a campanha eleitoral de 1960, que o governador paulista Jânio Quadros, apesar de sua veia populista, merecia, mesmo que com muitas reservas, a confiança do capital estrangeiro, representado no Brasil pelas multinacionais. Jânio conseguiu convencer empresários, militares e a classe média brasileira com um discurso de distanciamento do governo de Juscelino Kubitschek,<sup>4</sup> que naquele momento já enfrentava grande desgaste perante a opinião pública, especialmente por inúmeras denúncias de corrupção no governo federal e a escalada inflacionária enfrentada pelo País, consequência do aumento descontrolado dos gastos públicos, financiado pelos Estados Unidos.

Os setores nacionalistas tinham apresentado a chapa general Teixeira Lott, para presidente, e João Goulart, vice (coligação PSD-PTB). Do outro lado concorriam Jânio Quadros, presidente, e Milton Campos, vice (coligação PTN-UDN-PDC-PR). Ainda concorreram Ademar de Barros (PSP), presidente, e Fernando Ferrari, vice (MTR). Mas, diante das três propostas, o grande capital optou por apoiar Jânio Quadros, que representava certa segurança aos investimentos estrangeiros atraídos durante o governo Kubitschek. Para os interesses transnacionais, a vitória nas urnas de uma chapa nacionalista, formada por Lott e Jango, representaria a volta do modelo de desenvolvimento adotado por Getúlio Vargas, período que para eles já tinha sido superado. A chapa resumia tudo que a direita sempre combateu:

O marechal Henrique Lott, principal adversário de Jânio, era um ex-ministro do Exército. Fora Lott que desempenhara o papel-chave impedindo o golpe militar de janeiro de 1956, armado para impedir a posse de Juscelino. Porém, em 1960, Lott foi suficientemente ingênuo para ser convencido pela esquerda (incluindo o Partido Comunista) de que ele era o herói que poderia salvar o país.  
[...] Jânio venceu com 48% da votação, uma minoria, mas maior que a de Juscelino (SKIDMORE, 1998, p. 208-209).

---

4 Mesmo que esse distanciamento fosse só retórica de palanques de campanha eleitoral.



Durante a campanha, foi ficando clara a superioridade de duas candidaturas, as de Jânio Quadros e João Goulart. Parte do PTB acabou apoiando Jânio, formando a dobradinha que ficou conhecida como Jan-Jan.<sup>5</sup>

Jânio iniciou seu governo em meio a uma grande crise financeira e social, manifestada mais fortemente no último ano do governo anterior, consequência, como já vimos, das opções feitas por Juscelino Kubitschek, sobretudo no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento que favorecia o capital estrangeiro em detrimento da indústria nacional.

Sem conseguir formar no Congresso Nacional uma maioria capaz de respaldar a implantação de seu programa de governo, Jânio Quadros sofreu um engessamento cada vez maior, que dificultava as medidas necessárias para o enfrentamento da crise. Nos meses que se seguiram, ele se convenceu de que só com poderes absolutos poderia levar adiante seu governo.

Segundo Bandeira, sua política externa de aproximação com Cuba servia a dois propósitos: de imediato, conquistaria a simpatia da esquerda brasileira, com a expectativa de manter seu apoio evitando desarranjos radicais internos diante da crise. De outro lado, Jânio usava essa posição em relação a Cuba para convencer o governo norteamericano a liberar ajuda financeira, dando maior poder para seu governo no enfrentamento da conjuntura social e econômica do País. Jânio tentava convencer o governo dos Estados Unidos de que não divergia dos interesses norteamericanos quando o assunto era política externa. Na realidade, sinalizou que sua postura servia como um jogo teatral para os olhos da esquerda brasileira, com o objetivo último de aplicar o “programa econômico e financeiro exigido pelo FMI e pelas instituições de crédito dos Estados Unidos” (BANDEIRA, 2001, p. 47).

Nas conversas com o governo americano, Jânio Quadros não perdia a oportunidade de mostrar que estava de mãos atadas, sem ajuda do Congresso para implementar as medidas necessárias para tirar o país da crise econômica que havia herdado do governo anterior. “Desta forma, ele estava a justificar, previamente, o golpe com que pretendia compelir a concederem-lhe a soma dos poderes. A preocupação de Quadros fora efetivamente criar condições para que pudesse ter as “mãos livres” na política interna, isto é, para que as pudesse desembaraçar das peias constitucionais” (BANDEIRA, 2001, p. 47).

---

5 Pela legislação em vigor nas eleições de 1960, o candidato a vice era votado em campanha separada do candidato a presidente. Dessa forma, os eleitos podiam ser de chapas diferentes e posições políticas antagônicas, como de fato ocorreu naquele ano, quando foram eleitos Jânio, presidente, e Jango, vice-presidente, na dobradinha Jan-Jan.

Jânio planejou seu golpe de Estado, cujo primeiro passo era a renúncia, contando que os ministros militares, diante da iminente posse de João Goulart, vice-presidente, garantissem seu retorno com poderes legislativos delegados pelo Congresso Nacional, sem a necessidade de um golpe de Estado do tipo tradicional, que o obrigasse a decretar recesso parlamentar para impedir o funcionamento do Poder Legislativo. De outro lado, contava com a mesma comoção popular ocorrida quando da morte de Getúlio Vargas para convencer os parlamentares da necessidade de sua volta à Presidência com poderes ampliados.

O plano foi colocado em prática em dia minuciosamente escolhido. Jango se encontrava fora do país, em missão comercial à China, União Soviética e Polônia, países comunistas, o que significava um ingrediente ainda mais poderoso para os propósitos de Jânio.

Então, em 25 de agosto de 1961, de acordo com Bandeira, a nação foi surpreendida pela decisão do presidente da República eleito com a maior votação até então obtida para o cargo de mandatário da nação. “Quadros renunciou. E a reação, que esperava, não ocorreu. O Congresso acatou-lhe tranquilamente o gesto, como ato unilateral, e ninguém discutiu a possibilidade de seu retorno ao governo. A convulsão de massas, que ocorreu quando em 1954 Vargas se suicidou, não se reproduziu, como Quadros esperava” (BANDEIRA, 2001, p. 48). Jânio voltou para casa, sua renúncia foi aceita e seus planos falharam todos. Agora, ao invés de o país discutir o seu retorno urgente, estava discutindo a posse ou não de João Goulart.

Os ministros militares de Jânio<sup>6</sup> não admitiram que a cadeira do presidente da República fosse ocupada por Jango, mas essa posição estava longe de ser unanimidade nas Forças Armadas e tampouco nos demais setores da sociedade.

### **1.3 A Campanha da Legalidade**

A sombra do nacionalismo voltava a ameaçar os interesses do capital multinacional. A única saída pela via democrática, respeitando a Constituição Federal, mostrava-se assombrosa para os golpistas. Dar posse a João Goulart era trazer Getúlio à vida e ao poder. Tudo o que já

---

6 O general Odílio Denys (Exército), o brigadeiro Grun Moss (Aeronáutica) e o almirante Sílvio Heck (Marinha) se insurgiram contra a posse do vice-presidente João Goulart.

tinha sido resolvido voltava a ser problema para a direita brasileira, para o capital transnacional e os setores golpistas que tradicionalmente se alojavam nas Forças Armadas.

O temor de que a ascensão de Goulart ao poder pudesse significar o fortalecimento dos comunistas, associado à frustração dos conservadores pelo retorno ao getulismo, levou a que se tentasse impedir a posse. Os ministros militares de Jânio declararam-se contrários à posse de Goulart, criando um ambiente de pré-guerra civil. Num manifesto dirigido à Nação expuseram seus motivos, certamente falando em nome de todos os anticomunistas: [...] O Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas. Jango era o líder da ala esquerda do PTB e um dos principais responsáveis pela transformação do partido getulista, concebido originalmente como dique contra o comunismo, em aliado do PCB (MOTTA, 2002, p. 234).

Mais uma vez a história política brasileira repetia sua sina. A frágil democracia sofria abalos a cada crise institucional e a cada mudança de governo. Os interesses econômicos eram colocados acima da Constituição. Com a reação crescente contra a atitude dos militares, o Brasil enfrentava a possibilidade de uma guerra civil sem precedentes.

Segundo Silva Neto, apesar da reação dos comandantes militares, no mesmo dia 25 de agosto, “o Congresso Nacional se reúne às 16 horas e 45 minutos para tomar conhecimento da renúncia do Presidente Jânio da Silva Quadros (MS). Às 17 horas e 15 minutos toma posse o Presidente da Câmara dos Deputados, Paschoal Ranieri Mazzilli (PSP-SP), na Presidência da República” (SILVA NETO, 2003, p. 457).

Um bom sinal tinha sido dado, a Constituição estava sendo respeitada. Esta era a condição sem a qual não se podia preparar o caminho para a posse do vice-presidente João Goulart. Restava agora vencer a resistência da parcela das Forças Armadas que defendia o rompimento constitucional, com a prisão do vice-presidente, eleito democraticamente por maioria dos brasileiros, tão logo voltasse ao País.

Dois dias depois de assumir a Presidência da República, o deputado Ranieri Mazzilli enviou à Câmara dos Deputados “a Mensagem 471/61, de autoria do Poder Executivo, que submete à consideração do Congresso Nacional o parecer das Forças Armadas sobre a inconveniência da posse do Senhor João Goulart, Vice-presidente da República, nas funções de Presidente da República” (SILVA NETO, 2003, p. 458).

Imediatamente as forças legalistas iniciaram a resistência que entrou para a nossa história como a “Campanha da Legalidade”. O movimento teve a missão de impedir um golpe organizado por setores militares e apoiado pela UDN e interesses multinacionais, ocorrido dentro do golpe pretendido por Jânio, que fracassara pela estratégia errônea de renúncia.

Um dos principais líderes da Campanha da Legalidade foi Leonel Brizola, cunhado de Jango, governador do Rio Grande do Sul e um dos expoentes do PTB. Seus correligionários armaram-se, ergueram trincheiras com sacos de areia em torno do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, e, por meio das ondas da Rádio Guaíba, formaram uma cadeia de rádio com emissoras de outros estados, ligando o País em defesa da legalidade e do cumprimento da Constituição Federal, que estabelecia a posse do vice-presidente.

Conforme revela Silva, os sargentos do III Exército, sediado em Porto Alegre, colocaram-se ao lado de Brizola, pela legalidade, ao arripio do comando – até aquele momento indeciso – do general José Machado Lopes. A ordem expressa do marechal Odílio Denys, ministro da Guerra, expedida ao comandante do III Exército, era “para fazer convergir sobre Porto Alegre todas as forças necessárias e à 5ª Zona Aérea, para usar o bombardeio com o fim de silenciar o governador, que usava as rádios para denunciar à nação a tentativa de golpe e ao mesmo tempo se preparava para a luta” (SILVA, 1989, p. 88).

A iniciativa dos sargentos da Base Aérea de Canoas (RS), de onde partiriam os aviões para bombardear o Palácio Piratini, que esvaziaram os pneus das aeronaves e tiraram as espoletas das bombas durante a madrugada marcada para o ataque, evitou o que teria sido um dos episódios mais bárbaros da história brasileira.

Apesar de se encontrar na reserva, o marechal Henrique Teixeira Lott manteve sua posição histórica de defensor da democracia, colocando-se ao lado de Brizola na resistência e fazendo publicar um manifesto dirigido às Forças Armadas e ao povo brasileiro, condenando a atitude dos ministros militares. Segundo Silva (1989, p. 88), num dos trechos Lott disse: “[...] Sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à Nação”. Conclamando os brasileiros à defesa da Constituição, Lott passou a ser o centro da resistência no Rio de Janeiro, até sua prisão ser determinada pelo ministro da Guerra.

Mas o movimento em favor da legalidade cresceu rapidamente, mobilizando não só a população gaúcha, como diversos setores da sociedade brasileira. Além dos já citados, merece

registro a posição firme, ao lado dos legalistas, adotada pelo governador de Goiás, Mauro Borges. Também somou esforços contra os golpistas a postura dos movimentos sociais, que se insurgiram contra a posição dos ministros militares: “[... a] greve geral, proposta pela liderança do comando geral dos vários movimentos de paralisação dos setores, têxtil, de transportes, bancário, metalúrgico, portuário; além de uma proposta da UNE de greve nacional, são ações consistentes e antigolpistas e que já demonstram no início do período Goulart, uma clara divisão de forças” (CASALECCHI, 2002, p. 94).

Nesse momento já era evidente o isolamento dos militares golpistas diante da reação popular comandada pelos legalistas, e que contou com adesões de setores militares importantes, estudantes, empresários e trabalhadores.

Poucos dias depois, o comandante do III Exército, general Machado Lopes, também aderiu à luta pela legalidade. No dia 30 de agosto de 1961, ele comunicou ao ministro da Guerra, Odílio Denys, que não aceitava mais suas ordens. Silva descreve que, em sua mensagem, o comandante informa que “agirá por conta própria dentro da idéia de manter o regime liberal democrata cristão vg assegurando integral execução da Constituição vigente sem qualquer modificação nela porventura introduzida pt. Gen Machado Lopez vg Comandante do III Exército” (SILVA, 1989, p. 88).

O Congresso Nacional rejeitou a Mensagem 471/61, com o Parecer das Forças Armadas sobre a inconveniência da posse de Jango, e encontrou na proposta de instituição do parlamentarismo uma saída para pôr fim à crise e assegurar a posse<sup>7</sup>.

Consultado, Jango aceitou a solução proposta pelas forças conservadoras, mesmo que a contragosto de Brizola e da maioria dos legalistas, que viam na medida um verdadeiro golpe branco das elites, incapazes de deter a crescente manifestação da vontade popular pela legalidade. No sistema parlamentar, o poder de Jango na condução do Brasil seria dividido com um primeiro-ministro.

Para Brizola, Jango aceitara uma fórmula pela qual as elites o transformariam numa “Rainha da Inglaterra”, isto é, um personagem figurativo, sem poderes para fazer um governo de

---

7 A maioria dos historiadores considera esse gesto apressado do Congresso para encontrar uma solução de meio como um golpe dos parlamentares de direita diante vitoriosa da Campanha da Legalidade, que mobilizava cada dia uma parcela maior da sociedade brasileira. Brizola sempre discordou de Jango nesse ponto. Defendia que, se ele aguardasse mais alguns dias, tomaria posse pela força do povo, mantendo seus poderes constitucionais inalterados.

transformação.

Em 2 de setembro de 1961, o Congresso Nacional aprovou e promulgou a Proposta de Emenda à Constituição instituindo o “Sistema Parlamentar de Governo”. No dia 7 de setembro de 1961, João Goulart tomava posse no cargo de Presidente da República do Brasil. De acordo com Motta (2002, p. 235), “a manobra parlamentarista teve o efeito de apaziguar a crise e evitar o confronto aberto, mas não desmobilizou os conservadores e anticomunistas, que na primeira oportunidade voltaram a assestar baterias contra Jango”.

De fato, a reação não demorou e deveu-se mais uma vez à direção que o governo Jango deu à sua política externa. Com a necessidade de criar alternativas para diminuir a dependência do Brasil aos Estados Unidos, Jango se aproximou dos países socialistas, conforme prática iniciada no governo Jânio Quadros. Em novembro de 1961, Jango anunciou o restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética. Foi a senha para o início das articulações dos anticomunistas contra o novo governo, oposição que foi aumentando no decorrer dos meses, numa reação às reformas de base pretendidas pelo presidente.

## 2 O GOVERNO JANGO E AS ARTICULAÇÕES PARA SUA QUEDA

Como vimos anteriormente, a preocupação dos Estados Unidos com a América Latina teve origem na “Guerra Fria”. Aos programas criados para afastar o “perigo comunista” dos países do continente, juntou-se a “Aliança para o Progresso”, em 13 de março de 1961. Esse programa é, na realidade, um novo enfoque do governo Kennedy para a manutenção da ajuda econômica que já vinha sendo feita anteriormente, com o objetivo claro de combater a infiltração de idéias socialistas em nosso meio. O governo americano tinha consciência de que os investimentos do programa de Kennedy precisavam ser bem sucedidos no Brasil para garantir que a maior nação da América Latina estivesse imune às influências da pregação comunista.

De fato, a situação social e econômica nesse momento se constituía num terreno fértil para as idéias que vinham de Cuba, União Soviética e China. O Brasil enfrentava, segundo Parker (1977, p. 17), “estarrecedora pobreza, uma classe rural excluída da participação política, um problema crônico de balanço de pagamentos e elevada taxa de inflação”.

A partir da posse de João Goulart, mesmo com poderes diminuídos pelo estabelecimento do sistema parlamentarista, os Estados Unidos, e com ele o capital transnacional, o empresariado brasileiro e os militares, sentem-se desconfortáveis: na cadeira presidencial estava sentado o portador da herança nacionalista do período Getúlio Vargas. Como ministro do Trabalho de Vargas, Jango desagradara poderosos interesses, aproximando-se dos trabalhadores e fortalecendo os sindicatos. Ele

promoveu reformas na legislação trabalhista, mas foi acusado de colaborar com os comunistas, os militares radicais e os líderes trabalhistas. Os militares [alinhados com a burguesia] forçaram sua exoneração do ministério depois que Goulart tentou modificar a relação entre os salários mínimos dos trabalhadores civis e dos praças do Exército, em favor dos primeiros (PARKER, 1977, p. 19).

A fidelidade a Getúlio Vargas marcará as ações de Jango no poder. E as ações de seu governo serão acompanhadas de perto pelos setores conservadores da sociedade brasileira que se organizarão e reagirão fortemente contra Jango para evitar a continuidade da Era Vargas, golpeada no suicídio de 1954.

Os Estados Unidos reagiram com muita reserva em relação à presença de Jango na

Presidência da República. Apenas uma semana após a posse o Departamento de Estado americano, em memorando informativo, descreveu ao Presidente Kennedy qual deveria ser a posição dos Estados Unidos em relação ao novo governo no Brasil:

Até ficar mais esclarecida a orientação americana, propomos tratar com o novo governo na pressuposição de que não houve solução de continuidade nas relações tradicionalmente estreitas e cordiais entre os Estados Unidos e o Brasil. Quanto ao Presidente Goulart, estamos preparados para dar-lhe o razoável benefício da dúvida, tentando ao mesmo tempo induzi-lo a acreditar que a cooperação com os Estados Unidos será vantajosa para ele e para o Brasil (PARKER, 1977, p. 22-23).

A comunicação entre o Departamento de Estado e o presidente Kennedy não deixa dúvidas: os Estados Unidos tinham a mesma posição dos grupos de direita do Brasil, expressada pela manifestação dos ministros militares na resistência à posse de Goulart.

Com a retomada da Política Externa Independente iniciada por Jânio e uma postura nacionalista de governo, só vista no período Vargas, a resistência desses grupos, incentivados pelos interesses dos grandes empresários nacionais e estrangeiros, com financiamento para as ações golpistas e com o apoio do governo norteamericano, irá num crescente até a ruptura do sistema democrático pela ação militar de 1964.

Como veremos mais adiante, essa resistência ao governo João Goulart vai se traduzir em organização de poderosos grupos, que terão financiamento específico para atuar em diversas áreas da sociedade, desde a imprensa, passando pelos grupos religiosos da Igreja Católica, os partidos políticos, e atingindo toda a sociedade por meio de uma bem articulada propaganda ideológica, capaz de levantar a população contra a “ameaça comunista”, identificada como sendo o próprio governo Jango.

Mas Jango estava longe de ser um comunista com propósitos de implantar o socialismo no Brasil. Ele continuava acreditando no capitalismo, era o estancieiro que fez fortuna comprando terras e vendendo gado. Os próprios adversários sabiam que ele não tinha essa intenção nem força política para um gesto tão radical. A oposição só usava esses argumentos para espalhar medo e mobilizar a sociedade contra o governo.

A política externa brasileira era mais pragmática que ideológica. O governo Goulart apenas tinha um lado definido: era nacionalista convicto, de formação getulista, e tinha compromissos assumidos com a classe trabalhadora. Para honrá-los, precisava adotar programas



e políticas públicas que levassem o Brasil a crescer. Abrir novos mercados, expandindo nossas exportações, era essencial para alcançar esses objetivos.

Apesar de reconhecer essa estratégia do Brasil, os Estados Unidos, envolvidos na “Guerra Fria” e tendo a experiência socialista presente na América Latina por meio da Revolução Cubana, não deixaria de reagir fortemente. Kennedy tinha medo de passar para a história acusado por seus adversários de ter perdido o Brasil para o socialismo, como seus antecessores haviam perdido a China.

Na realidade, o Brasil, como um dos maiores países do mundo e com enorme potencial para se tornar uma grande potência econômica, só queria garantir seu “lugar ao sol”. Quem dava cores ideológicas à nossa política externa eram os adversários do governo, que manifestavam na propaganda ideológica toda sua contrariedade às políticas nacionalistas.

O bloco socialista, liderado pela União Soviética, representava enormes oportunidades de negócios. Um mercado consumidor extraordinário aberto ao Brasil, mas que tinha o veto dos Estados Unidos, que pretendiam dizer o que deveríamos fazer. O governo norteamericano sinalizava com a possibilidade de empréstimos e ajudas do programa Aliança para o Progresso, mas esse suporte estava disponível apenas para as nações latinoamericanas que adotassem um comportamento compatível com os interesses dos Estados Unidos.

O governo brasileiro e sua política externa, comandada por Francisco Clementino de San Tiago Dantas, não aceitava as exigências americanas. Jango, sua equipe de governo e seus apoiadores nacionalistas sabiam que o Brasil tinha potencial para crescer, distribuir renda e se desenvolver pelas próprias forças.

Esse acirramento da política norteamericana para a América Latina e especialmente em relação ao governo brasileiro ficou mais evidente na Conferência de Punta del Este, realizada em janeiro de 1962. A Conferência tinha, para os Estados Unidos, um propósito definido: convencer os países latinoamericanos a romper relações com Cuba, condenar o regime socialista de Fidel Castro e aprovar sua expulsão da Organização dos Estados Americanos, OEA. Com isso, o governo Kennedy se sentiria autorizado a intervir militarmente na ilha.

Para convencer os países presentes à Conferência, os americanos ofereciam ajuda financeira mesclada com ameaças, corrupção e chantagens.

Dean Rusk, Secretário de Estado, chegou a dizer para San Tiago Dantas que não

compreendia o significado de não-intervenção, porque uma potência, como os EUA, sempre se intrometia nos assuntos internos de outras nações, mesmo quando deixava de fazê-lo. Citou que o Departamento de Estado foi pressionado para intervir no Brasil, quando Quadros renunciou, e não cedeu, o que também constituiu uma forma de intervenção, segundo ele. E ameaçou abertamente utilizar o exército dos EUA contra governos que não o acompanhassem na votação contra Cuba (BANDEIRA, 2001, p. 70).

O Brasil se absteve na votação que, por 14 votos favoráveis, expulsou Cuba da OEA e condenou seu regime de governo.

Poucos dias depois dos enfrentamentos do Brasil com os Estados Unidos na Conferência de Punta del Este, Brizola, que em 1959 havia encampado a Companhia de Energia Elétrica Riograndense, subsidiária da American & Foreign Power (Bond & Share), desapropriou os bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da International Telephone & Telegraph, ITT.<sup>89</sup>

A atitude de Brizola foi considerada um confisco pelo governo norteamericano, com o agravante de tal decisão ter sido tomada pelo cunhado do Presidente da República, o governador do Rio Grande do Sul, com grande afinidade e influência sobre Jango, especialmente porque este se sentia em débito com Brizola desde a Campanha da Legalidade. Esse gesto, e a desconfiança de que poderia ser a tendência do governo federal em relação às demais empresas estrangeiras no país, azedou de vez as relações do Brasil com o governo Kennedy.

O Departamento de Estado protestou, energicamente, classificando o ato de Brizola com “um passo atrás” nos planos da Aliança para o Progresso. A imprensa norte-americana desfechou feroz campanha contra o Brasil, a ponto de parecer a Goulart “publicidade dirigida”. E o Congresso dos EUA, diante da perspectiva de outras estatizações, votou a emenda Hickenlooper, determinando a suspensão de qualquer ajuda aos países que desapropriassem bens americanos, sem indenização imediata, adequada e efetiva (BANDEIRA, 2001, p. 71).

Jango enfrentava um dilema. Tinha formação nacionalista e precisava promover o

---

8 Trata-se de empresas que operavam com tecnologia ultrapassada para as necessidades do Brasil à época e se negavam a fazer novos investimentos, buscando obter o máximo de lucro e prejudicando os planos de expansão dos serviços, necessários ao desenvolvimento do País.

9 Brizola tinha bons motivos para estatizar a ITT. Nos anos 60 tudo era privado, mas não funcionava. Ele explicou anos mais tarde: “Quando assumi o governo do Rio Grande do Sul, eu pensei, preciso de telefone. Chamei a ITT, levamos dois anos em discussão. Foi um inferno. A solução foi desapropriar aquilo tudo. Já tínhamos a avaliação e desapropriei, porque o Estado era poder concedente, e a iniciativa privada não funcionava, não investia. Eu tive toda a boa vontade, propus todas as fórmulas. Chegamos finalmente a um acordo. Era assim: 25% da Companhia, 25% do Estado e 50% dos usuários, porque as pessoas queriam telefone e pagavam. Fizemos o acordo, mas na assembléia da ITT, da poderosa ITT, foi negado tudo, não houve maneira de fazer acordo. Tive que expropriar” (RAPOSO, 1994, p. 40).

desenvolvimento do Brasil para atender as crescentes reivindicações dos trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo, não podia, naquele momento, dispensar a ajuda do governo Kennedy para combater o déficit no balanço de pagamentos, mesmo que isso levasse a um aumento da dívida externa.

Para tentar se defender das pressões e possíveis represálias dos Estados Unidos, o governo Jango dispunha da Lei de Remessas de Lucros, aprovada na Câmara em 29 de novembro de 1961, mas que ainda não estava em vigor. O texto estabelecia um limite de 10% do capital registrado, a ser remetido ao exterior por cada empresa estrangeira sediada no Brasil.<sup>10</sup>

A inflação, que em 1960 havia sido de 25,4%, subiu, em 1961, para 34,7%. Por um lado, Jango precisava sinalizar aos investidores estrangeiros que tinha a situação sob controle. Por outro, precisava abrir novas frentes de exportação de nossos produtos, e o mercado formado pelos países socialistas era uma solução. Porém, uma aproximação com esses países fazia retroceder toda a relação com os Estados Unidos. A situação econômica se agravava e San Tiago Dantas foi designado para o Ministério da Fazenda, no qual, juntamente com Celso Furtado, lançou um Plano Trienal, com a esperança de resolver problemas que estavam paralisando o governo.

Os Estados Unidos, que haviam pensado um programa de ajuda econômica para os países da América Latina com o objetivo de resolver problemas sociais, diminuindo a influência da pregação comunista contra o capitalismo, não conseguiam ver nos esforços de Jango em fazer um mínimo de reformas uma ação de governo que acabaria fortalecendo o capitalismo, diminuindo as forças de contestação que vinham do movimento sindical e partidos de esquerda.<sup>11 12</sup>

---

10 Era uma “carta na manga” que o governo brasileiro guardava contra as empresas estrangeiras e o governo dos Estados Unidos. Mas, ao mesmo tempo, era uma arma que poderia se virar contra o Brasil, na medida em que passava insegurança jurídica aos investidores e afugentava a entrada de novos investimentos, tão importantes naqueles dias de crise que enfrentava o governo Jango.

11 O governo Kennedy usava de chantagens para conceder os empréstimos. Para que um país fosse merecedor de recursos da Aliança para o Progresso, tinha que defender a política externa americana, sobretudo em relação à luta contra o comunismo.

12 O fato lembra um episódio ocorrido com Getúlio Vargas, quando em 1935, ao fazer mudanças nas leis trabalhistas e sendo pressionado pelo avanço dos movimentos de insurreição, liderados pelo PCB, se reuniu com um grupo de industriais para convencê-los a aplicar a nova legislação. Getúlio percebia que, colocando em prática os novos direitos trabalhistas, esvaziaria os discursos dos sindicalistas e diminuiria a influência das idéias socialistas pregada pelo PCB. Na reunião, não encontrou nenhuma receptividade por parte dos industriais que, ao contrário, aproveitaram sua presença para fazer críticas à crescente influência dos trabalhadores sobre o governo e a liberdade dos sindicatos atuarem dentro das fábricas, além do rigor do governo na fiscalização das normas trabalhistas. O presidente, ao sair do encontro, teria se queixado com um de seus auxiliares de que estava tentando salvar a burguesia e seu capital, e eles não haviam entendido nada de seus propósitos. Este deve ter sido o sentimento de João Goulart, quase 30 anos depois, diante dos resultados de sua primeira visita como chefe de Estado a Washington, nos primeiros dias de abril de 1962.

## 2.1 O capital se une ao político e ao militar, contra Jango

As eleições de 1962 marcaram o início da organização articulada contra o governo Jango, visando desequilibrar o jogo a partir das regras democráticas. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) realizou uma criteriosa seleção entre os candidatos aos cargos de deputados federais, senadores e governadores, financiando a campanha daqueles que se comprometessem a fazer oposição.

Os membros do IPES sabiam que as eleições de 1962 eram cruciais para barrar as propostas reformistas de João Goulart. Sem o apoio do Congresso não haveria reformas dentro do sistema democrático. O sucesso das forças conservadoras nessas eleições permitiria ao Congresso conter os avanços do governo, ganhando tempo até que o complexo IPES/IBAD/ADEP/ESG se articulasse para derrubar o regime.

A Ação Democrática Parlamentar (ADP) reuniu no Congresso Nacional um grupo de parlamentares representantes das forças políticas conservadoras, que procuravam impedir a aprovação de reformas e programas capazes de controlar a crise econômica e política.

Com o apoio financeiro do complexo IPES/IBAD, a ADP se fortaleceu nas eleições de 1962. Pelas informações que nos traz Dreifuss, receberam ajuda financeira, nessas eleições,

250 candidatos a deputado federal, 600 a deputado estadual, 8 a governos estaduais e vários senadores, prefeitos e vereadores. Mais de um terço da Câmara dos Deputados veio a ser beneficiado com tal apoio. De um total de 110 parlamentares, cujo mandato dependia de financiamento da rede IPES/IBAD/ADEP que, em troca, comprava a posição de cada um contra as reformas estruturais reivindicadas pelo Executivo nacional-reformista, 46 pertenciam à UDN, 37 ao PSD, 5 ao PRP, 5 ao PTB, 4 ao PTN, 4 ao PSP, 3 ao PDC, 3 ao PR, um ao PL, um ao PRT e um ao MTR (DREIFUSS, 1981, p. 331).

O financiamento também obteve sucesso na eleição de governadores comprometidos com a oposição a Jango. Nos estados mais importantes, foram eleitos: Ademar de Barros, em São Paulo, Antônio Lomanto Júnior, na Bahia, Virgílio Távora, no Ceará, e Ildo Meneghetti, no Rio Grande do Sul. Já eram governadores, desde as eleições de 1960, Magalhães Pinto, em Minas Gerais, Carlos Lacerda, na Guanabara, Fernando Corrêa da Costa, no Mato Grosso, e Aluisio

Alves, no Rio Grande do Norte.<sup>13</sup> Estava armado o cerco político que trabalharia para inviabilizar o governo federal a partir do Congresso Nacional e dificultar o entendimento de Jango com os Estados Unidos, que passariam a privilegiar a relação direta com esses governadores, como veremos mais adiante.

#### O objetivo estratégico de todo esse esforço

era levar a estrutura política a um ponto de crise no qual os civis apoiariam soluções extraconstitucionais e os militares se sentiriam compelidos a intervir como moderadores. [...] As táticas da elite orgânica objetivavam influenciar decisões políticas através do bloqueio das diretrizes reformistas do governo e aquelas do bloco trabalhista de esquerda no Congresso, fomentando o isolamento do Executivo. [...] Os critérios para a seleção dos beneficiários da rede IPES/IBAD/ADEP não levavam em conta as filiações partidárias, mas sim a orientação ideológica, que transpunha as linhas de partidos. Os candidatos eram declaradamente compelidos a assinar um compromisso ideológico através do qual eles prometiam sua lealdade ao IBAD acima da lealdade a seu partido e que os comprometia a lutar contra o comunismo e defender o investimento estrangeiro (DREIFUSS, 1981, p. 319 e 324).

No Congresso, as ações do IPES eram realizadas pela Ação Democrática Parlamentar (ADP). O IPES atuava como um braço invisível municiando os parlamentares com requerimentos, anteprojetos de leis e emendas. Além disso, preparava-os com argumentos para a crítica constante aos projetos do Executivo e às ações de sua base aliada, o bloco nacional-reformista.

A ADP mostrava-se vital no esforço de bloquear as tentativas de João Goulart quanto a implementação de reformas através do Legislativo, forçando o Executivo a usar decretos presidenciais, o que retardava seus planos, esgotando-os nas longas batalhas processuais e criando uma atmosfera de impasse no Congresso; além disso, criava um clima de ingovernabilidade geral, o que estimulava a busca de legitimação de soluções extraconstitucionais, para a pendente crise do regime (DREIFUSS, 1981, p. 321).

De acordo com Bandeira, a crise econômica se agravou de tal modo, em 1962, que colocou o sistema parlamentarista em xeque. Estava claro que as constantes quedas de gabinete

---

<sup>13</sup> A Constituição Federal de 1946 fixou o período do mandato de governadores e vice-governadores em 5 anos, porém algumas Constituições Estaduais definiram o mandato em 4 anos, contrariando o dispositivo da Constituição Federal. Vale ressaltar que o Tribunal Superior Eleitoral, em 1955, publicou resolução em que orientou os Tribunais Regionais Eleitorais a sincronizarem as eleições estaduais com as presidenciais, para que coincidisse os mandatos de governadores e presidentes em cinco anos. Os estados viviam um período de adaptação à Resolução.

por interesses partidários e suas lutas políticas no Congresso haviam levado o país a uma crise de governabilidade. Com poderes reduzidos, o Presidente não conseguia implementar programas capazes de superar a crise econômica. Ao final de um ano da experiência parlamentarista, ninguém mais a desejava. Bandeira (2001, p. 79) descreve: “nem os trabalhadores, porque o identificavam com o conservadorismo, nem os militares, com o vezo da ordem e da autoridade, nem as classes consumidoras, com anseios de paz e segurança para seus negócios”.

Exatamente no momento em que mais precisava de um governo forte para buscar soluções para os problemas que se acumulavam desde Juscelino Kubitschek, o país estava imerso numa grande instabilidade política, oriunda do improvisado regime parlamentarista.

Finalmente, em setembro de 1962 o Congresso Nacional aprovou a convocação de um plebiscito, marcado para 6 de janeiro de 1963, no qual os brasileiros se manifestariam pela continuidade ou o fim da experiência parlamentarista.

Já prevendo o resultado e admitindo a urgência de centralizar o poder nas mãos do presidente da República como tentativa de encontrar uma saída para a crise, o Congresso estabeleceu a possibilidade de João Goulart constituir um Conselho de Ministros de caráter provisório e de sua livre escolha, sem que o parlamento precisasse opinar. Jango deu essa atribuição a Hermes Lima, para que, na condição de primeiro ministro, organizasse um gabinete com características presidencialistas.

Durante a campanha do plebiscito, nem os parlamentaristas convictos se arriscaram a pedir voto pela sua continuidade, tal era o desgaste daquela forma de governo. Somente setores isolados, como grandes empresários e representantes do capital multinacional, se manifestaram, mesmo que timidamente, temerosos de que Jango, fortalecido por uma vitória expressiva do presidencialismo, pudesse dar um golpe de esquerda e, com poderes absolutos, levar o Brasil para os braços do socialismo.

Em 6 de janeiro de 1963 o povo pôs fim ao parlamentarismo, restabelecendo plenos poderes ao presidente da República<sup>14</sup>. Nos meses seguintes, a atenção de Jango esteve voltada para vencer os problemas herdados da administração Juscelino Kubitschek, agravados no curto período de Jânio Quadros e tornados críticos no parlamentarismo.

A inflação, que vinha crescendo assustadoramente, em 1962 chegou a 52%. De acordo

---

<sup>14</sup> Do total de 18 milhões de eleitores, mais de 11 milhões votaram e, destes, 9,4 milhões a favor do presidencialismo.

com Skidmore, Jango tinha conseguido recuperar seus plenos poderes, mas “conforme 1963 avançava, a reputação econômica do Brasil afundava ainda mais no exterior. O investimento estrangeiro praticamente cessara. Fornecedores estrangeiros exigiam pagamento imediato por qualquer coisa que embarcassem, comprometendo a suficiência do suprimento de petróleo do Brasil” (SKIDMORE, 1998, p. 214).

Internamente, crescia entre os militares e a direita a suspeita de que Goulart se aproveitaria do sucesso na campanha do plebiscito para instaurar no Brasil a “República Sindical”, conduzindo seu governo rumo a uma ditadura de esquerda. Por sua vez, setores da esquerda radical viam nesse momento a oportunidade para as “forças populares” assumirem o comando do país pelo voto, respeitando o regime democrático, ou pelos caminhos que se fizessem necessários.

## **2.2 O papel do IPES/IBAD na preparação do golpe**

No final de 1960, os grandes empresários demonstravam descontentamentos com os rumos da política e da economia brasileira e em reuniões de negócios passaram a pregar mudanças nesse setor, que para o sucesso de seus empreendimentos, eram necessárias e urgentes. Esses empresários, no início um grupo pequeno de aproximadamente 10 executivos, perceberam a importância de ter uma organização com força política capaz de expressar suas reivindicações, apresentando sua agenda diretamente ao Executivo, não deixando o poder e os destinos do governo apenas nas mãos dos políticos. A cada reunião crescia o número de empresários de destaque. Nesses encontros foi tomada a resolução de aumentar os contatos com empresários de todo o país, incentivando uma reação ao governo federal, cada vez mais influenciado pelas forças de esquerda, em crescimento.

Com essa orientação, o empresário de origem americana Gilbert Huber Jr. iniciou os contatos com empresários de São Paulo, começando por Paulo Ayres Filho,

que por sua vez, recrutou João Batista Leopoldo Figueiredo, importante empresário multinacional e ex-presidente do Banco do Brasil no governo Jânio

Quadros. J.B. Leopoldo Figueiredo se tornou líder do IPES de São Paulo.<sup>15</sup> [...] Enquanto isso, no Rio, Gilbert Huber Jr., o empresário multinacional Antonio Gallotti, os tecno-empresários Glycon de Paiva e José Garrido Torres e o empresário Augusto Trajano Azevedo Antunes, entre outros, estavam engajados em sua próspera campanha de recrutamento e também envolvidos na obtenção dos serviços de diversos oficiais da reserva, tais como Golbery do Couto e Silva (DREIFUSS, 1981, p. 162-163).

Eram lançadas as sementes de uma luta que seria travada entre as forças de direita, representada pelos partidos conservadores, os empresários nacionais e multinacionais presentes no Brasil e o próprio governo norteamericano, através da atuação da CIA em parceria com o embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon; e a crescente esquerda brasileira, formada pelos partidos nacional-reformistas cujo principal representante era o PTB de Jango, os sindicatos, movimentos estudantil e populares. O alvo principal a ser atacado pelas forças de direita eram as tendências estatizantes do governo João Goulart. Com o objetivo de defender seus interesses e preservar o sistema de exploração capitalista concentrador de renda, usavam o medo, a ser espalhado entre a população, sobre os perigos do comunismo.

De acordo com Dreifuss (1981), o IPES passou a existir, oficialmente, no dia 29 de novembro de 1961.<sup>16</sup> As atividades articuladas com o IBAD davam às idéias de reação contra os destinos que Jango imprimia à nação, um sentido popular, buscando envolver dezenas de entidades menores que reproduziram o combate ao comunismo e espalharam medo em toda a sociedade, atingindo o objetivo dos empresários de iniciar uma luta contra o nacionalismo, as estatizações e o governo Jango.

A ajuda financeira, que para o IPES/IBAD não era problema, foi fundamental para arregimentar essas dezenas de novas entidades, ligadas a diversos setores sociais, especialmente entre as mulheres, estudantes e trabalhadores. Assim, os ideais dos financiadores, grandes grupos financeiros, multinacionais, grandes empresas brasileiras, o governo norteamericano, através da CIA e da embaixada dos Estados Unidos no Brasil, que, reunidos, decidiram desencadear uma

15 O empresário João Baptista Leopoldo Figueiredo era tio do general-de-exército João Batista de Oliveira Figueiredo, último presidente da República do regime militar (1964 – 1985). Durante o seu governo (1979 - 1985), promoveu a lenta transição do poder político para os civis.

16 Segundo Dreifuss (1981), uma vez fundado, o IPES se estabeleceu imediatamente no Rio e São Paulo. Na capital fluminense sua sede estava localizada no 27º andar do Edifício Avenida Central, no centro. Em São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 154, 16º andar. Depois disso, ampliou suas atividades para Porto Alegre, Santos e Belo Horizonte, sendo dirigido por um Comitê Nacional. Recursos de uma cota inicial doados pelos fundadores, no valor de cinco mil cruzeiros, foram usados para dar os primeiros passos até que novas empresas fossem se filiando ao movimento, aumentando as contribuições. A primeira diretoria foi composta pelos empresários João Baptista Leopoldo Figueiredo, Guilherme Borghoff e Othon Alves Bardello Corrêa.



onda anticomunista para derrubar Jango, eram reproduzidos na maioria das cidades brasileiras pela infiltração nos diversos movimentos sociais. Além daquelas já citadas, muitas entidades femininas receberam apoio financeiro do IPES/IBAD. Era a fórmula perfeita: mulheres, mães de família, donas-de-casa, dando capilaridade ao levante contra o governo e contra o comunismo. Essas entidades atuavam nos principais estados brasileiros. Entre elas, podemos destacar a

Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE – Guanabara), União Cívica Feminina (UCF – São Paulo), Movimento de Arregimentação Feminina (MAF – São Paulo), Liga da Mulher Democrática (LIMDE – Minas Gerais), Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG – Rio Grande do Sul) e Cruzada Democrática Feminina (CDF – Pernambuco) (MOTTA, 2002, p. 241).

O IPES/IBAD passou a organizar uma grande campanha entre os empresários para conscientizá-los de que não bastava a preocupação diária com seus ganhos empresariais, mas que era necessária uma visão mais ampla dos acontecimentos políticos da nação, para não se tornarem inocentes úteis, que por ignorância ou desinteresse político acabassem por apoiar um sistema que os destruiria mais à frente. Segundo Dreifuss, Glycon de Paiva teria dito que o lema do IPES para os empresários deveria ser: “Se você não abandona os seus negócios por uma hora hoje, amanhã não terá negócio algum para se preocupar” (DREIFUSS, 1981, p. 252). Participação do empresariado, na visão do IPES/IBAD, era, sobretudo, colaboração com os recursos financeiros necessários para custear as despesas estratosféricas com as ações em todas as áreas.

Gradualmente os empresários foram aderindo às ações e projetos de combate ao governo, e em pouco tempo já eram aproximadamente 500 corporações multinacionais colaborando financeiramente. Os recursos foram aportados com contribuições que chegavam tanto do empresariado nacional e estrangeiro quanto do próprio governo dos Estados Unidos, internalizados por meio da embaixada em Brasília. E o primeiro embate estava logo à frente. As eleições de 1962 eram o grande desafio das forças conservadoras. Pela composição de um outro parlamento seria possível controlar os ímpetus reformistas do governo, criando-lhe problemas políticos e inviabilizando sua gestão a ponto de ganhar a opinião pública contra Goulart e seus apoiadores. Nessas eleições o complexo IPES/IBAD/ADEP jogou todas as fichas para garantir uma vitória que lhe daria tempo para planejar uma ação militar contra Jango.

Apesar da maior vitória nas eleições poder ser computada para os partidos de direita, com avanço significativo da UDN e PSD, que tinham conquistado a maioria das cadeiras, o PTB

também havia crescido, passando de 66 para 104 deputados. O retrato mais fiel do Congresso era uma divisão de forças, com ligeira vantagem para a direita, que havia recebido expressiva soma de recursos do IPES/IBAD durante a campanha. Mas a esquerda nacionalista também saiu das urnas muito fortalecida.

Desde o final do governo Juscelino Kubitschek, com suas tendências populistas e o surgimento de um período de inflação alta que entrou pelo governo Jânio Quadros e continuaria presente no governo Jango, aliado à conjuntura mundial de “Guerra Fria”, foram se multiplicando as organizações anticomunistas. Era uma espécie de reação natural da direita contra o crescimento da esquerda e a influência da base sindical e seus projetos junto ao governo.

Para combater o radicalismo de esquerda, um grupo de grandes empresários nacionais se uniu aos interesses do capital transnacional, articulando um radicalismo de direita, com ações coordenadas pelo complexo IPES/IBAD. Segundo Motta:

Logo no início da gestão Goulart apareceram grupos organizados para protestar contra a política externa, como a Liga Feminina Anticomunista, União Feminina Anticomunista e Centro Cívico do Brasil.

Na seqüência da radicalização conservadora e anticomunista surgiram outros grupos, como o Movimento Democrático Brasileiro,<sup>17</sup> que fez sua aparição durante as eleições de 1962, recomendando ao eleitorado não votar nos responsáveis pela construção do Muro de Berlim, e a Mobilização Democrática Mineira, lançada pouco antes do golpe.

Alguns tinham vínculos profundos com os valores cristãos, como os Voluntários da Pátria para a Defesa do Brasil Cristão, grupo anticomunista ligado à Diocese de Niterói, e a Liga Cristã contra o Comunismo, entidade fundada na capital paulista (num encontro que teve a presença de políticos, jornalistas, representantes do clero regular e secular, pastôres religiosos, homens de negócios, representantes da agropecuária, trabalhadores rurais e operários).

[...] A Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (REDETRAL), [foi] lançada num evento no Maracanãzinho que contou com a presença de Lacerda e do Cardeal Câmara.<sup>18</sup> Mencione-se também, o Movimento Sindical Democrático

17 Esta entidade não deve ser confundida com o partido MDB. Apesar de homônimo, o partido foi fundado em 24 de março de 1966, depois do AI-2 que estabeleceu o bipartidarismo. A entidade, em plena atividade já nas eleições de 1962, era apoiada pelo IPES em seu trabalho de formação de líderes sindicais. Dreifuss (1981, p. 311) nos informa que “o MDB mantinha um sítio-escola em São Paulo onde se administravam cursos de quatro meses para militantes sindicais e das classes trabalhadoras. A sua linha ideológica era basicamente 'anticomunista'. [...] O MDB tornou-se um canal para atividades ideológicas e políticas do IPES (distribuição de material de propaganda, pressão sobre ativistas sindicais, intimidação)”.

18 O Cardeal Câmara, a que se refere o autor, é **Dom Jaime de Barros Câmara**, designado pelo Papa Pio XII para a Arquidiocese do Rio de Janeiro no dia 3 de julho de 1943. Não deve ser confundido com **Dom Hélder Pessoa Câmara**, nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro no dia 3 de março de 1952. Dom Hélder defendeu os direitos humanos durante o regime militar. Foi chamado de “Arcebispo Vermelho”. Após a decretação do AI-5, foi-lhe negado o acesso aos meios de comunicação social, sendo proibida inclusive qualquer referência a seu respeito.

(MDS), entidade vinculada a organizações anticomunistas internacionais (MOTTA, 2002, p. 238 – 239).

De acordo com Dreifuss, os grupos se multiplicavam todos os dias, uns por motivações religiosas, outros, políticas, havendo ainda aqueles que uniam os interesses políticos com os econômicos. Porém, todos tinham um propósito comum: “salvar o Brasil do comunismo”.

O complexo Ipes/Ibad aos poucos patenteava um amplo leque de meios de pressionar o sistema político. Sua ação principal no Congresso e nos partidos políticos era desenvolvida através da Ação Democrática Parlamentar – ADP, que operava como a frente política e o canal ideológico da elite orgânica no Parlamento e diante da opinião pública. [...] a ADP era um bloco multipartidário, de senadores e deputados federais conservadores e reacionários, na maior parte da UDN e do PSD, e organizados através de uma rede, em todo o País, de grupos de Ação Democrática Popular – Adep, e que tinha até mesmo congêneres em muitos legislativos estaduais e câmaras municipais (DREIFUSS, 1981, p. 320).

A campanha ideológica, desencadeada com mais intensidade a partir de 1962, foi preparando lentamente a sociedade para a “necessidade” de conter as forças populares de esquerda que estavam no poder, substituindo-as pelos representantes dos interesses do bloco multinacional, com a queda de Jango. Dreifuss relata que todo o trabalho do complexo IPES/IBAD,

politicamente, significou uma mobilização conjuntural para o golpe, quando estratégia se converteu em política e atividades político-partidárias finalmente se transformaram em ação militar. [...] Segundo o líder ipesiano Glycon de Paiva, essas atividades que beiravam a ilegalidade podiam ser resumidas como a preparação de civis para assegurar um clima político apropriado para a intervenção militar. Em sua opinião, a ação política tinha de ser sigilosa. Suas recomendações envolviam a criação de um caos econômico e político, o fomento à insatisfação e o profundo temor ao comunismo por patrões e empregados, o bloqueio de esforços da esquerda no Congresso, a organização de demonstrações de massa e comícios e até mesmo atos de terrorismo, se necessário [grifo nosso]. As áreas alvo para a doutrinação específica e pressão política direta eram os sindicatos, o movimento estudantil e a classe camponesa mobilizada, as camadas sociais intermediárias e a hierarquia da Igreja, o Legislativo e as Forças Armadas. O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o executivo e conter daí para frente a participação da massa (DREIFUSS, 1981, p. 229, 230).

O pano de fundo da propaganda ideológica era sempre o mesmo. Em todos os casos a elite orgânica centrava suas ações num mesmo alvo: o comunismo, a revolução marxista, o bloco popular nacional-reformista. A guerra psicológica vai chamar a atenção da sociedade ressaltando os aspectos negativos desses grupos para fortalecer os pontos de vista da direita. Esse esforço era feito para destacar que somente a iniciativa privada era capaz de melhorar o padrão de vida dos brasileiros e essa não era tarefa que poderia ser realizada por governos socialistas ou com a intervenção do Estado na economia. Segundo Dreifuss, a propaganda tratava, todo o tempo, de inculcar o medo do comunismo nas pessoas.

Os canais de persuasão e as técnicas mais comumente empregadas compreendiam a divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propagandas no rádio e na televisão. [...] O IPES alistava um grande número de escritores profissionais, jornalistas, artistas de cinema e de teatro, relações públicas, peritos da mídia e de publicidade. [...] Certas empresas financeiras e industriais ligadas ao complexo IPES/IBAD se incumbiam dos arranjos financeiros, incluindo-os em suas folhas de pagamento, propiciando, assim, outra forma de financiamento indireto da ação da elite orgânica. Escritores, ensaístas, personalidades literárias e outros intelectuais, emprestavam o seu prestígio, escrevendo e assinando, eles próprios, artigos produzidos nas “estufas políticas e ideológicas” do complexo IPES/IBAD (DREIFUSS, 1981, p. 232, 233).

A propaganda ideológica tinha como objetivo primeiro uma guerra psicológica, levando as pessoas a optarem por uma saída, mesmo que antidemocrática, que as livrasse dos “perigosos” comunistas, identificados com o governo João Goulart. De acordo com Dreifuss,

[...] um clássico exemplo de um modo mais vil de guerra psicológica era a publicação regular de *O Gorila*, distribuído dentro das Forças Armadas. Em uma das edições, depois de apresentarem o que chamavam os dogmas básicos do marxismo, os autores comentavam que o programa parecia bom. No entanto, tudo não passaria de uma isca, pois, “atrás da aparente beleza, estão os assassinatos em massa, a abolição da dignidade, os campos de trabalho forçado, a rejeição de toda a noção de liberdade e fraternidade”. Caracterizavam, então, o comunista: “Ele é aparentemente inofensivo... nunca se trai, sempre trairá os outros. Ele fala de paz e amor fraternal”. “Ele será o seu mais querido amigo, o mais sincero, o mais leal... até o dia em que ele o assassinará pelas costas, friamente... Eles matam frades, violam freiras, destroem igrejas” [grifo nosso]. Em 1963, Os Grupos de Opinião Pública/Publicações já haviam editado 280.000 livros e imprimido 36.000 boletins mensais. Por essa época o IPES havia distribuído ao todo 2.500.000 unidades impressas e diversos milhões de cópias de panfletos, mencionados acima (DREIFUSS, 1981, p. 236, 237).

Mas a guerra psicológica não se dava apenas por meio de livros, panfletos, jornais, revistas e publicações em geral. O IPES atacou também pelo rádio e pela televisão. Num país em que grande parte da população era analfabeta e empobrecida, sem condições financeiras para se dar ao luxo de possuir um aparelho de televisão (novidade ainda muito cara na época) e num país com poucos leitores, o rádio era o meio mais adequado para fazer chegar as mensagens mais diretamente em todas as regiões. Se a televisão ainda não possuía essa capilaridade, atingia a classe média alta e os centros urbanos de maneira espetacular. Já o rádio era difundido em todos os rincões do Brasil e chegava às médias e pequenas cidades em todos os Estados.

Para alcançar um público maior, o IPES produzia filmes que depois entravam no circuito das empresas distribuidoras e eram projetados antes das sessões nos cinemas de todo o país. Alguns programas de televisão também faziam uso desses filmes.

Visando atingir as classes de renda menor, o IPES fazia caravanas pelas favelas, subúrbios, cidades de médio porte e até pequenos centros urbanos do interior, com projetores montados em caminhões para exibição de filmes, geralmente banguês-americanos, em praça pública, gratuitamente. Era a oportunidade para passar também filmes de sua produção com conteúdo ideológico, sempre abordando um tema que pudesse “catequizar” a população contra o comunismo e o governo Jango. Algumas fitas foram produzidas pelo famoso Canal 100, de Carlos Niemeyer, produtor de curtas-metragens e de filmes de atualidade, que à época eram amplamente divulgados em salas de cinemas de todo o Brasil, antes do início da exibição do filme principal. Os filmes do Canal 100 contavam com a locução de Cid Moreira.

O conjunto de ações desenvolvidas pelo IPES/IBAD e as entidades que receberam financiamento e foram agregadas ao complexo visava reunir o maior número possível de pessoas com alguma liderança na sociedade – estudantes, intelectuais, jornalistas, militares, sacerdotes – capazes de expressar a vontade da elite orgânica de dar novos rumos à política brasileira. Um grupo que alcançava coesão pela força da doutrinação específica, trabalhada pelo conjunto de recursos vistos acima.

Nesse sentido, a Igreja Católica recebeu especial atenção, pelo alcance de sua atuação em todos os municípios brasileiros e pela credibilidade de seus agentes. Movimentos católicos como os “cursinhos da cristandade” eram espaços privilegiados para a pregação anti-comunista, identificando o governo Jango como um “agente vermelho” a serviço da revolução socialista no

Brasil. Em Dreifuss (1981) temos um detalhamento das ações de grupos católicos a serviço da CIA, com financiamentos vindos diretamente do governo dos Estados Unidos para disseminar os “perigos” que representava o governo Goulart para o futuro do próprio cristianismo e da Igreja no Brasil. Esses setores da Igreja agiram principalmente por preconceito e conservadorismo, acreditando que as ações do governo João Goulart conduziriam o Brasil ao comunismo. Com toda a sua estrutura, capilarmente presente em todo o território nacional, das grandes até as menores e mais distantes cidades, a hierarquia da Igreja contribuiu para levar o país aos braços do regime ditatorial, com raras exceções de alguns bispos liderados por Dom Hélder Câmara, que tinham maior clareza diante daqueles fatos.

Assim, o complexo IPES/IBAD foi capaz de tecer uma grande teia, envolvendo dezenas de entidades civis do movimento social que atuavam em inúmeros setores da vida nacional. Para enfraquecer o Executivo e as forças que lhe davam sustentação (os partidos de esquerda, entidades do movimento social, uma parte da Igreja que iniciava uma atuação de base comprometida com as transformações sociais, os sindicatos), o IPES/IBAD buscava fortalecer entidades com ideologia e atuação contrárias. Desse modo, ampliou suas ações pelas campanhas ideológicas, conferências, publicações, mas, sobretudo, por um poder de financiamento como nunca se vira antes. Entidades que, por exemplo, só se ocupavam em lutar contra a alta dos preços nos supermercados, como era o caso do Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), liderado por Antonieta Pellegrini,<sup>19</sup> segundo reporta Dreifuss, da noite para o dia direcionaram sua atuação para “combater o comunismo e a corrupção através de panfletagem, comícios públicos, petições e propaganda de porta em porta” (DREIFUSS, 1981, p. 295).

Além do MAF, dezenas de outras entidades mudaram a atuação que havia motivado sua fundação para posições políticas convenientes aos propósitos do IPES. Entre elas se destacavam a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), a União Cívica Feminina (UCF) e a Campanha para Educação Cívica (CEC).

Mas ainda era necessário entrar num setor imprescindível para a vitória contra o governo Jango e a adoção de um sistema político de proteção ao capital nacional, transnacional e aos interesses do governo norteamericano no Brasil: os militares. Todas as medidas no plano da

---

<sup>19</sup> Antonieta Pellegrini era irmã de Júlio Mesquita Filho, proprietário do jornal O Estado de S. Paulo. Segundo Dreifuss (1981), muitos dos ativistas ipesianos ligados ao jornal trabalhavam como orientadores do MAF, que contava com 6 mil membros e era financiado pelo IPES.

propaganda anticomunista, do apoio político e dos recursos tinham sido tomadas, mas para o golpe era necessário o apoio das armas, da força, sem as quais, tudo poderia fracassar. A lista dos colaboradores no meio militar era grande e estava dividida nas três Forças: Exército, Marinha e Aeronáutica. Incluía oficiais de todos os escalões, que trabalhavam junto com os civis na elaboração de estratégias anti-janguistas.

Muitos desses oficiais eram conhecidos oponentes do regime de João Goulart, fazendo parte do grupo de coronéis e majores que publicou o manifesto anti-Getúlio Vargas em 1954. [...] Outros oficiais, entretanto, ocupavam postos-chave durante a administração de João Goulart e não se suspeitava que muitos deles pertencessem ao complexo IPES/IBAD ou que estivessem envolvidos em conspiração ativa contra o governo (DREIFUSS, 1981, p. 365, 366).

Dreifuss (1981) aponta a contribuição dos militares cooptados pelo complexo IPES/IBAD como um setor a mais. Decisivo, imprescindível, mas apenas mais um setor da sociedade que se uniu à elite orgânica sob o comando do general Golbery do Couto e Silva. Com ele, oficiais conhecidos que participaram ativamente da vida política nacional, como o general Amaury Krueel, ex-ministro da Guerra de João Goulart, marechal Odílio Denys, brigadeiro Grun Moss e o almirante Sílvio Heck.<sup>20</sup> O que fica claro é que 1964 não foi uma tomada de poder nos moldes dos golpes militares tradicionais. Na realidade, alguns militares de forma consciente, outros levados pelas ideologias anticomunistas, desempenharam o papel de representantes dos interesses econômicos de poderosos grupos empresariais, que tinham como objetivo defender suas empresas, mantendo o país livre das influências comunistas, controlando os sindicatos, abrindo a economia brasileira ao capital internacional, comandado pelos Estados Unidos.

A movimentação dos grupos de direita dava resultados e parecia estar amadurecendo as forças que iriam depor Jango. A disputa entre direita e esquerda no Brasil mudara de patamar com o trabalho do IPES/IBAD. Agora a direita tinha a seu lado setores importantes da sociedade, mobilizada contra o governo e as idéias socialistas. A disputa estava equilibrada.

Do lado do governo, o plebiscito deu uma grande vitória a Jango, mas o ano de 1963 seria difícil para a economia brasileira. Robert Kennedy tinha estado no Brasil para ameaçar suspender toda a ajuda dos Estados Unidos, caso o governo brasileiro não controlasse a inflação e não

---

<sup>20</sup> Os três ministros militares de Jânio Quadros que tentaram dar o golpe em 1961, impedindo a posse de João Goulart.

tomasse posição contra Cuba. Mas, sobre esse assunto, Goulart tinha clareza. Não estava disposto a ceder às pressões norteamericanas.

As ameaças de Robert Kennedy destarte não o vergaram e o Brasil, em abril de 1963, concluiu um acordo de comércio e pagamento com a URSS, visando ao incremento do intercâmbio, que passaria de US\$ 70 milhões, em 1962, para US\$ 160 milhões, em 1963, US\$ 200 milhões, em 1964, e US\$ 225 milhões em 1965, segundo as estimativas. Se tais metas se cumprissem, o Brasil, por volta de 1965, estaria a receber da URSS cerca de 1/3 de suas importações de óleo cru e subprodutos do petróleo. Aos EUA não convinha, portanto, que esses dois países intensificassem suas transações bilaterais (BANDEIRA, 2001, p. 96, 97).

Apesar disso, o Brasil tinha que acertar suas contas com os EUA. San Tiago Dantas e Celso Furtado fizeram acordos que exigiriam grandes sacrifícios da população durante o ano de 1963, em especial da classe operária, que teria os salários congelados. Mas, segundo Bandeira (2001) o movimento sindical tinha se fortalecido e conquistado certa autonomia em relação ao governo. Portanto, o presidente estava em outra encruzilhada: aceitar as imposições do FMI, como o achatamento dos salários visando o controle da inflação, e salvar o Plano Trienal, ou atender as reivindicações dos trabalhadores, com os quais tinha vínculos históricos.

Goulart não quis radicalizar na receita do FMI e tratou de orientar seus ministros da área econômica para medidas de equilíbrio entre as duas partes. Mas a receita do Fundo Monetário não foi capaz de conter a inflação, o que deixou o governo impossibilitado de segurar as pressões do movimento sindical. Sem ter como conter salários e preços, Jango via o Brasil se aprofundar na crise social e econômica que acabou puxando o Executivo para o epicentro de uma crise política em crescimento, gerada pelo descontentamento tanto da direita quanto da esquerda, cada um com seus motivos.

De um lado, as associações rurais e comerciais se erigiram contra o anteprojeto de reforma agrária, que tramitava no Congresso, já se preparando os fazendeiros para desencadear a guerra civil, com o estímulo de líderes direitistas. Do outro, os sindicatos, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o PCB e outras organizações populares intensificaram o combate ao Plano Trienal. As críticas à política de Goulart acentuaram-se também dentro do PTB. [...] E as divergências exacerbaram-se quando Brizola, que combatia a compra da AMFORP e da subsidiária da ITT, voltou a ocupar uma cadeia de rádio e televisão, no dia 28 de maio de 1963, e denunciou os entendimentos promovidos pelo ministro San Tiago Dantas em Washington como 'crime de lesa-pátria', dizendo que se o governo de Goulart os efetivasse criaria com ele uma situação de 'discordância insanável' (BANDEIRA, 2001, p. 106, 107).



A negociação ganhou tons de escândalo com a denúncia de Brizola, especialmente porque era um protesto que não vinha da oposição, mas partia de um forte aliado do governo. O acordo encontrou grande resistência também de outros setores da esquerda e ecoou nos jornais da direita. Ministros de Estado eram denunciados, outros ameaçavam se demitir se o acordo fosse concretizado conforme a proposta americana. Jango suspendeu o acordo até que estudos esclarecessem os valores corretos a serem pagos.

Em junho de 1963, Jango promoveu mudanças no ministério, demitindo San Tiago Dantas da pasta da Fazenda. De acordo com Bandeira, esse fato marcou uma ruptura nas negociações com Washington, que passou a não acreditar na possibilidade do governo brasileiro conter a inflação e a crise.

As correntes de esquerda (CGT, PUA, FPN, etc), agrupavam-se na Frente de Mobilização Popular (FMP), que Brizola dirigia, contrapondo-se cada vez mais ao governo Goulart. O CGT ameaçou com uma greve geral para exigir do Congresso a aprovação das reformas de base, com a mudança da Constituição. [...] Goulart, pelo seu temperamento, não era homem de decisões prontas e imediatas. Atormentava-o a necessidade de tomar atitudes drásticas. Preferia o diálogo, a conciliação. Avaliava todas as opções e suas conseqüências, consultando a uns e a outros. Devido a sua origem rural, esperava, pacientemente, o momento de plantar e o momento de colher. Tentara evitar a radicalização, recusando-se a assumir plenamente a vitória que obtivera com o plebiscito e impor ao Congresso ou contra o Congresso as reformas de base. Construía uma carreira pública em campo aberto, por vias sempre pacíficas e recusava-se agora, como Presidente, a implantar as reformas ao preço da derrocada das instituições democráticas (BANDEIRA, 2001, p. 111).

Esse era o estilo de João Goulart, que apostava sempre no seu grande poder de persuasão política. Tinha muita habilidade para negociar e convencer a outra parte do seu ponto de vista. Aprendera desde jovem na lida do campo, comprando e vendendo gado, fazendas, tratando com os peões. Negociar, ter paciência para encontrar o melhor jeito de resolver problemas, era próprio dessa vivência na estância. Fazer “engolir” suas idéias não era próprio de Jango. Usar o poder, o cargo ou sua autoridade, muito menos. Então relutava em iniciar um processo que imporia as reformas pela força. Nem que fosse pela força legítima da população mobilizada nas ruas. Nutria verdadeira repulsa a gestos bruscos, que eram mais dados à personalidade de Brizola.

Porém, a mobilização da direita realizada pelo IPES/IBAD, articulada e praticamente pronta para apoiar uma medida de força vinda dos militares, tendo do outro lado um movimento

sindical fazendo greves políticas por todo o país, no meio urbano e rural, exigia do chefe da nação uma resposta imediata e firme, sob o risco de perder o controle da situação e ver o país descambar para uma guerra civil.

Couto destaca o depoimento do ministro do Planejamento de João Goulart, Celso Furtado, sobre a situação vivida pelo governo naqueles dias: “[...] o governo estava perdendo o controle das coisas. E foi essa perda de controle que levou à queda de Goulart. Não governava mais, não tinha comando sobre a máquina do governo. O país estava deslizando...” (COUTO, 1999, p. 50). As campanhas difamatórias do IPES/IBAD contra Jango e a atuação de seus parlamentares no Congresso estavam dando resultados.

Brizola via na crise o momento certo para pressionar o presidente a tomar as grandes decisões do governo, que passavam pelas reformas de base, uma esperança de mudança na estrutura do país. No entendimento de alguns líderes da esquerda, essas mudanças poderiam se dar pela via democrática ou não, mas sempre em favor de uma proposta nacionalista e em defesa dos trabalhadores. Os grupos mais radicais de esquerda defendiam uma virada de mesa nas eleições de 1965, seja mudando a Constituição, para permitir um segundo mandato consecutivo (reeleição) a Jango, seja tomando posturas mais duras e com apoio popular, rompendo com o sistema democrático, mas mantendo Goulart no cargo.

A direita, por sua vez, mobilizada, via na crise a oportunidade do golpe, usando os militares para sepultar a experiência nacionalista implementada por Jango e impedir novos avanços.

A parte que tocava aos Estados Unidos fazer para contribuir com os projetos da direita foi colocada em prática através do plano do embaixador Lincoln Gordon de estabelecer relações diretas com estados e municípios de confiança do governo norteamericano para receber recursos da Aliança para o Progresso, isolando o governo federal das negociações. As “Ilhas de Sanidade Administrativa”, como chamava o embaixador Gordon, eram uma afronta ao governo central do Brasil e uma tentativa de desmoralizar e descredenciar João Goulart diante de seus opositores, além de agravar a crise econômica pela ausência de ajuda financeira pelos Estados Unidos. Ao mesmo tempo eram um recado claro para a direita que agia com os militares cooptados pelo IPES/IBAD, como que dizendo “podem ir em frente que estamos juntos”.

Como observou muito bem Skidmore (1998, p. 214), “o governo dos EUA já havia

descartado Jango como irresponsável na melhor das hipóteses e revolucionário na pior, e estava restringindo sua assistência a estados que tinham eleito governadores anti-Jango”.

Essa decisão do governo de Washington demonstra claramente a precarização a que chegaram as relações entre os dois países. As informações secretas que chegavam ao governo americano eram tão seguras do sucesso do golpe de Estado em curso, que permitiam dispensar as formalidades com o governo Jango. Era uma deliberação clara da política de Estado norte-americana de colaborar com os golpistas “estrangulando” financeiramente o governo Goulart com o propósito exclusivo de desestabilizá-lo, desacreditá-lo diante da opinião pública, facilitando assim, o serviço dos golpistas que previam, com o agravamento da crise econômica, o desencadeamento de uma onda de protestos, greves e passeatas dos diversos seguimentos sociais, ocupando as ruas para exigir uma tomada de posição das Forças Armadas contra o governo.

Mas, segundo Bandeira (2001), o governo Jango reagiu decretando a moratória da dívida externa e reativando a Lei de Remessas de Lucros,<sup>21</sup> cortando a carne dos investimentos das empresas norte-americanas no Brasil, entre elas, os poderosos setores do petróleo, fumo e da indústria farmacêutica. As medidas visavam conter a sangria do país, a evasão de divisas, possibilitando ao Brasil vencer o bloqueio de crédito externo imposto pelos Estados Unidos.

No plano interno, a aplicação dos recursos do governo adotava desde o início medidas nacionalistas e populares, com investimentos pesados na educação; construção de conjuntos residenciais beneficiando cerca de 100 mil famílias; instalação de hospitais regionais; criação da aposentadoria especial em função da natureza do serviço; apoio à criação de sindicatos rurais e o reconhecimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); criação da Eletrobrás, dando início aos estudos e entendimentos com o Paraguai para a construção de Itaipu; incentivo à Companhia Vale do Rio Doce para construir o porto de Tubarão.

Como resultado das ações realizadas, diferentemente do cenário de desgaste diante do empresariado, dos grandes produtores rurais e do governo norte-americano, a população brasileira em geral tinha boa opinião em relação ao governo do presidente João Goulart. Segundo Bandeira, ao contrário do que a propaganda golpista interna e externa pregava para justificar seus objetivos,

---

21 A Lei de Remessas de Lucros havia sido aprovada no Congresso em novembro de 1961, mas ainda não estava em vigor por decisão do governo, funcionando como uma “carta na manga” nas negociações com os Estados Unidos. O texto estabelecia um limite de 10% do capital registrado, a ser remetido ao exterior por cada empresa estrangeira sediada no Brasil.

grande parte dos brasileiros apoiava Jango. Esse apoio foi traduzido em números:

Pesquisa realizada pelo Instituto IBOPE [...] oito meses antes de cair [indicou] que 35% da opinião pública considerava o governo ótimo e bom. 41% consideravam regular, enquanto apenas 19% consideravam um governo péssimo. Em pesquisa realizada pelo mesmo instituto entre os dias 9 e 26 de março de 1964, isto é, cinco dias antes do golpe, 47% dos entrevistados, contra 37% em julho de 1963, responderam que votariam em Goulart se ele pudesse se candidatar à reeleição para a Presidência da República, enquanto o percentual dos que não votariam caíra de 50% para 46% no mesmo período (BANDEIRA, 2001, p. 185).

A popularidade do Presidente estava em alta. Os números da pesquisa revelaram que a aspiração da sociedade brasileira, à época, era a manutenção do governo. Independente dessa aprovação popular do governo Jango, no segundo semestre de 1963 o País estava em ebulição. O levante de sargentos das três Armas, em Brasília, no início de setembro de 1963, ocupando importantes centros administrativos para protestar contra a recusa do STF em reconhecer sua elegibilidade, assustou os oficiais pela quebra da disciplina.

Os dias eram tensos e muitos grupos de direita tinham passado da fase da propaganda ideológica do IPES/IBAD para ações mais concretas, como o armazenamento de armas e munições para enfrentar os combates nas reações que possivelmente viriam da esquerda depois da iniciativa militar de depor o governo. Foram registradas as presenças de milícias de direita armadas, espalhadas por vários estados brasileiros, prontas para dar apoio aos militares.

Há meses a Inteligência do governo mantinha o presidente informado de movimentações suspeitas em diversos setores da sociedade. Segundo Bandeira (2001), o Itamaraty registrava, já há algum tempo, um número elevado de pedidos de visto de cidadãos norte-americanos no Brasil. Tratava-se de agentes da CIA que aos poucos foram se infiltrando na vida brasileira, de sorte que no início de 1964 já eram cerca de 5000 agentes só no Nordeste, treinados para entrar em combate contra as forças de resistência ao movimento que derrubaria Jango.

Em 10 de outubro de 1963, o Serviço de Inteligência fez uma apreensão que particularmente preocupou muito Jango:

Soldados do 1º Batalhão da Polícia do Exército, vasculharam uma chácara em Jacarepaguá, perto do Sítio Capim Melado, de propriedade de João Goulart. Lá descobriram 10 metralhadoras Thompson, calibre 45, 20 carregadores, 72 caixas de 50 cartuchos Remington Kleanbore 45, 10 granadas Federal Blast Dispersion Tear Gas e um rádio transmissor-receptor portátil Motorola, marcado com o

símbolo do Ponto IV (mãos apertadas), da Embaixada dos EUA. [...] As investigações evidenciaram que se tramava o assassinio de Goulart e de seus filhos, bem como o de muitos políticos e generais favoráveis ao governo. O Inquérito Policial-Militar comprovou a intenção criminosa do inspetor José Pereira de Vasconcelos, do delegado Cecil Borer, diretor do DROPS, de seu irmão Charles e, sobretudo, do Coronel Gustavo Borges, Secretário de Segurança do Estado da Guanabara, o principal responsável pela colocação das armas na chácara do português Alberto Pereira da Silva [amigo de Carlos Lacerda]. Nada se apurou diretamente contra o governador Lacerda, mas, sem dúvida alguma, ele, como governador, não estava alheio à iniciativa. [...] O propósito de abater Goulart a tiros, aliás, não era recente. Agentes do governo da Guanabara viajaram ao Chile, com o intuito de assassiná-lo, quando de sua viagem àquele país, em abril de 1963 (BANDEIRA, 2001, p. 133, 134).

Em Minas Gerais também se planejou o assassinato de Jango, Brizola e outros líderes trabalhistas. A data estava acertada para o comício de 19 de abril. Esse fato foi revelado mais tarde,

em entrevista [concedida pelo] ex-governador José Magalhães Pinto [a Luiz Alberto Moniz Bandeira] o atentado fora planejado por um grupo radical chamado Águia e composto por membros do Clube Mineiro de Caçadores. O general José Lopes Bragança, em entrevista à imprensa, revelou que o designado para abater Goulart fora o coronel José Oswaldo Campos do Amaral, campeão de tiro (BANDEIRA, 2001, p. 282, nota 50).

O presidente João Goulart recebia essas e outras informações de prisões de pessoas contrabandeando armas, descobertas de depósito de armamentos e envolvimento das Forças Armadas no transporte de munição, mas não tomava medidas para apurá-las a fundo, descobrir e punir os responsáveis.

Goulart cria que, com o apoio popular, neutralizaria qualquer tentativa de golpe de Estado. E seus dois principais assessores militares não estiveram à altura dos acontecimentos. O general Jair Dantas Ribeiro, ministro da Guerra, representou a partir de determinado momento um papel ambíguo. [...] E o general Argemiro de Assis Brasil, chefe da Casa Militar da Presidência da República, [...] era um homem extremamente ingênuo (BANDEIRA, 2001, p. 129).

No início de 1964, os rumores sobre a iminência do golpe eram freqüentes e atingiam diretamente o já combalido mercado financeiro, piorando ainda mais a saúde da economia brasileira. Em março de 1964 os economistas projetavam uma inflação de 100% para aquele ano. As duras medidas tomadas por Goulart contra o capital externo, para se defender do bloqueio aos créditos, imposto pelos Estados Unidos, agradaram os setores de esquerda que estavam

titubeantes desde as decisões tomadas pelo governo para fazer funcionar o Plano Trienal.

Para a direita e o embaixador Lincoln Gordon, Jango tinha dado uma guinada para a esquerda, embora os partidos e movimentos progressistas não confiassem totalmente nessa nova postura do governo. Tinham ainda muitas resistências quanto a algumas medidas que estavam em vigor e que eram contra os interesses trabalhistas. Mas o presidente queria promover uma reaproximação e anunciava planos de fazer as reformas de base com o apoio popular e dos partidos de esquerda.

Incumbido por Goulart, San Tiago Dantas, em princípio de fevereiro [de 1964], tentaria unificar os setores políticos progressistas através de uma Frente Ampla que iria do PSD ao PCB. O 'programa mínimo' da Frente, incluía emendas constitucionais concedendo voto aos analfabetos, elegibilidade dos praças e sargentos, revisão do art. 141 da Constituição (que impunha o pagamento à vista e em dinheiro nos casos de desapropriação de terra), legalização do PCB e negociação de uma moratória da dívida externa (TOLEDO, 2004, p. 94).

No dia 13 de março, Jango dissipou todas as dúvidas da esquerda em relação aos seus propósitos de realizar as reformas de base, quando participou do comício mobilizado pelo CGT, em parceria com a assessoria sindical do governo. De acordo com Parker (1977), João Goulart havia escolhido a praça localizada em frente à Estação Dom Pedro II e ao lado do Ministério da Guerra no Rio de Janeiro porque era caminho de uma multidão de trabalhadores que voltavam para casa no horário marcado para iniciar o ato público. Arditamente, o governador Carlos Lacerda decretou feriado naquele dia, na esperança de desmobilizar o comício. Apesar disso, o evento que reuniu governadores, partidos de esquerda, movimentos populares e sindicais, atraiu para a praça cerca de 200 mil pessoas.

No extenso mar de cartazes e de faixas empunhadas pela massa popular, liam-se alguns slogans que inquietariam as classes dominantes e atemorizariam as classes médias: 'Reforma ou Revolução'; 'Força para os gorilas'; 'Yankee, go home'; 'Defenderemos as reformas à bala!'; 'Legalidade para o PCB'; 'Reeleição de Jango!'. [...] Após 3 horas de inflamados discursos, Goulart encerrou o ato anunciando a promulgação de dois decretos: o da nacionalização das refinarias particulares de petróleo e o da desapropriação das propriedades de terras (com mais de 100 hectares) que ladeavam as rodovias e ferrovias federais e os açudes públicos federais (TOLEDO, 2004, p. 95, 97).

Além disso, as reformas que seriam defendidas em outros comícios marcados para algumas capitais de estados a partir daquele dia incluíam a reforma universitária, assegurando

liberdade de ensino; a reforma da Constituição, para dar poderes legislativos ao presidente da República, e a consulta à população, para referendar as reformas de base.

Todo o comício do dia 13 de março foi transmitido pela televisão e pelo rádio, o que ampliou em muitas centenas de vezes o número de pessoas que puderam acompanhar os discursos.

A reação da direita não tardou. No dia 19 de março (festa de São José, padroeiro da família), foi realizada, em São Paulo, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que reuniu cerca de 500 mil pessoas, na maioria mulheres ligadas à Igreja Católica. O historiador Hélio Silva revela que o ato público foi uma idéia da freira Ana de Lourdes, neta de Rui Barbosa. Em contato com um grupo de empresários paulistas, a irmã “sugeriu que se fizesse uma Marcha de Desagravo ao Santo Rosário pela ofensa que tinha constituído as palavras de Goulart, na Guanabara” (SILVA, 1975, p. 336).<sup>22</sup> A direita havia se preparado para o embate, que estava apenas começando. Todos os setores estavam mobilizados e a data do desfecho se aproximava.

No dia 26 do agitado mês de março de 1964, ainda ocorreu uma movimentação na Marinha conhecida como “Revolta dos Marinheiros”, que inquietou e provocou a ira dos oficiais de alta patente das três Forças. Cerca de 1.200 marinheiros e fuzileiros navais se rebelaram em protesto pela prisão dos diretores da proibida Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que haviam decidido comemorar o segundo aniversário da organização, ao arrepio das determinações do ministro da Marinha. Comandados por José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo, os rebelados se amotinaram na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Um contingente enviado para prender os revoltosos acabou aderindo ao movimento, fazendo crescer o número dos descontentes. Os marujos e fuzileiros receberam a solidariedade e incentivo de políticos de esquerda, inclusive com a coleta de dinheiro e mantimentos necessários para manter o movimento, enquanto as Forças Armadas cercavam o prédio do Sindicato para efetuar as prisões. A rebelião acabou levando o ministro da Marinha, almirante-de-esquadra Sylvio Motta, a pedir demissão do cargo, por discordar da forma como Jango conduziu o movimento. Para por fim ao motim, os rebeldes receberam o perdão do presidente da República, foram libertados e, em seguida, saíram em passeata pelo centro do Rio de Janeiro. Esse gesto foi

---

<sup>22</sup> No comício das reformas, em 13 de março no Rio de Janeiro, Jango fazendo referências às mulheres de Belo Horizonte que, de terço na mão, tinham impedido um comício de Leonel Brizola, disse: “não é com rosário que se combatem as reformas” (Silva, 1975, p. 336).

entendido pelos militares como quebra da disciplina e rompimento da hierarquia.

Os militares que aguardavam uma forte motivação para romper com o regime constitucional, dando início à ação golpista, viram nos acontecimentos a oportunidade esperada. Já naquele momento surgiram denúncias de que essa crise teria sido produzida pela CIA para instigar os militares à ação. Segundo o que se comentava, Cabo Anselmo era um agente infiltrado na esquerda para provocar tumultos.

A presença de João Goulart no Automóvel Club do Brasil para receber homenagens dos sargentos, no dia 30 de março de 1964, é entendida como uma provocação pública do presidente às Forças Armadas, ressentidas com a condução que ele dera à crise dos marinheiros. Em seu pronunciamento, transmitido pelo rádio e pela televisão, Jango revelou mais uma vez seus propósitos de realizar as reformas de base para fortalecer a economia e construir um país mais igual, capaz de oferecer melhores condições de vida para os brasileiros. Em nenhum momento ele frustra as expectativas da esquerda, apesar das pressões sobre seu governo, e como nos informa Silva Neto, afirma claramente,

realizaremos com apoio de tôdas as forças patrióticas e progressistas do País, e com o apoio das Fôrças Armadas, as reformas cristãs e democráticas que preconizamos. Mas as realizaremos à sombra única da bandeira Nacional do Brasil. Iludem-se aquêles que pretendem mistificar o povo brasileiro. Engana-se quem, através de propaganda cara, das mais caras que já conheceu nossa história, pretende iludir o povo brasileiro, fazendo crer que nós, povo, Fôrças Armadas e trabalhadores desejamos outras reformas que aquelas. Se quiserem saber quais as côres que presidirão as reformas que serão realizadas, basta olhar a túnica de comandantes e comandados do nosso Exército, da nossa Aeronáutica, da nossa Marinha, da Polícia Militar. E ali, em cada túnica encontrarão o verde-oliva que é o verde da Bandeira Brasileira. O Azul da Aeronáutica e da Marinha que é o Azul da Bandeira Brasileira. É com essas cores – verde, amarelo e azul – que faremos as reformas. E se êsses reacionários, se essas fôrças insensíveis às reivindicações do povo brasileiro, quiserem olhar para trás dessas túnicas, encontrarão também um coração brasileiro, um coração que bate na defesa também dos interêsses mais altos dessa Nação (SILVA NETO, 2003, p. 473, 474).

João Goulart fazia referência às reformas de base anunciadas durante comício da Central do Brasil, em 13 de março. Essas reformas, ao contrário do que afirmava a oposição, não tinham caráter socialista. Na realidade, eram reformas para fortalecer o sistema capitalista, mas em bases que garantissem maior autonomia ao governo brasileiro, diminuindo a dependência externa, e dotassem o Brasil de capacidade de maior fortalecimento do mercado interno e da indústria



nacional, visando à ampliação do emprego e a construção de um país mais justo e com oportunidade para todos. Porém, esse programa entrava em choque com os interesses expansionistas do capital norteamericano, e o golpe de Estado se tornou a última alternativa para pôr fim a esse modelo de desenvolvimento.

Desde o início de 1964 a troca de informações de empresários, fazendeiros e grupos de apoio com o governo americano, tinha se intensificado, por meio da embaixada dos Estados Unidos e seus consulados no Brasil. Todos os passos eram informados ao Departamento de Estado americano, que esperava o assalto final dos militares sobre o governo para o dia 2 de abril, conforme havia sido combinado. Segundo Bandeira, para assegurar todo o apoio logístico e ter certeza de que nada daria errado,

em 31 de março de 1964 o governo americano atendendo pedido do embaixador Lincoln Gordon acionou a Operação Brother Sam, que consistia na expedição para o Brasil de uma força-tarefa, composta pelo porta-aviões Forrestal, destróieres de apoio, entre os quais um com mísseis teleguiados, navios carregados com armas e mantimentos, bem como quatro petroleiros com 136 mil barris de gasolina comum, 272 mil barris de combustível para jatos, 87 mil barris de gasolina de avião, 35 mil barris de óleo diesel e 20 mil barris de querosene. [...] Sete aviões de transporte C135, com 110 toneladas de armas, oito aviões de caça, oito aviões tanques, um avião de comunicações e um posto aéreo de comando estabeleceriam uma ponte aérea, ligando as bases norte-americanas e o Brasil (BANDEIRA, 2001, p. 173).

Essa mobilização tinha o objetivo de dar suporte ao levante contra João Goulart, promovendo uma invasão das Forças Armadas dos Estados Unidos, caso houvesse uma resistência organizada pelo presidente da República e seus apoiadores.

Jango percebera que a cada dia diminuía as possibilidades de salvar seu governo e o regime democrático. Conforme Bandeira (2001), no dia 31 de março, quando as tropas do general Mourão Filho já estavam em marcha na direção do Rio de Janeiro, alguns mensageiros se apresentaram a Goulart, tentando mediar um acordo com os golpistas que lhe assegurasse a permanência na Presidência da República. Um deles foi Juscelino Kubitschek, que era simpático ao movimento dos militares como forma de tirar Jango da disputa eleitoral anunciada para 1965. Em seguida, a mesma proposta foi apresentada pelo general Peri Beviláqua, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), comprometendo-se a segurar o impetuoso Mourão Filho, que havia dado início ao golpe à revelia do comando geral do movimento, sob a responsabilidade

do IPES/IBAD/ADP/ESG/CIA. Por fim, naquela mesma noite, o contato final foi feito por telefone pelo general Amaury Krueel, comandante do II Exército. As condições para o acordo eram mais ou menos as mesmas pregadas pelo presidente norteamericano John Kennedy durante todo o seu governo: rompimento das relações com Cuba; repressão aos comunistas e militantes de esquerdas nos sindicatos; troca do ministério, com a nomeação de ministros conservadores; proibição da greve geral anunciada; intervenção nos sindicatos e fechamento do CGT, UNE e outras organizações populares; punição dos marinheiros; demissão de seus auxiliares apontados como comunistas, tendo como alvo principal seu cunhado, Leonel Brizola. Era uma proposta indecente para um presidente com a história de Goulart. Assim, Bandeira relata que Jango

ponderou que, se aceitasse aquelas exigências, ficaria numa posição pior que a do parlamentarismo e que ele não seria um Presidente decorativo. Em seguida, ao perceber o tom de ultimato, passou a tratar Krueel cerimoniosamente, dizendo-lhe com rispidez: 'General, eu não abandono os meus amigos. Se essas são as suas condições, eu não as examino. Prefiro ficar com as minhas origens. O senhor que fique com as suas convicções. Ponha as tropas na rua e traia abertamente'. E desligou o telefone. (BANDEIRA, 2001, p. 178).

O golpe, marcado para o dia 2 de abril, coincidiria com a realização de uma grande passeata organizada pelos movimentos financiados pela CIA, por meio do IPES/IBAD, em apoio à intervenção militar. Mas o general Olympio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, sediada em Juiz de Fora (MG), com o apoio do governador de Minas Gerais, José Magalhães Pinto, antecipou-se e colocou as tropas em marcha, a caminho do Rio de Janeiro. Mesmo sem o consentimento dos demais generais golpistas, que foram obrigados a acompanhá-lo para não ver o plano fracassado, estava deflagrada a derrubada do governo João Goulart.

Como se dava tão frequentemente na história brasileira (1889, 1930, 1937, 1945), o confronto político civil foi abreviado por um golpe de Estado militar, organizado por muitos dos mesmos oficiais que haviam forçado a deposição de Getúlio em 1954 e se oposto à posse de Jango em 1961. A intenção era acabar com a presidência de Jango e, com ela, esperavam eles, a era Getúlio Vargas. [...] Em 31 de março e 1º de abril, unidades militares tomaram prédios governamentais-chave em Brasília e no Rio. [...] Os militares e a polícia prenderam rapidamente figuras-chave do aparato populista. Líderes sindicais foram o primeiro alvo, mas o expurgo logo se expandiu para incluir políticos e burocratas considerados subversivos ou não confiáveis (SKIDMORE, 1998, p. 215, 216).

O Presidente João Goulart, que se encontrava no Rio de Janeiro, voltou para Brasília e em

seguida foi para Porto Alegre. Segundo descreve Silva, “do aeroporto, o Presidente e todos os presentes se dirigiram para a casa do Comandante do 3º Exército, à Rua Cristóvão Colombo, nº 3232. As tropas dando segurança, postaram-se em pontos estratégicos e em torno do local” (SILVA, 1987, p. 103).

Esperava-se uma orientação de Jango, que, ao final, decidiu não reagir, dispensando seus assessores e viajando para uma de suas fazendas em São Borja. No dia 4 de abril, ele partiu para o Uruguai, onde já se encontrava sua família.

A articulação do IPES/IBAD com a ESG, ADEP e ADP saiu vitoriosa, e o golpe civil-militar de 31 de março de 1964 foi uma ação para garantir a segurança dos investimentos dos grandes empresários nacionais e transnacionais e promover a mudança nos rumos da política brasileira, até aquele momento conduzida na visão nacionalista, popular e reformista, sob o comando das forças de centro-esquerda, tendo à frente João Goulart. Raposo relata um depoimento de Brizola contando como viu a participação militar no movimento que derrubou Jango: “O golpe de 64 para mim poderia ser compreendido como uma ditadura empresarial. Os militares não fizeram nada mais nada menos que agarrar a vaca leiteira pelas ancas. Mas quem ordenou mesmo a vaca foram grupos empresariais. Eles é que traçaram as regras” (RAPOSO, 1994, p. 36).

A partir de 64 os militares vão estar no comando central do governo, mas os empresários, sócios do IPES/IBAD, vão ocupar os postos-chave da administração pública. Os esforços e investimentos empregados na campanha contra João Goulart vão se fazer valer na composição dos postos do novo governo e no direcionamento da economia brasileira, colocada agora a serviço dos interesses dos grupos empresariais nacionais e estrangeiros.

No exílio, Jango foi um empresário do setor agropecuário, muito bem sucedido. Mas nunca deixou de acompanhar a política e os problemas do Brasil. Jango morreu numa fazenda no município de Mercedes, província de Corrientes, na Argentina, em 6 de dezembro de 1976. O único médico disponível naquela noite, chamado para prestar socorro, o pediatra Ricardo Rafael Ferrari, sem realizar autópsia, atestou como causa mortis, “enfermidad”.

João Goulart nunca pôde retornar ao Brasil. Depois de morto, o corpo esperou horas na fronteira, enquanto articulações políticas tentavam convencer autoridades militares a permitir que a família realizasse o sepultamento em São Borja.

Sua morte se deu em condições ainda não esclarecidas. Até hoje existem fortes indícios de que o ex-presidente tenha sido vítima de um envenenamento executado pela Operação Condor. Entre 1976 e 77, num período de apenas 9 meses, três expressivas lideranças da política brasileira morreram em situações suspeitas: os ex-presidentes Juscelino Kubitschek (22 de agosto de 1976) e João Goulart (6 de dezembro de 1976), e o ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda (22 de maio de 1977).<sup>23</sup>

---

23 A Operação Condor foi uma organização criminosa mantida por militares golpistas à frente de governos na América do Sul, que tinha como objetivo eliminar lideranças políticas que representassem alguma ameaça aos regimes ditatoriais, trocar informações e prisioneiros, além de sequestrar militantes de esquerda.

### 3 O PAPEL DO CONGRESSO NACIONAL NO GOLPE

Na manhã de 1º de abril, Jango estava no Palácio das Laranjeiras, no Rio. As informações que recebia davam conta de que o golpe estava em marcha. Aliás, já não precisava de comunicados e telefonemas, pela janela de seu gabinete podiam ser vistos soldados armados, cercando o Palácio. Não tendo mais o que fazer na antiga capital, viajou para Brasília, deixando para trás a Guanabara, para a satisfação do governador Carlos Lacerda, que já visualizava o sucesso do levante, apesar, como vimos no capítulo anterior, da precipitada decisão do general Olympio Mourão, que obrigava os demais setores golpistas a acompanhá-lo para não comprometer o sucesso do movimento.

Mas Jango já sabia que no Distrito Federal as condições para organizar qualquer resistência eram muito pequenas. E isso ele próprio confirmaria ao chegar. Brasília era uma ilha, longe de tudo, em particular, do povo que poderia lhe dar sustentação naquele momento. E, para piorar, podia ser rapidamente alcançada por unidades das Forças Armadas sediadas em Goiás (Base Aérea de Anápolis), e Minas Gerais (Paracatu). Como se não bastassem todas essas dificuldades, segundo Tavares (1999), nesse dia muitos telefones estavam cortados no Palácio, o que aumentou a insegurança e o isolamento do presidente.<sup>24</sup>

Tavares relatou que, quando soube que o presidente estava em Brasília, correu para o Palácio do Planalto.<sup>25</sup> Ao chegar, o presidente já se preparava para sair. Diante dos presentes, Jango informou: “Acabo de falar com o comandante do III Exército. Vou instalar o governo no Rio Grande do Sul e viajo hoje mesmo para Porto Alegre” (TAVARES, 1999, p. 147).

---

24 Na entrevista realizada pelo autor com o ex-ministro Waldir Pires, que no governo Jango ocupou o cargo de Consultor-Geral da República, função semelhante à que hoje desempenha o ministro da Advocacia-Geral da União, ele afirmou não ter reparado, naquele dia 1º de abril, problemas nos telefones. Entretanto, salientou que depois da partida do presidente Goulart para Porto Alegre é possível que os militares tenham mexido nos telefones para dificultar a reação dos legalistas.

25 Flávio Tavares é jornalista e, entre 1960 e 1968, foi comentarista político do jornal “Última Hora”, do Rio e de São Paulo. No dia 1º de abril, tendo a informação de que o presidente da República estava em Brasília, dirigiu-se ao Palácio do Planalto para acompanhar os desdobramentos da crise.

Em Brasília, Jango não teve como se encontrar com a esposa, Maria Tereza, e os filhos, que aguardavam notícias na Granja do Torto. Reuniu-se com alguns ministros, entre eles, Waldir Pires e Darci Ribeiro. Não tendo mais o que esperar, foi para o aeroporto, onde um avião Coronado, da Varig, o aguardava. Os desinformados acreditavam que Jango partiria diretamente para o exílio no exterior. Era o que se comentava naqueles dias sobre a possível decisão que o presidente tomaria. A aeronave que o aguardava no aeroporto de Brasília apresentou problemas técnicos e João Goulart esperou horas sem conseguir decolar.<sup>26</sup> Com o avançar das horas sem que a Varig resolvesse o problema, foi necessário requisitar um avião da Força Aérea Brasileira. Era uma aeronave de menor porte, um turboélice que levou cinco horas até Porto Alegre. Eram por volta de 23h30min do dia 1º de abril, quando finalmente o avião do presidente decolou. Assim, quando a aeronave que levava Jango aterrissou na capital gaúcha, já era madrugada adiantada. Goulart tinha ido buscar forças no Rio Grande, onde podia contar com a fidelidade do III Exército, comandado pelo general Ladário Pereira Telles. Como vimos no capítulo anterior, foram seus correligionários do sul, liderados por Brizola, que garantiram sua posse em 1961. Mas, apesar dos companheiros continuarem unidos com os mesmos propósitos, as condições agora eram outras. Naquela oportunidade, Brizola era governador do Estado e tinha poderes sobre a polícia militar, os meios de comunicação e outros setores que facilitaram a Campanha da Legalidade. Agora, apesar de sua grande liderança, Brizola era apenas deputado federal pela Guanabara.

Dona Maria Tereza e os filhos, deixando Brasília, seguiram na mesma noite para Porto Alegre, em um outro avião. Chegando lá, foram recebidos no aeroporto por um assessor de Brizola, que os orientou a, dali mesmo, seguir viagem para São Borja. Já estava amanhecendo o dia quando aterrissaram em uma das fazendas do presidente. No início da tarde de 2 de abril, Jango mandou um avião para levá-los ao Uruguai.

Em Brasília, as atenções estavam voltadas para o Congresso Nacional, porque o vice-presidente do Senado, Auro Soares de Moura Andrade,<sup>27</sup> havia convocado sessão extraordinária

26 Alguns historiadores afirmam que os problemas no avião foram causados por sabotagem, outros trazem informações de que o aparelho já havia apresentado esses problemas em viagem anterior.

27 Pela legislação da época, o presidente do Senado era o vice-presidente da República, cargo que Jango exerceu durante os governos Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Quando assumiu a presidência da República, em 1961, o cargo ficou vago, sendo exercido pelo vice-presidente do Senado, que na ocasião do golpe era o senador Auro de Moura Andrade; de agora em diante, ele será tratado neste trabalho como presidente do Senado e, por conseguinte, presidente do Congresso Nacional, cargo que efetivamente exerceu porque o Brasil não tinha um vice-presidente da República.

para fazer comunicações importantes e tomar decisões urgentes, que viriam a definir o destino da Nação.

Para compreender melhor as iniciativas dos parlamentares e suas posições políticas em relação ao governo Jango, é importante recordar a atuação do IPES/IBAD nas eleições de 1962, como relatado no capítulo anterior. Duas organizações trabalhando em parceria: uma articulando apoio através da propaganda ideológica contra o comunismo, unindo empresários, políticos, militares, Igreja e parte da classe média. A outra, financiando candidatos que assumissem o compromisso de combater o comunismo e o governo de Jango, com dinheiro vindo do governo norteamericano e arrecadações entre os empresários brasileiros e as multinacionais presentes no País.

Segundo Silva Neto (2003) eram 2h40min (madrugada do dia 2 de abril) quando o senador Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso, abriu a sessão extraordinária, convocada por ele próprio.

Estavam presentes 212 congressistas – 29 senadores e 183 deputados.<sup>28</sup> Depois de algumas tentativas de controlar os exaltados ânimos dos parlamentares, o senador Auro de Moura Andrade suspendeu a sessão, para reabrir os trabalhos pouco depois, com o Plenário mais calmo.

Silva (1975) esclarece que, nos 20 minutos em que a sessão esteve suspensa, Moura Andrade se reuniu com os líderes do PSD e da UDN, quando o deputado Pedro Aleixo teria defendido a solução do golpe sumário, declarando a vacância e encerrando a sessão imediatamente. Na opinião do parlamentar, os militares esperavam esse gesto do Congresso, que não poderia faltar às Forças Armadas num momento decisivo para a Nação.

De fato, a solução deveria ser apoiada pelos congressistas arregimentados e, muitos deles, financiados pelo IBAD nas eleições de 1962 para atuarem em momentos decisivos como aquele. Ao dizer que os militares esperavam aquele gesto, Aleixo estava se referindo, indiretamente, a toda a campanha contra Jango, que desde 1961 tinha a participação da ADP. Era para gestos e ações daquela natureza que as forças de direita vinham se organizando desde a posse de Goulart. Como mostramos no capítulo anterior, a CIA, através do embaixador americano Lincoln Gordon, tinha investido 20 milhões de dólares para que, no momento certo, os parceiros do Congresso não faltassem aos planos do golpe. Referindo-se às investigações da CPI do IBAD, Langguth informa

---

<sup>28</sup> Segundo Nicolau, em 1964, o Congresso Nacional era composto por 409 deputados federais e 67 senadores (Nicolau, 2010. Disponível em <http://jaironicolau.iuperj.br/>. Acesso em: 08 jun. 2010).

que nas eleições de 1962 “A CIA gastara 20 milhões de dólares e, na embaixada dos Estados Unidos, todos os elementos envolvidos, de Lincoln Gordon para baixo, estavam preocupados com as provas incriminatórias que poderiam vir a público” (LANGGUTH, 1979, p. 90). Também, segundo Gomes e Ferreira, Raul Ryff, que exerceu o cargo de secretário de imprensa do presidente João Goulart, afirmou: “A embaixada americana, hoje não é segredo para ninguém, contribuiu com US\$ 20 milhões para diminuir a representação política de Jango no Congresso” (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 198).

Pedro Aleixo lembra ao presidente do Congresso e aos demais líderes da oposição que havia chegado a hora de aquela parcela do parlamento contribuir efetivamente com o projeto iniciado em 1961, e que teve nas eleições de 1962 a grande aposta dos financiadores do ADP/IBAD.

Pouco antes, naquela mesma noite, depois de deixar o presidente João Goulart no aeroporto, o deputado Tancredo Neves, líder do governo, fora direto para o Congresso. Lá soube dos planos do senador Moura Andrade, de declarar a vacância do cargo de presidente da República na sessão convocada para aquela noite, alegando que o Presidente estava fora do País.

Darci Ribeiro estava no Palácio do Planalto quando recebeu a comunicação do Dep. Tancredo Neves, levada por Doutel de Andrade, líder do PTB. Aproximava-se a meia noite. Não havia mais datilógrafo no Palácio, onde se encontravam as poucas pessoas que se dispunham a estar presentes, numa hora tão difícil e conturbada. Waldir Pires redigiu, diretamente na máquina, o ofício para ser assinado por Darci Ribeiro, como chefe da Casa Civil (SILVA, 1975, p. 424).<sup>29</sup>

De acordo com Silva Neto, quando foi possível dar prosseguimento à sessão o senador Auro de Moura Andrade informou aos congressistas e à Nação: “Comunico ao Congresso Nacional que o Sr. João Goulart deixou, por força dos notórios acontecimentos de que a Nação é conhecedora, o Governo da República” (SILVA NETO, 2003, p. 477).

A esse comunicado seguiram-se aplausos prolongados dos parlamentares de partidos da oposição, já comemorando o fim do governo Jango. Conforme relata Oliveira, deputados e senadores do PTB e partidos fiéis ao presidente protestavam contra a condução dada pela Mesa Diretora e exigiam a leitura do ofício dirigido por Darci Ribeiro: “O Presidente do Congresso, a

<sup>29</sup> No ofício assinado por Darci Ribeiro, o chefe da Casa Civil, comunica os congressistas, por intermédio do presidente Moura Andrade, que o presidente da República encontrava-se em território nacional, no Rio Grande do Sul, acompanhado de seus ministros, onde tinha instalado o governo.



princípio, resistiu em autorizar a leitura. Em face dos veementes protestos dos correligionários de Goulart, principalmente dos deputados Douzel de Andrade e Sérgio Magalhães, Moura Andrade determinou ao secretário da Mesa, deputado Aniz Badra, a leitura da carta” (OLIVEIRA, 2009, p. 85).

Era uma mensagem curta, mas desmentia a comunicação feita pouco antes por Moura Andrade, pois informava que o Presidente João Goulart estava em Porto Alegre, onde estabeleceria a sede do governo:<sup>30</sup>

Brasília, 2 de abril de 1964 – Senhor Presidente, o senhor Presidente da República incumbiu-me de comunicar a Vossa Excelência que, em virtude dos acontecimentos nacionais das últimas horas, para preservar de esbulho criminoso o mandato que o povo lhe conferiu, investindo-o na Chefia do Poder Executivo, decidi viajar para o Rio Grande do Sul, onde se encontra à frente das tropas militares legalistas e no pleno exercício dos Poderes constitucionais, com seu Ministério. Atenciosamente, Darci Ribeiro – Chefe do Gabinete Civil (SILVA, 1975, p. 425).

Os deputados foram surpreendidos pela declaração de vacância do cargo. O que se comentava naqueles dias é que os partidos de direita iriam propor o impeachment do presidente da República. Portanto, os governistas tinham se preparado para uma batalha naquela noite, que se daria dentro das normas do Regimento. Se dependesse de votação em Plenário, o PTB sabia que poderia usar de recursos regimentais, se necessário até derrubando a sessão por falta de quorum, como manobra legítima para ganhar tempo e poder preparar a base de sustentação do governo para outro embate na sessão seguinte.

Em meio ao tumulto, o deputado Sérgio Magalhães, formulando questão de ordem, mostrou à Mesa e aos demais congressistas a ilegalidade daquela sessão, que havia sido convocada para um comunicado sem amparo regimental. No Regimento Comum, que normatizava as sessões do Congresso, não estava prevista sessão com aquela finalidade. Mas o presidente Moura Andrade tinha as palavras do deputado Pedro Aleixo na mente: os militares esperavam um gesto do Congresso, que não podia faltar às Forças Armadas. Assim, sem responder a questão de ordem e a denúncia do ato ilegal que estava patrocinando, o presidente do Congresso prosseguiu com a leitura da declaração:

---

<sup>30</sup> Enquanto o comunicado assinado por Darci Ribeiro era conhecido pelo Congresso, o presidente da República ainda voava em direção a Porto Alegre.

O Sr. Presidente da República deixou a sede do Governo (Protestos. Palmas prolongadas). ... deixou a Nação acéfala numa hora gravíssima da vida brasileira em que é mister que o Chefe de Estado permaneça à frente do seu Governo. (Apoiados. Muito bem). O Sr. Presidente da República abandonou o Governo. (Aplausos calorosos. Tumulto. Soam insistentemente as campainhas). A acefalia continua. Há necessidade de que o Congresso Nacional como poder civil, imediatamente tome a atitude que lhe cabe, nos termos da Constituição. (Palmas. Protestos), para o fim de restaurar, na pátria conturbada, a autoridade do Governo, a existência do Governo. Não podemos permitir que o Brasil fique sem Governo, abandonado. (Palmas. Tumulto.) Recai sobre a Mesa a responsabilidade pela sorte da população do Brasil em péso. Assim sendo declaro vaga a Presidência da República (Palmas prolongadas. Muito bem. Muito bem. Protestos) e, nos termos do Art. 79, da Constituição Federal, investido no cargo o Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Ranieri Mazzilli (Palmas prolongadas. Muito bem. Muito bem. Protestos). (BRASIL, 1964).<sup>31 32</sup>

A sessão foi encerrada sob forte protesto da base de apoio do governo, às 3 horas da manhã de 2 de abril. Em meio a grande tumulto, os governistas ainda tentaram reabrir os trabalhos, mas foram impedidos. Conforme relata Bandeira, Auro de Moura Andrade “encerrou a sessão, mandando desligar o serviço de alto-falante e a própria iluminação do Plenário, e correu para refugiar-se no gabinete de Pascoal Ranieri Mazzilli. [...] O deputado trabalhista Rogê Ferreira ainda o conseguiu agarrar e esbofeteá-lo. Mas em vão. O golpe de Estado estava consumado” (BANDEIRA, 2001, p. 181).

O tumulto aumentava no Plenário e, segundo Silva (1975), havia informações de grande concentração popular na rodoviária de Brasília, com intenção de invadir o Congresso. A dúvida de grande parte dos parlamentares que apoiavam o golpe era se seria conveniente dar posse a Mazzilli imediatamente e correr o risco de aumentar o número de pessoas protestando ou aguardar alguns dias até que tudo se acalmasse e o Exército tomasse as ruas e os prédios públicos

31 O deputado Ranieri Mazzilli, como presidente da Câmara dos Deputados, era o primeiro na linha sucessória, haja vista que o Brasil não tinha vice-presidente desde que João Goulart, que havia sido eleito para esse cargo, assumira a presidência da República com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

32 Esta nota traz texto transcrito diretamente do arquivo sonoro da Câmara dos Deputados, que difere, em alguns momentos, daquele que está nos anais do Congresso, transcrito acima, provavelmente por erros do serviço de taquigrafia ou revisão posterior realizada pelo orador, como faculta o Regimento (art. 98 § 2º): “O Sr. Presidente da República deixou a sede do Governo. Deixou a Nação acéfala numa hora gravíssima da vida brasileira em que é mister que o Chefe de Estado permaneça à frente do seu Governo. Abandonou o governo. E esta comunicação faço ao Congresso Nacional. Esta acefalia configura a necessidade do Congresso Nacional como Poder civil, imediatamente, tomar a atitude que lhe cabe nos termos da Constituição brasileira para o fim de restaurar, nesta Pátria conturbada, a autoridade do Governo e a existência de Governo. Não podemos permitir que o Brasil fique sem Governo, abandonado. Há, sob a nossa responsabilidade, a população do Brasil, o povo, a ordem. Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República. E, nos termos do Artigo 79 da Constituição, declaro presidente da República o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli”.

na capital, oferecendo garantias e segurança aos golpistas.

O senador Moura Andrade, em meio ao grande tumulto que se formou nos corredores do Congresso, seguido de um grupo de parlamentares que o acompanhava, ao entrar no gabinete de Mazzilli para escapar da fúria dos governistas, estava decidido a terminar o que havia começado no Plenário, e, de acordo com Silva, foi logo dando a ordem ao presidente da Câmara, que aguardava, recolhido, o resultado da sessão:

'Vamos para o Palácio, pois o senhor vai ter que assumir a Presidência, que já está vago o cargo, declarado pelo Congresso. Eu convidei o Presidente do Supremo, Ministro Ribeiro da Costa, que está vindo para aqui, para nos dirigirmos para lá.' Havia um carro, estacionado na saída dos fundos da Câmara, onde entraram Ranieri e Auro de Moura Andrade. Também estava no saguão, [...] o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Guarneceram o carro os deputados Cunha Bueno, Luiz Fernando Freire, Anísio Rocha e Afonso Celso, armados, formando a segurança da comitiva, que entrou pela garagem do Palácio do Planalto. [...] Instalados no terceiro andar, o senador Auro de Moura Andrade, sabendo que o Gen. Nicolau Fico se achava no quarto andar em companhia de Waldir Pires e Darci Ribeiro, encarregou os Deputados Anísio Rocha, Cunha Bueno e Afonso Celso de convocarem aquele militar para assistir à cerimônia da posse. O Gen. Fico não quis descer. Às 3:45 da manhã [do dia 2 de abril], o Dep. Ranieri Mazzilli foi empossado pela quinta vez, na Presidência Provisória da República. No terceiro andar já se encontravam vários outros congressistas entre os quais, os Deputados José Bonifácio, Nelson Carneiro, Ulisses Guimarães, João Agripino e o Gen. André Fernandes. [...] Pelo elevador privativo da Presidência, a última resistência janguista se retirava: Waldir Pires e Darci Ribeiro (SILVA, 1975, p. 428 e 429).

Os últimos ministros do governo Jango permaneceram no Palácio do Planalto até aquela hora como guardiões de uma democracia que não tinham mais forças para manter. Naquele momento, a resistência em Brasília era impossível. O Congresso tinha legitimado a ação militar e, mesmo que os parlamentares governistas conseguissem uma tribuna para denunciar as ilegalidades daquela noite ou um tribunal onde protocolar uma ação contra as decisões tomadas, seriam tentativas inócuas diante dos acontecimentos. A história tinha dado um passo adiante. Apesar de o presidente João Goulart estar em Porto Alegre com parte de seu ministério e, portanto, tendo instalado o seu governo na capital gaúcha, as providências tomadas pelo Congresso inviabilizavam qualquer reação pelas vias normais naquele momento. A tribuna estava fechada após a decisão do Congresso de declarar a vacância e dar posse a Mazzilli na Presidência. Por sua vez, o Poder Judiciário, mesmo sem se reunir para deliberar sobre o assunto,

estava dando o seu “de acordo”, retratado no comparecimento do ministro Álvaro Ribeiro da Costa, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), à solenidade improvisada para proceder à investidura do presidente da Câmara no cargo de presidente da República. A presença do presidente do STF, no exercício do cargo, significou a legitimação conferida pelo último Poder que faltava para completar o tabuleiro do golpe.

O gesto dos ministros Darci Ribeiro e Waldir Pires, de retirarem-se do Palácio diante da invasão dos defensores do golpe, era o retrato do fim de um governo e do regime democrático regido pela Constituição de 1946.

Mazzilli, em sua primeira ação como novo presidente da República, ligou para o general Costa e Silva para pedir reforço na sua segurança. Prontamente atendido, Brasília foi tomada pelas Forças Armadas, tendo ainda a Base Aérea de Anápolis em alerta máximo para, a qualquer necessidade, fazer decolar seus caças.

Nesse momento é necessário abrir um parêntesis para, brevemente, analisar a disposição encontrada nas atitudes do senador Auro de Moura Andrade nessa noite decisiva para o sucesso do golpe militar. O episódio a seguir, narrado por Castello Branco, unido aos interesses que estavam em jogo desde as eleições de 1962, pode explicar a atuação do senador.

A 3 de julho [1962], a Câmara dos Deputados aprovou a indicação do Sr. Auro de Moura Andrade para a chefia do Gabinete.<sup>33</sup> Dois dias depois, quando ele concluía com êxito as negociações para formação do Ministério, o Presidente João Goulart surpreendeu-o mandando o líder do PTB, Sr. Almino Afonso, ler da Tribuna da Câmara, carta que o sr. Auro deixara nas suas mãos renunciando a indicação. A Carta fora condição para que o presidente da República indicasse o presidente do Senado. O sr. Auro soube que havia renunciado quando, na residência do Deputado Arnaldo Cerdeira, acertava, com a colaboração dos srs. Pedro Aleixo, Alkmim, Plínio Salgado e outros, a lista de Ministros (CASTELLO BRANCO, 1975, p. 21).

A história havia dado ao presidente do Congresso a oportunidade de uma vendeta pessoal contra Jango. O troco foi dado com precisão naquela madrugada de abril de 1964, ao colocar os destinos da Nação nas mãos do “Comando Supremo da Revolução”, uma estrutura de poder composta pelos ministros Arthur da Costa e Silva (ministro da Guerra); o vice-almirante Augusto Hamman Rademacker Grunewald (ministro da Marinha); e o tenente-brigadeiro Francisco de

---

<sup>33</sup> O senador Auro de Moura Andrade foi indicado para o cargo de Primeiro-ministro no período parlamentarista brasileiro.

Assis Correia de Melo (ministro da Aeronáutica).<sup>34</sup>

Gomes e Ferreira trazem um fato importante ocorrido em 31 de março que acabou sendo o prenúncio da decisão de Moura Andrade naquela noite: “O presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, lançava um manifesto à Nação, declarando o rompimento daquela Casa com o governo e apelando para que as Forças Armadas intervissem no processo político para restabelecer a ordem legal” (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 194). Fecha-se esse parêntesis sem pretender concluir que o fato acima relatado tenha sido decisivo para levar o senador a tomar as decisões que tomou na condução dos trabalhos do Congresso na madrugada do dia 2 de abril, mas acreditando que o leitor deste trabalho deveria ser informado a respeito.

### **3.1 O reconhecimento do novo governo pelos Estados Unidos**

O governo dos Estados Unidos estava preocupado com a ilegalidade dos atos patrocinados pelo Congresso na declaração de vacância e posse de Mazzilli. Era notória a presença de João Goulart em território brasileiro, e não havia legislação que amparasse a ação do Congresso naquela madrugada. O passar das horas após a posse do novo presidente exercia forte pressão sobre os norte-americanos. Uma manifestação de reconhecimento teria caráter de legitimação e fortaleceria o novo governo brasileiro no plano internacional.

Lincoln Gordon aconselhou o diplomata Robert Dean, chefe da missão norte-americana em Brasília e casado com uma sobrinha do deputado Herbert Levy, da UDN, a procurar os líderes dos partidos, a fim de convencê-los da importância [para a] opinião internacional de uma clara legitimação da posse de Pascoal Ranieri Mazzilli na presidência da República pelo Congresso Nacional (BANDEIRA, 2001, p. 181).

Mas os contatos das autoridades americanas com políticos brasileiros, a partir da embaixada em Brasília, deixaram claro que era inviável a convocação do Congresso para analisar aquela questão. Não seria possível retomar as discussões em Plenário e votar alguma proposição que desse legitimidade à posse de Mazzilli, conforme era o desejo do governo dos Estados

---

<sup>34</sup> Este órgão era sediado no Rio de Janeiro e comandou os primeiros dias do golpe, até a posse do marechal Humberto de Alencar Castello Branco na Presidência da República, em 15 de abril de 1964.

Unidos. A situação era de tão elevada tensão que os partidos de direita sabiam que uma atitude dessas poderia ter efeito contrário e mobilizar não só os parlamentares, mas grande parte da população em defesa do governo Jango, transformando-se num “tiro no pé” para os propósitos do golpe.

Conforme relata Parker, convencido dessa realidade, o embaixador Gordon recomendou que o governo dos Estados Unidos se manifestasse na direção de apoio e reconhecimento do novo governo brasileiro, diante da comunidade internacional.

A mensagem de Johnson [presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson] foi enviada naquela noite [2 de abril], menos de dezoito horas depois da investidura apressada de Mazzilli. O Presidente dos Estados Unidos mandou seus 'calorosos votos de felicidade', externando admiração pela 'vontade resolvida da comunidade brasileira de resolver... dificuldades dentro de uma estrutura democrática constitucional e sem luta civil'. Johnson esperava 'a cooperação intensificada no interesse do progresso econômico e da justiça social para todos, e da paz no hemisfério e no mundo' [...] no dia seguinte, o secretário de Estado Dean Rusk [...] numa entrevista coletiva estabeleceu a posição dos Estados Unidos: 'creio que o reconhecimento é basicamente um ato político que normalmente, nas circunstâncias habituais, aplica-se onde um governo tem o controle do país e aceita suas responsabilidades internacionais. [...] no caso do Brasil] a sucessão ocorreu segundo prevê a Constituição' (PARKER, 1977, p. 113 e 114).

O reconhecimento do novo governo brasileiro era fundamental para os Estado Unidos justificarem o apoio militar dado por meio da operação “Brother Sam”, que estava a caminho. Caso houvesse reação dos apoiadores de Jango, o poderio militar americano teria legitimidade diante da comunidade internacional para invadir o Brasil, desembarcando aqui seus armamentos e seus *marines* para lutar contra as forças de esquerda e ao lado das Forças Armadas. A justificativa a ser apresentada ao mundo era a de estar defendendo um governo legítimo, empossado segundo as regras constitucionais e jurídicas brasileiras e a vontade de seu povo, representada nas decisões do Congresso. Por conta disso, o novo governo do Brasil contava com o seu reconhecimento.

Mesmo com garantias de que o golpe tinha sido bem sucedido e desde a madrugada de 2 de abril o Brasil já contar com novo presidente (mesmo que provisório), sem ter registro de reações por parte dos apoiadores do presidente deposto que pudessem reverter aquelas decisões, a força-tarefa da Marinha norteamericana continuava avançando em direção ao litoral brasileiro. Segundo Parker, a mudança de rota se deu somente no dia

4 ou 5 de abril, quando o embaixador Gordon entrou em contato com

funcionários da Petrobrás para saber se o Brasil tinha necessidade de produtos petrolíferos extras. Os funcionários brasileiros agradeceram ao embaixador, mas declinaram da oferta. Gordon comunicou a Washington que o [efetivo] não seria necessário, e esses suprimentos foram desviados para outro lugar.[...]Assim, a operação militar preventiva *Brother Sam* teve início e fim, sem que os Estados Unidos se tivessem envolvido fisicamente na derrubada de Goulart (PARKER, 1977, p. 115, 116).

Os Estados Unidos esqueceram logo da legitimidade necessária para o novo governo, que tanto os preocupava no início. Com a ausência de resistência armada ao golpe, o governo Johnson passou a traçar um plano de ajuda econômica para fortalecer o governo militar. Pela nova concepção defendida pelos norte-americanos, governo legítimo era o governo que conseguia se manter no poder. Para isso, a ajuda dos Estados Unidos para fazer frente aos problemas econômicos, reclamados especialmente pela classe média e o empresariado brasileiro, era fundamental. Tendo tirado Jango do caminho, a ajuda começou a chegar.

No dia 9 de abril, sem tomar conhecimento dos poderes do Congresso Nacional, o “Comando Supremo da Revolução” outorgou o Ato Institucional. Segundo Oliveira (2009, p. 89), através dele, “os ministros militares afirmavam que 'a revolução vitoriosa se investe no exercício do poder constituinte’”. Era o fim de qualquer influência que o Congresso pudesse vir a ter sobre os futuros governos militares.

O Ato mantinha em vigor a Constituição de 1946. [...Entretanto], pôs em prática uma série de medidas autoritárias que teria eficácia durante “o processo revolucionário” e terminaria em 31 de janeiro de 1966, com o fim do mandato presidencial. A revolução, segundo o Ato Institucional, não precisava de legitimação do Congresso Nacional. [...Ao contrário], a legitimidade do Congresso era concedida pela revolução. [...] Uma questão central nas relações entre o movimento militar e o Congresso era a remoção dos parlamentares tidos como esquerdistas. Aqueles que se opuseram às Forças Armadas, perderiam seus mandatos e teriam seus direitos políticos suspensos por 10 anos, uma punição que seria aplicada sem permitir a defesa do acusado. [...] Ao todo, 441 políticos, oficiais militares e líderes sindicais foram removidos (REGO, 2008, p. 76, 78, 79).

A onda de cassações e suspensão de direitos políticos por 10 anos, estabelecida pelo Ato Institucional, provocou indignação no Congresso. O próprio senador Auro de Moura Andrade e outros líderes apresentaram seu descontentamento aos militares. Mas não obtiveram nenhuma sinalização de mudança nas decisões tomadas pelos comandantes militares. O que os parlamentares ainda não tinham se dado conta é que o Ato Institucional havia invertido as

funções dos poderes. O golpe não precisava de nenhuma legitimação que não fosse aquela manifestada no reconhecimento do governo dos Estados Unidos e nas grandes manifestações de rua feitas pelos grupos que recebiam financiamentos do IPES. Agora, na visão dos militares, quem estava precisando de legitimidade era o Congresso Nacional, e essa legitimação era dada pelo “Comando Supremo da Revolução”. O jogo tinha se invertido com o aval inicial do Congresso, agora transformado em refém da sua própria criação.

Com o AI-1 [Ato Institucional], o Poder Executivo obtém poderes excepcionais, sobrepondo-se ao Legislativo e ao Judiciário. Um supra-poder. Ganha inclusive, a iniciativa de alterar a Constituição por maioria simples, decretar estado de sítio, cassar mandatos parlamentares, suspender direitos políticos. O Ato marca eleição presidencial indireta para 11 de abril, dois dias após sua publicação, permitida a candidatura de oficiais da ativa das Forças Armadas. Os congressistas são proibidos de apresentar projetos que aumentem a despesa pública. E a garantia constitucional de vitaliciedade e estabilidade em empregos públicos é suspensa por seis meses. O Ato cria ainda o instituto jurídico-político do *decurso de prazo*, pelo qual os projetos do governo não votados pelo Congresso em um prazo predeterminado são considerados automaticamente aprovados. [...] No dia 11 de abril, o Congresso elege presidente da República, para completar o mandato do presidente deposto, João Goulart, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, conspirador e coordenador do movimento (COUTO, 1999, p. 60, 61).

Castello Branco assumiu a Presidência da República em 15 de abril de 1964. Com a posse do novo governo, acabou o poder de mando do “Comando Supremo da Revolução”. No discurso de posse, o novo presidente deu a entender que a intervenção militar seria de caráter transitório, sinalizando com a possibilidade de que, completado o restante do período de governo de Jango, novas eleições livres fossem realizadas em 1965, restabelecendo a democracia em 31 de janeiro de 1966. Mas não foi o que aconteceu. Os generais da chamada “linha dura”, ligados à direita radical, impuseram sua vontade sobre os demais e o regime militar no Brasil se estendeu até março de 1985.



## **4 POR QUE JANGO NÃO REAGIU AO GOLPE?**

Chegamos ao último capítulo com uma missão que não há como desempenhar com pleno êxito. Trata-se de uma questão ainda aberta na história política recente do Brasil, e sobre a qual o principal personagem já não pode se manifestar. Entretanto, mesmo com a dificuldade de alcançar certezas, vamos em busca de respostas para a pergunta que dá título a este capítulo e inspira todo o trabalho.

O presidente João Goulart tinha um governo com grande aceitação popular, incluindo o apoio de um partido (PTB) em ascensão, como mostraram as eleições de 1962; contava com o apoio de outras forças de esquerda; dos movimentos sociais, especialmente as Ligas Camponesas; de grande parte dos sindicatos urbanos, coordenados pelo CGT; e da parcela das Forças Armadas que ainda resistia à idéia de quebra da legalidade. Por que, diante desse cenário aparentemente favorável, o presidente abriu mão de liderar uma reação capaz de preservar seu governo e a democracia?

Sem a pretensão de respostas definitivas, cabe tentar uma análise das palavras do ex-presidente sobre esse assunto, registradas por historiadores e pessoas que estiveram com ele, tendo como pano de fundo a conjuntura política, econômica e social de seu governo, exposta nos capítulos anteriores.

Tentando jogar luzes sobre essa fase da nossa história, várias pessoas expressaram opiniões a respeito da decisão tomada por Jango. Outras, por terem vivido aqueles momentos ao lado do presidente, buscaram interpretar os sentimentos que o levaram a não reagir. A proposta deste trabalho é de, recorrendo à bibliografia e entrevistando pessoas, procurar compreender que razões tinha Jango para abdicar do comando de qualquer reação ou mesmo de outorgar essa incumbência, como queria Brizola.

De fato, muitos têm o que dizer quando perguntados sobre por que Jango não reagiu ao golpe de 1964, tanto entre os que apoiavam o governo como entre os que lhe faziam oposição. Convém, por isso, levar em conta quem está falando, de que lado estava e que interesses

defendia, para entender melhor cada opinião.

Alguns sustentam até hoje que o deslocamento do governo mais à esquerda, nos meses finais, sua postura nos episódios do comício da Central do Brasil, a revolta dos marinheiros, e a presença do presidente nas comemorações do 2º aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, em 30 de março, no Automóvel Clube, teriam sido ações deliberadas, com o propósito de provocar a própria queda.

Os que defendem essa linha observam que o presidente não dispunha de força política no Congresso capaz de mudar a legislação para permitir sua candidatura à reeleição, e via em Carlos Lacerda o candidato da direita, com bom potencial de vitória em 1965. Jango teria então percebido no golpe uma estratégia para voltar rapidamente pela via eleitoral, como Getúlio Vargas voltara em 1950, depois de derrubado em 1945.<sup>35</sup> Ou seja, deposto em 64, Jango iria às urnas, contra Lacerda, já no ano seguinte.

De modo geral, esperava-se um golpe de curta duração. Esse seria também o pensamento de Jango. Poucos apostavam que os militares ficariam tanto tempo no poder.<sup>36</sup>

Jango tinha uma desavença histórica com Lacerda, que acusava de responsável por levar Getúlio Vargas ao suicídio. Segundo Couto, Celso Furtado acreditava que Jango não reagira em 64 exatamente para impedir o sucesso de Lacerda nas eleições do ano seguinte: “Percebendo que Lacerda tinha muita chance de ganhar a eleição, [Jango] preferia interromper o processo democrático. [...] Ele não contava é que a coisa fosse tão violenta” (COUTO, 1999, p. 45).

Na opinião do ex-presidente da República José Sarney, “qualquer coisa que fosse feita contra seu governo, o Jango não teria condições de resistir. Não tinha comando mais nem sobre sua Casa Militar” (COUTO, 1999, p. 47).

Outros trazem à memória o Jango conciliador, para explicar sua decisão de não enfrentar os revoltosos. Na opinião do jornalista Flávio Tavares, que à época acompanhava a política como correspondente do jornal *Última Hora*, em 64 entra de novo em cena o Jango de 61, que aceitou o parlamentarismo como forma de superação da crise da sucessão de Jânio.

35 As forças que afastaram Getúlio do poder em 1945 não o obrigaram a deixar o País. O presidente deposto retirou-se para uma de suas propriedades em São Borja (Fazenda Itu), mantendo seus direitos políticos e se organizando para concorrer às eleições presidenciais de 1950. Tendo vencido o pleito, assumiu a Presidência da República em 1951.

36 Parte dos militares que comandaram o golpe também tinha, aparentemente, a compreensão de que o regime de exceção seria curto. O general Castello Branco, ao assumir, deixou claro que seu mandato somente completaria o tempo restante de Jango, e as eleições de 65 restabeleceriam o regime democrático. Foram os generais da chamada linha dura, comandados por Costa e Silva, que mudaram essa tendência.

Se pretendesse resistir, ainda no Rio Jango poderia ter dado a ordem que lhe pedia o brigadeiro Francisco Teixeira, para bombardear com seus aviões os revoltosos do general Mourão Filho que vinham de Minas pela estrada. Bombardearia “as posições”, só a estrada, nem sequer os comboios de tropas, e eles, no mínimo, teriam de negociar. No recuo, Jango inverteu os papéis: ia ao Sul para, de lá, negociar com os revoltosos e procurar abrandar o ímpeto do golpe. O máximo da sua resistência não era a resistência, mas a negociação. Ou a conciliação, marca do seu estilo (TAVARES, 1999, p. 148, 149).

São muitos os que defendem a tese de que faltaram comando e decisões rápidas para abafar os primeiros movimentos de Mourão Filho. Os que criticam a decisão de Jango de não bombardear as posições na estrada Rio de Janeiro – Juiz de Fora, por onde marchavam as tropas golpistas, talvez não levem em conta a informação trazida por Ferreira (2006) de que soldados do Regimento Sampaio foram enviados para combater o avanço do general Mourão, mas acabaram aderindo e se juntando à marcha em direção ao Rio.

Também é pouco conhecido o depoimento do general Ladário Telles, relatado por Silva, sobre o encontro que teve com o presidente João Goulart no Palácio das Laranjeiras, em 31 de março de 1964, quando foi designado para comandar o III Exército: “Incumbiu-me, ainda, [o presidente da República] de transmitir ao Gen. Âncora, Comandante do I Exército, e ao Gen. Genaro, Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra, a ordem de prisão do Gen. Humberto Castelo Branco, que deveria ser recolhido ao Forte da Laje, onde fora preso o Mal. Lott em agosto de 1961” (SILVA, 1975, p. 435).

O problema é que, naquele momento, Jango já não tinha força, pelo menos junto ao comando do I Exército, para fazer cumprir uma determinação como aquela. Assim, o movimento de adesão de militares ao golpe era natural, principalmente porque, com o passar das horas, não chegavam notícias de manifestações em defesa do governo, nem ordens explícitas do comandante supremo das Forças Armadas, o presidente da República, para uma reação contra as forças do general Mourão Filho.

Em 1º de abril, depois da saída de Jango do Rio para Brasília, o governador Lacerda liberou seus seguidores para espalhar o terror na cidade, incendiando a sede da UNE, prendendo sindicalistas, membros do governo e até do corpo diplomático chinês<sup>37</sup>. Essas ações não foram

---

<sup>37</sup> Para justificar a prisão dos diplomatas chineses, identificando-os como agentes comunistas infiltrados no governo Jango, foi mostrada à imprensa uma dezena de agulhas de acupuntura pertencentes aos estrangeiros, apreendidas como sendo armas letais.

reprimidas pelo governo federal, que não dispunha mais de aparato para tanto. Como só um lado atuava, as forças golpistas foram rapidamente recebendo inúmeras adesões de civis e militares.

Diversos grupos mobilizaram-se para a resistência: o CGT, o PUA, o CPOS, a União dos Portuários, o Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, a UNE, a UME, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), ex-pracinhas, sargentos, fuzileiros navais, organizações populares, comunistas, brizolistas, entre diversos outros. Contudo, nenhuma ordem vinha do Palácio Laranjeiras. [...] Sem palavra de comando, a desorientação tomou conta dos legalistas (FERREIRA, 2006, p. 119).

É possível que o presidente João Goulart tenha sido tentado a se aproveitar de uma reação contra as forças que atacavam seu governo e o regime democrático, para concluir o trabalho que não fora possível realizar meses antes, na tentativa de intervenção no Estado da Guanabara. Seria o momento certo para prender Lacerda, depondo também o governador de Minas, Magalhães Pinto. Mas uma informação trazida por San Tiago Dantas acabou arrefecendo os ânimos do presidente:

O movimento liderado pelo governador mineiro poderia estar sendo apoiado pelo Departamento de Estado norteamericano. Portanto, o governo dos Estados Unidos poderia reconhecer a existência de outro governo do Brasil. Se isso fosse verdade, as conseqüências, sem dúvida, seriam desastrosas; poderia, por exemplo, ser desencadeada uma guerra civil com intervenção estrangeira. [...] O Brasil poderia se dividir territorialmente, o que seria agravado com a internacionalização do conflito (FERREIRA, 2006, p. 117, 118).

San Tiago Dantas tinha informações sobre a operação Brother Sam, e tratou, naquela conversa, de alertar o presidente de que a frota norteamericana estava na costa brasileira aguardando o desenrolar dos acontecimentos, podendo intervir, com todo o seu poderio militar, no momento em que fosse preciso. Jango sabia, então, que um gesto mais firme, que representasse risco aos planos golpistas, como a prisão de Lacerda e Magalhães Pinto, poderia desencadear o início da intervenção militar internacional no Brasil.

De acordo com Ferreira, “essas informações pesaram sobre a decisão de Goulart de não resistir. A perspectiva de invasão norteamericana, de guerra civil, de secessão e de mortes, aliás, de muitas mortes, o horrorizava” (FERREIRA, 2006, p. 118).

Para o presidente, só restava contar com a habilidade nata de negociador. Mediar conflitos políticos era coisa que Jango sabia fazer bem. Confiando em seu poder de persuasão, tentou,

numa conversa por telefone, manter do seu lado o general Amaury Krueel, comandante do II Exército. O militar estava numa posição importante, responsável por grande parte das forças militares na região Sudeste. Da sua decisão dependeria, em grande parte, o sucesso do golpe. O general era compadre de Jango e provavelmente o presidente tinha esperanças de convencê-lo, se não por suas responsabilidades diante do governo, pelo menos por sua ligação pessoal e familiar. Mas, como vimos no segundo capítulo, Krueel exigiu um preço alto demais pelo seu apoio. Pela proposta, Jango se manteria na cadeira presidencial, mas o governo seria controlado pelas forças conservadoras. A oferta foi imediatamente recusada e, a partir daí, o presidente viu seus espaços para a resistência cada vez mais reduzidos.

Restava o Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre estava Brizola, seu cunhado e leal ao governo. Com ele, um grupo de civis e militares dispostos a repetir a Campanha da Legalidade, que havia garantido a posse em 1961. O presidente deixou Brasília para se juntar aos companheiros em Porto Alegre e analisar as condições de reação a partir do Sul. Para os opositores, apesar de estar voltando para sua terra, de onde poderia reorganizar seus apoios, o gesto do presidente era interpretado como um recuo, uma fuga. Isso lhes dava mais força, e as adesões ao golpe, especialmente entre os militares, aumentavam. Ao lado de Brizola estava de prontidão o general Ladário Pereira Telles, comandante do III Exército, que se mantinha fiel ao governo. O grande empecilho, que restringia a autoridade do general, é que ele tinha assumido o comando na madrugada de 1º de abril, vindo do Rio de Janeiro, atendendo a designação do presidente da República. Isso lhe dava apenas 24 horas, antes da chegada de Jango.

Mesmo assim, no seu primeiro dia de trabalho Ladário Telles tomou várias medidas para reforçar a segurança da região, procurando isolar as forças golpistas. Diante dessa reorganização comandada com a ajuda de Brizola, o governador Ildo Menegheti foi obrigado a abandonar a capital, transferindo seu governo para Passo Fundo, no interior do Estado.<sup>38</sup>

No dia 2 de abril, pela manhã, Jango, que havia chegado na madrugada a Porto Alegre, se reuniu com o comandante Ladário Telles e diversos generais para avaliar a situação. Desse encontro, realizado nos aposentos reservados para o presidente na residência do comandante do III Exército, participaram também Leonel Brizola, os ministros Amaury Silva (Trabalho), Osvaldo de Lima Filho (Agricultura), Wilson Fadul (Saúde) e o general Assis Brasil (Casa

---

<sup>38</sup> De Passo Fundo, o governador pretendia organizar o apoio dos gaúchos ao golpe. Lá se juntou com oficiais militares que já tinham aderido ao movimento.

Militar), que haviam chegado a Porto Alegre naquela madrugada, acompanhando Goulart.

Diante dos olhares atentos da comitiva presidencial, os generais foram, um a um, fazendo suas análises. Uns opinavam contra, outros favoráveis à resistência armada a partir do Rio Grande do Sul. Os mais otimistas eram o comandante Ladário Telles e, entre os civis, Brizola. Antes da chegada de Jango, e com o abandono do Palácio Piratini pelo governador Menegheti, os dois já tinham requisitado as estações de rádio e a Brigada Militar, que passaria a defender a legalidade ao lado do III Exército.<sup>39</sup>

Segundo o historiador Hélio Silva, diante do presidente, o general Ladário Telles fez uma análise positiva da situação sob seu comando, afirmando que entendia ser perfeitamente possível iniciar a resistência. Dirigindo-se a Jango, afirmou:

'V.Exa. é um homem do povo, nossa resistência aqui levantará a opinião pública no resto do País e se tornará incontestável'. [...] Brizola, incisivo, acrescentou 'organize aqui o seu Governo, Presidente; nomeie o Gen. Ladário Ministro da Guerra e, quanto a mim, só desejo que me entregue a Pasta da Justiça'. Vamos resistir, insistiu. [...] O presidente João Goulart já tinha a sua decisão tomada, e atalhou: 'Agradeço sua lealdade, Gen. Ladário. Não desejo derramamento de sangue em defesa do meu mandato. Seguirei para algum lugar do País, onde aguardarei os acontecimentos. Não renunciarei, entretanto' (SILVA, 1975, p. 444).

Goulart parecia entender que um gesto mais apaixonado naquele momento levaria o Brasil a uma guerra fratricida, na qual muitos se engajariam a seu lado, mas sem as informações que ele tinha. A situação era diferente das tentativas golpistas de 54, que levaram Vargas ao suicídio; de 55, contra a posse de Juscelino; e de 1961, contra a sua posse. Muitos personagens eram os mesmos, mas dessa vez as articulações prévias haviam assegurado apoio de entidades poderosas, como a Igreja Católica, o governo norteamericano, proprietários rurais, grandes empresários nacionais e estrangeiros, a maior parte da imprensa, dos congressistas, e uma parte da classe média, cooptada pelas campanhas anticomunistas.

Segundo Bandeira, em 2 de abril, enquanto a repressão empreendida pelas Forças Armadas prendia pessoas, invadia casas, violava os direitos humanos, duzentas mil pessoas participavam da “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”. O embaixador Lincoln Gordon

---

39 O comandante da Polícia Militar, chamada pelos gaúchos de Brigada Militar, respondeu ao general Ladário, porém, que, dada a posição contrária à permanência de Jango na Presidência da República, assumida pelo seu comandante imediato, o governador do Estado, só poderia atender àquela requisição com ordens expressas do presidente João Goulart.

teria comentado: “A única nota triste, era a participação obviamente limitada das classes baixas” (BANDEIRA, 2001, p. 182).

A posição assumida por Jango praticamente definiu a situação. De acordo com Silva (1987), o sentimento de todos os que queriam resistir não era mais o mesmo dessa decisão em diante: sem o presidente no comando, não era possível levar em frente a luta contra os golpistas.

Pelas informações de Bandeira, no dia 4 de abril Jango ainda estava no Brasil, voando de fazenda em fazenda, no Rio Grande do Sul, para despistar a perseguição dos militares que buscavam prendê-lo. Nesse dia, antes de viajar para o Uruguai, escreveu um bilhete para o deputado Doutel de Andrade, explicando que tentara de todas as formas permanecer no Brasil e reagir, mas, com a posse de Mazzilli e o avanço das forças golpistas, sua presença não alteraria a situação: “Se houvesse um ponto onde resistir objetivamente, eu permaneceria na estacada, para no mínimo, com sacrifício, marcar o meu protesto. Isto nem como hipótese é mais possível” (BANDEIRA, 2001, p. 183).

Meses depois, na sessão da Câmara dos Deputados de 24 de agosto de 1964, décimo aniversário da morte de Getúlio, o deputado Doutel de Andrade leu em plenário um manifesto de Jango, escrito no exílio, em que reafirmava os motivos que o levaram à decisão de não reagir ao golpe:

Duas vezes preferi o sacrifício pessoal de poderes constitucionais à guerra civil e ao ensangüentamento da Nação. Duas vezes evitei a luta entre irmãos. [...] Este ano, o 1º de abril, depois de saber que o Congresso Nacional declarara, abusivamente, vaga a Presidência da República; [...] depois de recusar-me à renúncia, que nunca admiti, ou aceitar a desmoralização de trair os ideais que sempre defendi, resolvi, pelo conhecimento real da situação militar, não consentir no massacre do povo. Não só porque contrariava minha formação cristã e liberal, mas porque eu sabia que o povo estava desarmado. Eu sabia que a subversão, fartamente anunciada e muito bem paga na profusão de rádios, jornais e televisão, pela má-fé da reação e por seus interesses subalternos, era o preparo da mentira do perigo comunista que iria constituir o ponto de partida, para a concretização da quartelada, a fim de que, assim, pudessem esmagar as justas aspirações populares que meu governo defendia (BRASIL, 1964).

Oswaldo Lima Filho, ministro da Agricultura de João Goulart, que viajara com o presidente para Porto Alegre e participara da reunião decisiva de 2 de abril, relata a opinião dos demais oficiais naquele encontro:

Lá estavam o general Crisanto de Figueiredo, o general Bandeira, o coronel Pontes e outros. Nos fizeram ver que o general Ladário estava só: que tinha apenas uma unidade fiel a ele, um regimento mecanizado com mil homens. Por outro lado, havia 50 mil homens no Rio Grande do Sul em armas, marchando sobre Porto Alegre. A aviação estava sublevada contra o presidente da República; os portos, tomados pela Marinha, também sublevada. A tentativa seria apenas uma sangueira inútil. O presidente então decidiu por sua retirada do país (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 211).

Na entrevista feita pelo autor desse trabalho com Waldir Pires, consultor-geral da República no governo João Goulart, o ex-ministro segue também essa linha, quando afirma:

O golpe pegou o governo despreparado para a resistência. Não existia um aparato nem civil, nem militar, preparado para enfrentar os golpistas. Resistir com quem? O próprio comandante do III Exército não teve condições de levar Jango para o comando, que era uma expectativa do presidente, chegar a Porto Alegre e ir direto para o comando, mas o próprio comandante não tinha condições de ficar lá. Então resistir com que forças? O presidente me falou, já no exílio, que San Tiago Dantas havia lhe dado informações de que a esquadra para o Atlântico Sul estava descendo e se aproximava da linha do equador em direção a Vitória (ES) para auxiliar as forças de Minas. San Tiago alertou o presidente do perigo de um conflito que dividisse o Brasil, como naquela época havia acontecido com Coréia e Vietnã. Isso influenciou a decisão do presidente, sem dúvida. Até pela dificuldade de materialização da tarefa de resistência. Resistir não é dar um grito, precisa de forças articuladas como aconteceu em 1961, quando Brizola fez, mas a partir do governo, da força pública, do controle da polícia do Rio Grande. Mas nesse momento [1964], tudo tinha caído.<sup>40</sup>

Leonel Brizola, que em 1964 era deputado federal pela Guanabara (eleito em 1962), era o mais otimista quanto à possibilidade de organizar uma reação vitoriosa. Em depoimento na Câmara dos Deputados,<sup>41</sup> Brizola ajudou a esclarecer a posição de Jango em 1964:

Estou certo de que, se ele soubesse o que ia ocorrer com o País, 1964 não teria aquele epílogo. Ele teria reagido drasticamente contra os que intentavam derrubar o regime, rasgar a Constituição e tirá-lo do Governo. É minha convicção que ele permaneceria, não cairia. Quando viu que algum derramamento de sangue haveria de ocorrer, que a crise se agravava, o presidente João Goulart, para evitar o quadro que se configurava e que não era de sua natureza, praticamente renunciou. [...] Quando os militares de toda aquela área [III Exército] se dispuseram a sustentar a Constituição, mas estava claro que haveria derramamento de sangue, ele encerrou a reunião dizendo: 'olhe, como está, fica claro que, para que eu permaneça no Governo, terá que haver

40 Waldir Pires foi entrevistado, por telefone, pelo autor desta monografia, em 23 de abril de 2010.

41 Brizola foi ouvido pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a esclarecer em que circunstância ocorreu a morte do ex-presidente João Goulart, constituída por Ato da Presidência, em 23 de maio de 2000. O relatório final da Comissão foi publicado em 2004.



derramamento de sangue. Diante de um panorama inseguro e incerto, sem uma perspectiva segura, quero dizer que prefiro me retirar'. E foi o que fez. E terminou ali (BRASIL, 2004, p. 69).

Brizola nunca conseguiu aceitar a idéia de entregar o governo sem resistência. Porém, reconheceu que o governo deveria ter agido no início, quando a oposição passou a articular o golpe. “Os golpistas chegaram e empurraram a porta. Ninguém impediu e eles entraram. [...] O fato é que depois que se foi entregando aqui e ali, ficou difícil resistir apenas a partir do sul” (RAPOSO, 1994, p. 35 e 36).

À mesma Comissão Externa, compareceu o Sr. Percy Penalvo, um exilado brasileiro no Uruguai que trabalhou na fazenda do ex-presidente. Em seu depoimento, Penalvo falou sobre a decisão de Jango de deixar o País:

Nós não tínhamos Marinha, aviação, petróleo. E o exército argentino já estava na fronteira para entrar, em nome da OEA, aqui no Rio Grande, se houvesse luta. A 6ª Frota americana (sic) estava aí, a quatro quilômetros da costa.<sup>42</sup> Os fuzileiros navais tinham um barco com 5 mil homens. Toda a força dos fuzileiros navais brasileiros – 5 mil homens – era trazida em um barco só. Como é que o Dr. Goulart queria [ininteligível] o País? Para quê? Por vaidade? Por irresponsabilidade? Ele era um homem de coragem, porque até para tomar uma atitude dessas é preciso ter coragem, senão as pernas afrouxam e o sujeito não vai (BRASIL, 2004, p. 126).

João Vicente Goulart, filho do ex-presidente, em seu depoimento à mesma Comissão Externa da Câmara dos Deputados, ao analisar as decisões tomadas em Porto Alegre em dois de abril, as vê como positivas para o País, apesar de significarem os últimos momentos do regime democrático que vinha sendo construído desde 1945. Em artigo publicado no jornal “Página 64”, João Vicente nos esclarece sobre sua opinião, que converge para o mesmo pensamento de Waldir Pires: a preocupação do presidente naquele momento era com a integridade territorial.

Hoje, uma compreensão mais exata do processo de perda de nossa soberania, demonstra, de forma inequívoca, que Jango foi sábio o suficiente para recusar uma guerra civil sangrenta, planejada para quebrar a unidade nacional. Jango não teve como evitar a derrota de nosso país, mas é o maior responsável pela integridade nacional que ainda perdura! Sim, o objetivo estratégico do golpe de 01 de abril de 1964 era uma guerra civil que inviabilizasse o nascimento de uma nova potência mundial no Hemisfério Sul do planeta. [...] Uma guerra civil sangrenta teria por resultado o separatismo. [...] Era a morte certa da 4ª potência

<sup>42</sup> Provavelmente o depoente quis se referir à 4ª Frota, que apesar de desativada em 1952, era a força marítima norte-americana para o Atlântico Sul. A 4ª Frota voltou à operação em 2008.

mundial. Ele [Jango] sabia que por detrás dos traidores da pátria estava a maior potência militar do planeta, e que não havia vitória pelo caminho das armas. Jango renunciou ao maniqueísmo estrangeiro que já tinha articulado o separatismo, conforme mostram os documentos desclassificados,<sup>43</sup> com a possibilidade de declaração de independência do Estado de Minas Gerais e o desembarque de tropas estrangeiras, caso houvesse resistência dos legalistas contra a insurreição militar ( GOULART, 2010).

Outro participante dos acontecimentos foi o tenente-coronel Ernani Corrêa de Azambuja, ajudante-de-ordens de João Goulart, que estava na comitiva presidencial na viagem para Porto Alegre. De lá, acompanhou Jango até São Borja, quando todo o grupo recebeu ordens do presidente para retornar à capital gaúcha. Segundo Motta, Azambuja relata que o presidente, ao perguntar ao general Ladário se a reação seria a custo de mortes, e tendo uma resposta positiva, disse não concordar. “Desde que houvesse a possibilidade de derramamento de sangue entre irmãos, Jango não queria a constituição de um núcleo de resistência no Rio Grande do Sul, para preservar o caráter de legalidade do Governo. Ele era da paz” (MOTTA, 2004, p. 275).

Entre as informações que prestou diretamente ao autor para a realização deste trabalho, o tenente-coronel Azambuja afirmou que o governo não tinha um serviço de inteligência capaz de deixar o presidente a par de todos os movimentos que estavam sendo organizados contra o seu governo. Segundo Azambuja, Jango sentia a necessidade de um órgão semelhante ao Serviço Nacional de Informações (SNI), mais tarde criado pelo militares. O presidente encaminhou proposta nesse sentido ao Congresso, mas foi rejeitada. Em relação à situação do governo Goulart, o militar é da opinião que a posição do general Kruel foi decisiva:

Se Castelo Branco era um líder de peso a favor do golpe, Amaury Kruel comandava o II Exército e estava a favor do governo. Até esse momento as forças estavam equilibradas. Quando o general Kruel retirou seu apoio a Jango, então a balança pendeu para o lado dos defensores da intervenção militar. Se o Kruel tivesse ficado ao lado da legalidade, Jango não teria caído. Depois de deflagrado o golpe, reagir ficou muito difícil porque o presidente foi traído. As forças golpistas estavam se organizando há bastante tempo.<sup>44</sup>

Maria Teresa Goulart, viúva de João Goulart, em entrevista concedida ao *Jornal do PDT*, em 2005, declarou: “As pessoas acham que Jango deveria ter resistido ao golpe. [Eu] acho que

43 São conhecidos como documentos desclassificados, os registros secretos protegidos por lei. No caso dos Estados Unidos, a lei norteamericana obrigou a abertura dos arquivos sobre o golpe militar no Brasil, 40 anos depois dos acontecimentos (2004).

44 O tenente-coronel Ernani Corrêa de Azambuja recebeu o autor, para prestar esses esclarecimentos, em sua residência de praia em Capão da Canoa (RS), em 14 de janeiro de 2010.

não. Não havia condição. Estava tudo esquematizado, muito bem armado. Eles vinham se preparando. Jango foi traído, mas não guardava mágoas. Pelo menos, se guardava, não falava. Eu nunca ouvi Jango falar magoado sobre ninguém” (Jornal do PDT, 2005, p. 5).

Jair Krischke, conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), uma organização não-governamental de Porto Alegre, em entrevista ao autor para elucidar algumas questões sobre a decisão de Jango de não resistir, declarou:

Na reunião na casa do comandante do III Exército, Brizola propôs, sem sucesso, que o presidente se retirasse para uma de suas fazendas em São Borja e desse poderes para ele e o general Ladário Teles organizarem o contra-golpe.

Nunca soube que Jango tivesse comentado com alguém qual a razão de não querer resistir. Existem as versões de que Jango era um pacifista, não queria derramamento de sangue. Minha leitura é outra: Jango confiava muito no general Amaury Krueel, padrinho do seu filho João Vicente. Quando o general fez diversas exigências para apoiá-lo, Jango sentiu que estava abandonado, estava sozinho. Por outro lado, o governo estava mal informado sobre os movimentos golpistas que se organizavam. Além disso, o golpe não era para aquele momento, era para maio. O general Mourão se precipitou e os golpistas tiveram que correr atrás do prejuízo, dando o golpe de forma desordenada. O que possibilitaria uma resistência. E, nesse sentido, Brizola tinha razão. Mas antes do golpe houve uma intervenção militar estrangeira, financeira e até cultural. Temos notícias de *marines* terem desembarcado, em trajes civis, na Bahia e em Pernambuco, e que teriam armas; campanhas eleitorais de deputados e senadores foram bancadas; e até a fé religiosa dos brasileiros foi usada, com a vinda do padre Patrick Peyton, que andou por várias capitais brasileiras.<sup>45</sup> [Então, eram] vários setores da sociedade privilegiada brasileira, agindo para criar um clima favorável ao golpe.

Jango era um homem bom. Acho que ao se sentir traído pelo próprio compadre, tendo o general Assis Brasil, sem força diante dos demais generais, Jango se sentiu debilitado para uma reação.<sup>46</sup>

Outro que participou dos fatos históricos de 64 foi Antônio Ávila da Silva. Assessor direto do presidente João Goulart, Ávila relatou ao autor desta monografia uma conversa que teve com o ex-presidente durante seu exílio no Uruguai:

O presidente me disse que em 1º de abril veio checar no Rio Grande do Sul as possibilidades que tinha de vitória na resistência. Jango era um homem de muita coragem e gostava de vencer seus embates políticos. Aqui [no Rio Grande do

45 Padre Peyton, como ficou conhecido, era um irlandês radicado nos Estados Unidos, pároco das estrelas de Hollywood e fundador da Cruzada do Rosário em Família. O religioso teria sido enviado pela CIA em 1962, para fazer um trabalho anticomunista em peregrinações por diversos estados do Brasil.

46 Jair Krischke recebeu o autor em seu escritório em Porto Alegre (RS), em 16 de janeiro de 2010, onde concedeu entrevista sobre os últimos dias do governo João Goulart.

Sul] ele sentiu a fraqueza das forças governistas. Em Santa Maria havia um foco de resistência de alguns coronéis contra o governo. Em São Leopoldo também já havia levante em favor do golpe. Diante da insistência de Brizola em reagir, Jango disse: 'Perante a história sou eu que respondo, porque sou o presidente da República. Nós não temos força e não passamos da fronteira com Santa Catarina. Não temos nem o III Exército totalmente unido. Temos o governo do Rio Grande do Sul trabalhando contra'. Jango me disse que vinha do Rio de Janeiro e lá tinha comprovado que os militares estavam contra, como em Minas e São Paulo. No Rio Grande do Norte havia forças americanas em nossas águas, prontas para invadir o País. Então, me disse que falou para os presentes na reunião de 2 de abril: 'Vai ser uma mortandade de brasileiros e nós vamos perder. É um risco muito grande de morrer muita gente nossa. É uma guerra nossa. Eu acho que devemos dar um passo atrás. Vou me recolher ao exílio aqui perto, vou ficar de plantão. O povo vai ter que me julgar'. Jango me disse que talvez fosse chamado de covarde por seu gesto patriótico de não reagir: 'Prefiro que me chamem de covarde, que morrer uma imensidade de brasileiros e ser responsabilizado perante a história do Brasil'. Jango após checar tudo, viu que iria perder e recuou.<sup>47</sup>

Carlos Bastos foi repórter político do Jornal *Última Hora* e acompanhou os momentos finais do governo em Porto Alegre. Na sua opinião, a decisão de Jango se deveu a dois motivos: “Ao sentimento de dever evitar um confronto entre brasileiros, o que ele chamou de derramamento de sangue, e, em segundo lugar, sua visão de que o golpe não teria duração longa. Dois ou três anos depois ele retornaria para o Brasil e voltaria a fazer política”.<sup>48</sup>

Ao encerrar esse capítulo buscando respostas para entender por que Jango não reagiu ao golpe contra seu governo, é possível, com a ajuda de vários autores citados desde o início deste trabalho e de depoimentos de pessoas que participaram daqueles momentos decisivos da nossa história, chegar a algumas conclusões sobre a decisão do ex-presidente.

Jango sabia que o golpe era contra sua proposta de reformas de base que restringiriam o poder das oligarquias. Sabia que o levante não era contra ele, nem contra a democracia brasileira, mas era para impedir o êxito de um governo nacionalista, de participação popular e sintonizado com as lutas dos trabalhadores. Se quisesse abandonar esses parceiros, teria garantida sua permanência na presidência da República.

Os Estados Unidos, representando os interesses das grandes empresas multinacionais americanas presentes no Brasil e na América Latina, agiam de olho no que estava acontecendo no

47 O autor foi recebido pelo senhor Antônio Ávila em sua residência em Viamão (RS), em 15 de janeiro de 2010, quando prestou depoimento sobre as conversas que teve com o presidente Goulart acerca do tema desta monografia.

48 Carlos Bastos concedeu entrevista ao autor nas dependências da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (RS), em 15 de janeiro de 2010.

Laos, China, Vietnã, Coréia. Para evitar que o Brasil trilhasse um caminho próprio, naquela conjuntura, os Estados Unidos estavam dispostos a intervir militarmente, invadindo e declarando guerra ao País. Conforme relata Chiavenato,

depois do golpe, [Lincoln] Gordon confessou ao governador Carlos Lacerda que a queda de João Goulart era um 'alívio, pois evitava que os Estados Unidos tivessem de intervir militarmente no Brasil, para impedir que este país caísse na órbita soviética'. Em entrevista logo depois, Lacerda disse: 'Essa declaração, por haver sido feita por um homem sério, dá a medida da importância da ação militar de 31 de março, não somente na preservação do Brasil para a democracia como também na preservação do Brasil para os brasileiros. Evitou-se assim aos brasileiros a humilhação de uma intervenção militar americana. E se evitou aos norte-americanos uma espécie de Vietnã sul-americano'. (CHIAVENATO, 2004, p. 95).

Provavelmente, João Goulart sabia onde iria desaguar seu governo diante da conjuntura internacional da época. Mas recusou-se a deixar de lado os trabalhadores, negar sua própria história e fazer o papel de “rainha da Inglaterra”, que haviam projetado para ele em 1961.

É possível que Jango não tivesse informações atualizadas, no dia a dia do seu governo, em relação às atividades golpistas. Mas podia prever que o preço por suas propostas para o País seria cobrado mais cedo ou mais tarde.

Quando partiu do Rio de Janeiro para Brasília e de lá para Porto Alegre, Jango possivelmente já soubesse que seu governo estava no fim. As longas 5 horas de voo até a capital gaúcha, no lento Avro da Força Aérea Brasileira, “sob a ameaça de ser interceptado”, como lembra Waldir Pires,<sup>49</sup> certamente serviram para profundas reflexões, amparadas também nas informações que recebera de San Tiago Dantas sobre a operação naval norteamericana.

Quando chegou a Porto Alegre para checar suas condições de reação, provavelmente Jango já tinha medido seu poder com base no que tinha deixado para trás: o IV Exército em marcha na direção do Rio; Lacerda comandando prisões; a grande imprensa pregando abertamente sua derrubada; a classe média festejando a queda do governo; o general Amaury Krueel colocando o II Exército ao lado do governador Ademar de Barros, em São Paulo, solidário ao novo regime; o Congresso Nacional comandado por opositores; os grandes produtores rurais armados com suas milícias; *marines* americanos presentes no Nordeste. “Só em 1963, cerca de 4

---

<sup>49</sup> Conforme entrevista concedida ao autor, citada anteriormente, Waldir Pires lembrou que existiu uma ameaça dos militares de interceptar o voo do presidente a caminho de Porto Alegre.

mil cidadãos norte-americanos obtiveram vistos para se fixar na região e outros 3 mil foram recusados” (CHIAVENATO, 2004, p. 97).

No sul, João Goulart se deparou com um comandante do III Exército fiel e disposto a enfrentar militarmente os revoltosos. Brizola o encorajava para a resistência. Mas lá também ouviu, de outros generais e oficiais, que essa posição era mais pela vontade e fidelidade ao governo do que propriamente por condições reais de vitória. Muitos regimentos já se alinhavam com o movimento de Mourão Filho. O general Ladário Telles comandava uma pequena parte do III Exército. Ao chegar, Jango soube também da posse de Mazzilli na Presidência da República; do avanço golpista em todo o país; soube que a greve geral não havia funcionado em setores importantes como a Petrobrás e, onde funcionou, foi um empecilho para o povo tomar as ruas em defesa do governo; que a promessa de apoio de 5 mil homens das Ligas Camponesas, feita por Francisco Julião na véspera do golpe, da tribuna da Câmara dos Deputados, não se concretizara; que os “grupos dos onze”, de Brizola, também eram uma incógnita. Sabia ainda que não podia contar com seu interlocutor junto às Forças Armadas, o ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, hospitalizado havia alguns dias; que “o famoso 'dispositivo militar' do general Assis Brasil, mostrou-se tão inoperante que muitos acreditam que ele nunca existiu de fato” (CHIAVENATO, 2004, p. 69). Jango sabia que, desarmados, seus seguidores teriam que lutar contra forças poderosas de militares armados, treinados para a guerra, e contando com o apoio do poderio militar dos Estados Unidos.

Todas essas informações devem ter sido decisivas para o presidente anunciar que não desejava uma guerra entre irmãos, queria manter a integridade territorial do Brasil intacta e preferia se afastar para voltar mais tarde. Iniciar um movimento sem forças para vencê-lo, em condições tão desiguais e sob o risco de semear ódios entre as diversas regiões do país que poderiam levar a divisões – como depois surgiram suspeitas de ser a intenção dos Estados Unidos – devem ter sido razões mais que suficientes para Jango desistir de comandar a reação. Possivelmente também tivesse a convicção de que seria um golpe de curta duração, como havia ocorrido com Getúlio Vargas em 1945.

Então, ao chegar a Porto Alegre constatou que a situação, apesar de ser melhor que aquela vista no Rio e em Brasília – afinal, no sul ele tinha gente na rua, grupos de apoio civis e militares – suas forças para resistir eram infinitamente menores que as daqueles que pretendiam derrubá-

lo.

Pesando prós e contras, Goulart aparentemente concluiu que, para avançar, a hora requeria um passo atrás. Desautorizou seus apoiadores a qualquer ação de combate e partiu de Porto Alegre para São Borja. Lá, dispensou os assessores que ainda o acompanhavam, dando ordens para retornarem a Brasília e ao Rio de Janeiro, e partiu para o exílio no Uruguai, em 4 de abril.

## CONCLUSÃO

Em relação ao golpe militar de 1964, a maioria dos historiadores concorda que a conspiração foi gestada com muita antecedência e que ocorreu tardiamente. Para atender aos interesses das classes conservadoras, a tomada do poder deveria ter se dado, pelo menos, quando da morte de Getúlio Vargas. Aquele momento, na expectativa de empresários nacionais e estrangeiros, do governo norteamericano e de grandes produtores rurais, era o mais propício para interromper o modelo de desenvolvimento que se fortalecia com Vargas no poder.

Os atores principais do golpe contra o governo Jango aparecem nas tentativas de impedimento das posses dele próprio, em 1961, e de Juscelino Kubitschek em 1955; nos episódios que levaram Getúlio Vargas ao suicídio, em 1954; no golpe de 1945. E, se voltarmos ainda mais na história, poderemos encontrar os mesmos nomes e os mesmos interesses.

Para entender o golpe de 64, é preciso conhecer a história do Brasil, pelo menos, a partir dos anos 20, com o movimento tenentista. Pregar que a causa do golpe tenha sido a paralisia do governo diante da crise, o crescimento do movimento sindical, a desintegração do sistema partidário, a inflação alta, a quebra da hierarquia militar, corrupção, populismo confundido com comunismo, aspectos que somente serviram como campanha ideológica para aterrorizar a classe média e motivá-la a tomar as ruas pedindo a intervenção militar, é tirar o foco das verdadeiras razões que levaram à queda de Jango. Na realidade, o golpe veio para atender a demandas econômicas. Na opinião de Leonel Brizola, em Raposo (1994, p. 36) “[a ditadura] foi um regime empresarial que se destinou a inserir o Brasil no sistema econômico de Bretton Woods”.<sup>50</sup> Com o final da Segunda Guerra Mundial e a bipolarização do mundo entre capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, e socialistas, capitaneados pela União Soviética, dando início à Guerra Fria, os

---

<sup>50</sup> Em 1944, representantes de 45 países reuniram-se nos Estados Unidos e se comprometeram com o acordo de Bretton Woods. A economia do pós-guerra necessitava de estabilidade monetária que permitisse a expansão capitalista no mundo. Para isso, ficou acertado que o dólar passaria a ser a moeda de referência do sistema financeiro mundial. Isso deu uma enorme vantagem aos Estados Unidos, que podem imprimir notas de dólar, aceitas como moeda de troca em todo o mundo, sem ter que garantir seu valor. Para regular o sistema financeiro mundial e garantir o sucesso de Bretton Woods, foi criado o Fundo Monetário Internacional (FMI). O órgão passou a ser instrumento norteamericano de controle sobre o desenvolvimento das nações, garantindo sua hegemonia internacional.



Estados Unidos se voltaram para a América Latina e em especial o Brasil, como economia mais próspera da região e com o melhor potencial. Essa atenção de que fomos merecedores atendia a dois objetivos principais: afastar qualquer perigo de o Brasil vir a se alinhar com o bloco socialista, e assegurar que o país adotasse um modelo de desenvolvimento econômico que garantisse os interesses do capitalismo expansionista americano.

Portanto, 64 não foi um golpe contra o presidente João Goulart, e sim um golpe contra um governo que supostamente ameaçava o modelo de exploração capitalista. Contudo, é necessário esclarecer que Jango não tinha viés socialista. Seu governo era desenvolvimentista, queria fortalecer o capitalismo, era a favor dos lucros das multinacionais, mas, como disse em sua viagem aos Estados Unidos em 1962, exigia que parte desses lucros fosse reinvestida no Brasil para melhorar os serviços prestados. Na opinião de Jair Krischke, “acusar Jango de comunista é uma heresia brutal, ele era um homem de concertação”<sup>51</sup>.

João Goulart de certa forma, repete Getúlio Vargas e ambos são envolvidos por essa conjuntura econômica em que a indústria norteamericana quer fazer do Brasil um destino para suas exportações, relegando o país ao papel de exportador de matéria prima. Para realizar esse objetivo, uma das condições era interromper a iniciativa de fortalecimento da indústria nacional e incentivar a vocação agrícola do Brasil como celeiro para o mundo. Esse modelo atendia à expectativa das oligarquias rurais, parcialmente derrotadas por Getúlio Vargas em 1930; era favorável ao empresariado brasileiro associado ao capital externo, e correspondia aos anseios do governo dos Estados Unidos de manter o controle sobre a política e a economia na América Latina.

Pela disparidade entre os investimentos das empresas estrangeiras aqui instaladas e os lucros remetidos ao exterior, se percebe parte do que estava em jogo com os ataques aos governos nacionalistas. No Brasil, de acordo com Chiavenato (2004, p. 80, 81), “em 1961 e 1962, foram aplicados US\$ 21 milhões, mas a remessa de lucros chegou a US\$ 59 milhões. Entre 1965 e 1968, [o investimento] na América Latina [foi de] 1,1 bilhão. No mesmo período, [a remessa] de lucros aos Estados Unidos [foi de] US\$ 5,4 bilhões”.

Assim, colocados em números, fica mais fácil entender que interesses foram esses que se uniram a empresários brasileiros, dispostos a jogar todas as fichas para não perderem o mercado

---

51 Entrevista concedida por Jair Krischke ao autor, já citada.

brasileiro e latinoamericano. O golpe tornou-se necessário para cumprir dois papéis imprescindíveis aos objetivos do governo dos Estados Unidos, como destacado acima: afastar a perigosa influência das idéias socialistas na relação capital-trabalho e na organização da classe trabalhadora, e garantir a vinculação e a dependência do mercado brasileiro ao norteamericano.

Desde 1954, com as pressões que levaram Vargas ao suicídio, a direita, que não conseguia sucesso eleitoral para tomar o poder, tentava, mas de forma desorganizada, articular um golpe de Estado. Como exemplo cabe citar a iniciativa dos ministros militares de Jânio Quadros, em 1961. Sem um projeto de governo e sem articulações com a sociedade, nem mesmo com as próprias Forças Armadas, tentaram impedir a posse do vice-presidente.

A partir da posse de João Goulart e a volta do trabalhismo ao governo, as forças conservadoras se uniram em torno de um projeto bem definido de tomada do poder, com planejamento, recursos e parceiros fortes, envolvendo parte da sociedade que se levantou contra o governo Jango: a imprensa, empresários nacionais e estrangeiros, a Igreja Católica, vários intelectuais, artistas, partidos políticos, parlamentares, governadores, parte das Forças Armadas. Na retaguarda, o governo dos Estados Unidos e organizações não-governamentais atuando em diversos setores.

A maioria dos entrevistados para realização desse trabalho é da opinião de que o golpe de 64 poderia ter sido evitado em 1961, quando a sociedade apoiou a Campanha da Legalidade. Possivelmente, pelo nível de mobilização popular alcançado, se Jango tivesse esperado mais alguns dias, poderia ter evitado a solução parlamentarista, e, dessa forma, teria assumido a Presidência com plenos poderes. Outra predominância nas opiniões é de que, por seu modo conciliador de fazer política, Jango teria errado em não tomar providências contra os conspiradores, deixando-os à vontade para organizar 1964. Na mesma linha, o destino reservaria ao presidente outro grande momento de demonstração de força política, igualmente não aproveitado. Em 6 de janeiro de 1963, Jango obteve uma vitória relevante nas urnas. Pelo plebiscito, a população pôs fim ao regime parlamentarista, devolvendo-lhe a chefia de governo. Mas também esse momento não foi utilizado devidamente. Com o expressivo apoio popular, teria sido a hora certa para realizar as reformas, e a omissão acabou fortalecendo os movimentos que trabalhavam pelo golpe.

Durante quase três anos, foi desencadeada uma ampla campanha para atingir o governo

com denúncias de corrupção e de que o presidente levaria o país ao comunismo, veiculada numa cadeia de rádio com 700 emissoras espalhadas pelo país, jornais, revistas, televisão, panfletos, artigos, livros, filmes, entre outros, tudo pago com dinheiro arrecadado entre os empresários ou vindo do governo dos Estados Unidos. Nesse período, o grande empenho dos conservadores era a pregação anticomunista. Para atemorizar a população, foi deflagrado um novo “Plano Cohen”<sup>52</sup>: conforme descreve Toledo (2004), o presidente da UDN, Bilac Pinto, denunciou, com grande cobertura da imprensa, que estava em andamento uma guerra revolucionária, ou seja, o Brasil estava prestes a assistir à tomada do poder pelos comunistas.

A determinação do governo a respeito da necessidade de controle sobre as remessas de lucros das empresas estrangeiras aos seus países de origem; a revisão nas concessões públicas para a indústria de mineração; e o anúncio da reforma agrária, que restringiria o poder político e econômico dos latifundiários, foram estopins de grande poder incendiário para a mobilização das classes conservadoras contra o governo. Segundo Benevides (1981, p. 119) “para a UDN as forças do mal estavam soltas. Sua missão, [era] o exorcismo”. Derrubar o governo era a forma de livrar-se dos entraves que impediam a direita de associar-se definitivamente ao capital internacional.

Foi em meio a essa conjuntura política e econômica que chegamos a abril de 1964. O movimento civil-militar fora, portanto, planejado para alcançar resultados efetivos, para interromper o governo a qualquer custo. A tentativa de controlar Jango com o parlamentarismo, em 1961, não havia sido eficiente; o esforço para minuar sua base de sustentação no Congresso ficara aquém do esperado nas eleições do ano seguinte; portanto, a ação articulada para 64 precisava decidir de vez o futuro do país. Para garantir seu sucesso, a operação contou com o apoio militar norteamericano, com previsão de invasão do país pela força estrangeira, caso a reação ao golpe fosse na proporção que a direita esperava.

Em 1º de abril, Jango foi colocado diante de um dos grandes dilemas de sua vida pública – talvez o maior de todos: comandar seus apoiadores à reação ou aceitar o curso normal dos

---

52 O “Plano Cohen” foi um documento escrito em 1937 pelo capitão Olímpio Mourão Filho, (o mesmo que deflagraria o golpe em 1964) à época, chefe do Serviço Secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB), partido de apoio ao governo Vargas. O texto denunciava a iminência de uma revolução comunista com o apoio do Partido Comunista da União Soviética. Em 1945, o general Góes Monteiro revelou que o Plano Cohen, na verdade, não passara de uma fraude para justificar a permanência de Vargas no poder e reprimir qualquer tipo de ameaça comunista. Com o objetivo de dar maior veracidade ao documento, foi batizado de Cohen, numa referência ao líder comunista Bela Cohen, que governara a Hungria entre março e julho de 1919.

acontecimentos, deixando o governo, partindo para o exílio e esperando uma possível reação popular, que poderia se dar imediatamente ou nas eleições de 1965, quando teria condições de se candidatar e voltar ao governo. Como havia ocorrido com Getúlio Vargas, em 1945, era entendimento da maioria que o golpe seria de curta duração, e que as eleições do ano seguinte seriam mantidas.

Como vimos no terceiro capítulo, Jango estava em Porto Alegre no dia 2 de abril, saído do Rio de Janeiro e com uma rápida passagem por Brasília. Tinha tomado conhecimento pessoalmente da conspiração que crescia e assumia posições importantes em todo o País. Ao chegar ao sul, recebeu a notícia dos acontecimentos no Congresso Nacional e da posse de Mazzilli na Presidência da República. Ainda no Rio, San Tiago Dantas o havia informado da movimentação da 4ª Frota americana em direção à costa brasileira. Nas reuniões na capital gaúcha, queria saber de quais forças dispunha para uma eventual reação. E, caso assim procedesse, se sua decisão implicaria em derramamento de sangue.

Jango tinha perdido o último interlocutor que poderia ser decisivo para superar a crise e garantir a volta à normalidade: seu compadre, o general que comandava o II Exército, em São Paulo, Amaury Kruel, lhe havia apresentado uma proposta indecorosa. Fazia exigências que transformariam o presidente num marionete nas mãos dos conservadores. Todas as propostas foram repelidas de pronto.

Agora só restava reagrupar as forças e partir para a luta, ou deixar o governo e se recolher. Jango foi informado de que não seria possível enfrentar os conspiradores sem haver mortes, e que, a depender das forças em combate, o conflito poderia evoluir para uma guerra civil capaz de comprometer a integridade territorial brasileira. Era o que o presidente temia: que a defesa de seu mandato provocasse a morte dos que mais defendiam suas políticas de governo, como trabalhadores do campo e da cidade, estudantes, militares legalistas, gente desarmada envolvida numa guerra de nacionais, dividindo famílias, cidades e todo o País. Outra notícia dada pelos militares, durante os encontros em Porto Alegre, foi a de que até mesmo junto ao III Exército já havia muitos dissidentes prontos para enfrentar as forças governistas. Jango, então, se sentiu debilitado para uma reação.

De acordo com Antônio Ávila, diante do ímpeto de Brizola e da fidelidade do general Ladário Telles, ambos prontos para organizar o governo numa reação, o presidente argumentou

que seus apoiadores não tinham forças para passar da fronteira com Santa Catarina, que ocorreria uma grande mortandade de brasileiros e, ainda assim, o governo perderia. Então, decidiu recuar.<sup>53</sup>

Diante da impossibilidade de salvar seu governo sem provocar tragédias que maculariam a história do País e poderiam levar a uma guerra de secessão, como parecia ser a disposição dos golpistas, Jango abriu mão do mandato conquistado dentro das regras consagradas pela Constituição Federal. A cada hora ia ficando mais claro o êxito do golpe. Sem reações populares pró-governo, não seria possível enfrentar a ação militar.

O governo não tinha se preparado para aquele momento e a sociedade tinha sido envolvida pelas campanhas ideológicas contra Jango, de tal forma, ao longo do tempo, que de última hora não dava para fazer mais nada. Ao contrário do que a própria direita esperava, as ligas camponesas não estavam mobilizadas para reagir; os “grupos dos onze”, liderados por Brizola, não se apresentaram; o dispositivo militar que afirmava ter o general Assis Brasil não apareceu, e hoje se suspeita que tal aparato só existia na imaginação do chefe da Casa Militar; os movimentos sociais, órfãos de um comando unificado, ficaram sem rumo, sem uma atuação eficiente em defesa do governo. Diante desse cenário, não restou saída ao presidente, que comunicou aos presentes sua decisão de não reagir, desmobilizou seus apoiadores e se retirou para o exílio com sua família.

---

53 As informações foram prestadas por Antônio Ávila, em entrevista ao autor, já mencionada.

## REFERÊNCIAS

### Livros e artigos

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **O governo João Goulart**: As lutas sociais no Brasil 1961 - 1964. 7. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. 320 p.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 297 p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Anais da 151ª Sessão, em 24 de agosto de 1964. **Diário do Congresso Nacional** (Seção I), 25 de agosto de 1964. p. 6899-6900.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório Final**: Comissão Externa destinada a esclarecer em que circunstância ocorreu a morte do ex-presidente João Goulart, em 6 de dezembro de 1976, na estância de sua propriedade na província de Corrientes na Argentina. Brasília: Coordenação de Publicações, 2004. 199 p.

BRASIL. Congresso Nacional. Ata da 2ª Sessão Conjunta, em 2 de abril de 1964. **Diário do Congresso Nacional**, 3 de abril de 1964. p. 90-91.

CASALECCHI, José Ênio. **O Brasil de 1945 ao golpe militar**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 93-113.

CASTELLO BRANCO, Carlos. **Introdução à revolução de 1964**: A queda de João Goulart. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. Tomo 2. 274 p.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2004. 192 p.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil: 1964 - 1985. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 23-83.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**: Ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 814 p.

DUARTE, Antônio. **A luta dos marinheiros**. Rio de Janeiro: Inverta, 2005. 376 p.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 243-462

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: O tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 313-411.

FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Atual, 2006. p. 95-127.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. **Jango: As múltiplas faces**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 275 p.

GOULART, João Vicente. **O Brasil perdeu a guerra fria em 1964**. 2010. 6 p. Disponível em <http://www.pagina64.com.br/noticia.php?id=89>. Acesso em: 16 mar. 2010.

GOULART, Maria Teresa. As pessoas achavam que Jango devia resistir. Eu não. **Jornal do PDT**. Publicação da FAP-LB e do Diretório Regional do PDT/RJ. Rio de Janeiro, Ano 7, n. 28, p. 4-6, Mar. 2005.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política**: Relações Estados Unidos / América Latina. São Paulo: Cortez, 1998. 279 p.

LANGGUTH, A. J. **A face oculta do terror**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 90-91.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (Org.). **Relações Internacionais**: Visões do Brasil e da América Latina (Estudos em homenagem a Amado Luiz Cervo). Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2003. 480 p.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). **1964 – 31 de março**: O movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. Tomo 13. p. 263-282.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002. 297 p.

NICOLAU, Jairo. **Dados Eleitorais (1945-62)**. Disponível em <http://jaironicolau.iuperj.br/>. Acesso em: 08 jun. 2010.

OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. **O Congresso em meio século**. 2. ed. Brasília: Edições Câmara, 2009. 229 p.

PARKER, Phyllis R. **O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 141 p.

POSADAS, J. **Brasil: do golpe de 64 à formação do PT**: Seleção de textos sobre nacionalismo, populismo e a construção do socialismo. São Paulo: Editora Ciência Cultura e Política, 1990. p. 19-107.

RAPOSO, Eduardo (Coord.). **1964 – 30 anos depois**. Rio de Janeiro: Agir, 1994. p. 34-41.

REGO, Antonio Carlos Pojo do. **O Congresso brasileiro e o regime militar (1964 - 1985)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 316 p.

RIBEIRO, Dilson. **O repórter e o estadista JK**. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2006. 176 p.

RYFF, Raul. **O fazendeiro Jango no governo**. Rio de Janeiro: Avenir, 1979. 15 v.

SILVA NETO, Casimiro Pedro da. **A construção da democracia**: Síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das assembleias nacionais constituintes e do Congresso Nacional – 180 anos (1823 – 2003), de representação parlamentar – 182 anos (1821 – 2003), e de 15 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003. 751 p.

SILVA, Hélio. **1964: Golpe ou contragolpe?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 492 p.



SILVA, José Wilson da. **O tenente vermelho**. 3. ed. Porto Alegre: Tchê, 1987. 248 p.

\_\_\_\_\_. **O reacionarismo militar na terra de Santa Cruz**. Porto Alegre: Sulina, 1989. 287 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 181-223.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. 3.ed. São Paulo: Globo, 1999. 276 p.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe 64**. 18ª reimpressão, 1. ed. 1982. São Paulo: Brasiliense, 2004. 123 p.

#### **Entrevistas realizadas pelo autor:**

Antônio Ávila da Silva, assessor direto do presidente João Goulart (Viamão - RS, 15 de janeiro de 2010).

Carlos Bastos, repórter político do Jornal *Última Hora* (Porto Alegre, 15 de janeiro de 2010).

Ernani Corrêa de Azambuja, tenente-coronel do Exército, ajudante de ordens do presidente João Goulart (Capão da Canoa - RS, 14 de janeiro de 2010).

Jair Krischke, conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos -MJDH (Porto Alegre, 16 de janeiro de 2010).

Waldir Pires, consultor-geral da República no governo João Goulart (por telefone em 23 de abril de 2010).